

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO – PROPEP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO NA SAÚDE E TECNOLOGIA

GERAEDSON ARISTIDES DA SILVA

SISTEMATIZAÇÃO DE UM RECURSO EDUCACIONAL ABERTO NA FORMA DE
E-BOOK: UM OLHAR SOBRE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA

MACEIÓ-AL

2020

GERAEDSON ARISTIDES DA SILVA

SISTEMATIZAÇÃO DE UM RECURSO EDUCACIONAL ABERTO NA FORMA DE
E-BOOK: UM OLHAR SOBRE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde e Tecnologia da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino na Saúde e Tecnologia.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Magella Teixeira.

Linha de pesquisa: Tecnologias aplicadas ao Ensino na Saúde.

MACEIÓ-AL

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo autor

S58s Silva, Geraedson Aristides da.
Sistematização de um Recurso Educacional Aberto na forma de E-book: um olhar sobre
Notificação Compulsória / Geraedson Aristides da Silva. – 2020.
204 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Ciências da Saúde de
Alagoas, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Mestrado Profissional em Ensino
na Saúde e Tecnologia, Maceió, 2020.

Orientação: Prof. Dr. Geraldo Magella Teixeira.

1. Recurso Educacional Aberto. 2. Notificação Compulsória. 3. Ensino. 4. Saúde.

CDD 610

LICENÇA

Sistematização de um Recurso Educacional Aberto na forma de E-book: um olhar sobre Notificação Compulsória de autoria de Geraedson Aristides da Silva, está licenciado com a Licença *Creative Commons*, atribuição não comercial, sem derivações 4.0 Internacional.



O licenciante (autor) autoriza que outros copiem, distribuam e transmitam o conteúdo deste trabalho. Em contrapartida, os licenciados (terceiros) não poderão utilizar este trabalho para fins comerciais – a não ser que obtenham autorização do licenciante.

GERAEDSON ARISTIDES DA SILVA

SISTEMATIZAÇÃO DE UM RECURSO EDUCACIONAL ABERTO NA FORMA DE
E-BOOK: UM OLHAR SOBRE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA

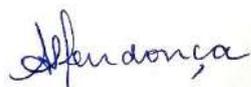
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde e Tecnologia da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino na Saúde e Tecnologia.

Dissertação avaliada em: 26 de junho de 2020.

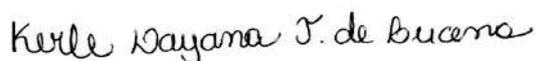
EXAMINADORES:



Prof. Dr. Geraldo Magella Teixeira
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL



Prof.^a Dr.^a Adriana de Lima Mendonça
Centro Universitário Tiradentes – UNIT



Prof.^a Dr.^a Kerle Dayana Tavares de Lucena
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL



Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima da Costa Lippo Acioli
Centro Universitário Mário Pontes Jucá – UMJ
Suplente

MACEIÓ-AL

2020

Dedico este trabalho a Deus, ao meu orientador Geraldo Magella Teixeira e aos meus pais, José Aristides da Silva e Geni Maria da Conceição.

AGRADECIMENTOS

Chegou o momento de concluir este ciclo. Foram muitos os acontecimentos que marcaram minha jornada nestes anos de permanência no Mestrado Profissional em Ensino na Saúde e Tecnologia. Tenho muito que agradecer a Deus por ter me proporcionado essa oportunidade fantástica.

Quero agradecer em especial ao meu orientador, amigo e irmão Prof. Dr. Geraldo Magella Teixeira. Ele que é uma pessoa admirável, que tem a sabedoria nas mãos e que em nenhum momento se nega a ajudar o próximo ou passar seu conhecimento adiante.

Agradeço aos meus pais José Aristides da Silva (Pai Zé) e Geni Maria da Conceição (Mãe Geni), sem eles eu jamais teria começado essa história. Agradeço a vocês pela minha educação, pelas palavras de carinho, por enxugar cada lágrima, por ter paciência em cada momento de aborrecimento e por vibrar comigo a cada vitória.

Agradeço também as minhas duas amadas e maravilhosas irmãs, Rosiane Aristides da Silva e Rosiete Aristides da Silva, por acreditarem em mim e me apoiarem. Também quero deixar o meu muito obrigado ao meu companheiro Clistenis Clênio Cavalcante dos Santos.

Agradeço imensamente a minha cachorra Vogue, que chegou na minha vida em um período de muita dificuldade, mas que não me deixou sozinho em nenhum momento.

Quero agradecer a Coordenadora do Mestrado, Prof.^a Dr.^a Almira Alves dos Santos, também as minhas companheiras de turma (Turma Show), aos professores maravilhosos, jamais esquecerei de cada um de vocês! E por fim quero agradecer a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a concretização deste sonho.

O Senhor é o meu pastor e nada me faltará.

Salmo 23.1

RESUMO

A Notificação Compulsória (NC) é a comunicação obrigatória às autoridades, realizada por profissionais ou responsáveis por estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, sobre a ocorrência de suspeita ou confirmação de doença, agravo ou evento de saúde pública. As doenças classificadas de no âmbito da Notificação Compulsória, têm curto período de incubação, ou seja, a ocorrência de um único caso tem a potencialidade de causar surto, epidemia e até mesmo pandemia. Desta forma, medidas de controle devem ser tomadas imediatamente, impedindo a propagação do agente etiológico. A interação, entre profissionais de saúde e autoridades sanitárias, é primordial para monitorização da saúde populacional e indicar prioridades para as políticas de saúde e alocação de recursos financeiros. Neste sentido, evidencia-se a necessidade da estimulação de uma formação adequada, seja ainda na graduação ou durante o exercício profissional, sobre Notificação Compulsória. Este estudo objetivou sistematizar um Recurso Educacional Aberto sobre Notificação Compulsória para estudantes e profissionais de saúde, criado em decorrência da falta de conhecimento da maioria dos estudantes e profissionais da saúde e da deficiência no ensino pelas Instituições de Ensino Superior sobre o tema. **Materiais e métodos:** trata-se de um estudo exploratório, descritivo, de abordagem qualitativa, realizado entre os meses, setembro de 2018 e novembro de 2019. A construção do recurso ocorrerá através de etapas distintas e apresentadas ao longo desta dissertação, este método envolveu desde levantamento bibliográfico em bases de dados como, SciELO, LILACS e Periódicos CAPES, até a avaliação de pareceristas. **Resultados:** Como resultados obteve-se dois Recursos Educacionais Abertos sobre Notificação Compulsória, sendo o primeiro, um *e-book* piloto, onde o mesmo, foi submetido a rigorosa avaliação de pareceristas *ad hoc*, com posterior submissão a dois periódicos de circulação nacional e internacional para validação das informações e métodos de construção. Já o segundo *e-book*, foi elaborado em decorrência do aprimoramento das ideias e informações do primeiro, sendo caracterizado como produto final desta dissertação. **Conclusão:** a qualificação de profissionais e estudantes de saúde sobre Notificação Compulsória, é importante por relacionar-se com a promoção e prevenção à saúde populacional brasileira. Logo, para implementar práticas relacionadas a NC os profissionais e estudantes da saúde necessitam de conhecimento específico, que estão além de conhecer os patógenos e as formas de tratamento dos mesmos, ou seja, também é importante que este público detenha conhecimentos sobre os mecanismos e/ou meios de transmissão, a fim de determinar medidas de promoção e prevenção a saúde populacional, através de intervenções mais direcionadas. Vale ressaltar que, importantes transformações nos mecanismos de ensino-aprendizagem têm ocorrido na contemporaneidade, incluindo as facilidades do acesso a ferramentas didáticas, como *e-books*, que oferecem suporte a diversos públicos entre eles os profissionais e estudantes de saúde. Portanto, o processo de construção do Recurso Educacional Aberto apresentado neste trabalho, em conjunto com as demais informações sobre Notificação Compulsória oferecem suporte para aprendizagem de profissionais e estudantes da saúde, que muitas vezes precisam superar as dificuldades no próprio conhecimento e contribuir com as estratégias de promoção e prevenção da saúde da população brasileira.

Palavras-chave: Recurso Educacional Aberto. Notificação Compulsória. Ensino. Saúde

ABSTRACT

Compulsory Notification (NC) is a mandatory communication to authorities, carried out by professionals or guardians of health facilities, public or private, about the occurrence of suspected or confirmed disease, injury or public health event. Diseases classified as under Compulsory Notification have a short incubation period, i.e., the occurrence of a single case has the potential to cause an outbreak, epidemic and even pandemic. Thus, control measures should be taken immediately, preventing the propagation of the etiological agent. The interaction between health professionals and health authorities is essential for monitoring population health and indicating priorities for health policies and allocation of financial resources. In this way, it is evident the need to stimulate an adequate training, whether still in graduation or during professional practice, on Compulsory Notification. This study aimed to systematize an Open Educational Resource on Compulsory Notification for students and health professionals, created due to the lack of knowledge of most students and health professionals and the deficit in teaching by higher education institutions on the subject.

Materials and methods: this is an exploratory, descriptive, qualitative study, conducted between the months, September 2018 and November 2019. The construction of the resource had occurred through different stages and presented throughout this dissertation, this method involved from bibliographic survey in databases such as SciELO, LILACS and CAPES Journals, to the evaluation of reviewers. **Results:** As results we obtained two Open Educational Resources on Compulsory Notification, the first one is a pilot e-book, which was submitted to rigorous evaluation of ad hoc reviewers, with subsequent submission to two journals of national and international circulation for validation of information and construction methods. The second e-book was elaborated as a result of the improvement of the ideas and information of the first, being characterized as the final product of this dissertation.

Conclusion: the qualification of health professionals and students on Compulsory Notification is important because it relates to the promotion and prevention of Brazilian population health. Therefore, to implement practices related to NC, health professionals and students need specific knowledge, which go further than just knowing the pathogens and the ways of treating them, in other words, it is also important that this public has knowledge about the mechanisms and/or means of transmission, in order to determine measures to promote and prevent population health, through more targeted interventions. It is noteworthy that important changes in teaching-learning mechanisms have occurred in contemporary times, including the facilities of access to didactic tools, such as e-books, which support several audiences including health professionals and students. Therefore, the process of building the Open Educational Resource presented in this work, together with the other information on Compulsory Notification, provides support for the learning of health professionals and students, who often need to overcome the difficulties in their own knowledge and contribute to the strategies of health promotion and prevention of the Brazilian population.

Keywords: Open Educational Resource. Compulsory Notification. Teaching. Health.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** Modelo representativo do planejamento do REA
- Figura 2** Fluxograma de estratégia de buscas dos artigos
- Figura 3** Modelos de ilustrações contidas no E-book.
- Figura 4** Etapas para a produção do E-book.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** Sinopse dos estudos incluídos na revisão
- Quadro 2** Documentos utilizados para a composição do E-book.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DeCS	Descritores em Ciências da Saúde
DOC	<i>Document</i>
E-book	<i>Eletronic book</i>
ed	Edição/Editora
eduCAPES	Educação básica, superior e pós graduação CAPES
e-MEC	Ministério da Educação Eletrônico
gov	Governo
IES	Instituição de Ensino Superior
ISBN	<i>International Standard Book Number</i> (Número de Livro de Padrão Internacional)
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MEC	Ministério da Educação
MEST	Mestrado Profissional em Ensino na Saúde e Tecnologia
n.	Número
NC	Notificação Compulsória
p.	Página
PDF	<i>Portable Document Format</i> (Formato Portátil de Documento)
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
REA	Recurso Educacional Aberto
SciELO	<i>Scientific Electronic Library</i> Online (Biblioteca Eletrônica Científica Online)
SINAN	Sistema de Informação de Agrado de Notificação
SUS	Sistema Único de Saúde
UNCISAL	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
v.	Volume
www	<i>World Wide Web</i>

Lista de Símbolos

® Marca registrada

SUMÁRIO

SEÇÃO 1 – APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

1.1 Apresentação Geral	17
------------------------------	----

SEÇÃO 2 – DISSERTAÇÃO

2.1 Introdução	21
2.2 Fundamentação teórica	22
2.3 Objetivos	26
2.3.1 Objetivo Geral	26
2.3.2 Objetivos Específicos	26
2.4 Método	27
2.4.1 Histórico da pesquisa	28
2.4.2 Revisão de literatura	28
2.4.3 Escolha do objeto de estudo	30
2.4.4 Recursos Educacionais Abertos	30
2.4.5 Delineamento da pesquisa	31
2.4.6 Sistematização de um REA, na forma de E-book sobre Notificação Compulsória.....	33
2.4.6 E-book piloto	34
2.5 Resultados e Discussão	35
2.5.1 Revisão de Literatura	35
2.5.2 E-book	45
2.6 Conclusão	50

SEÇÃO 3 – PRODUTO EDUCACIONAL

3.1 Introdução	52
3.2 Fundamentação teórica do produto	53
3.3 Objetivos	54
3.3.1 Objetivo Geral	54
3.3.2 Objetivos Específicos	54
3.4 Referencial Metodológico	55
3.5 Resultados	57

3.6 Conclusão	58
Referências	59

SEÇÃO 4 – PRODUÇÃO TÉCNICA

Apêndice A: E-book piloto – Notificação Compulsória	69
Apêndice B: Artigo – Notificação Compulsória e Fisioterapia	101
Apêndice C: Artigo – Recurso Educacional Aberto: saberes necessários sobre Notificação Compulsória	114
Apêndice D: E-book – Notificação Compulsória e Ensino na Saúde: um novo olhar para profissionais e estudantes	126

SEÇÃO 1 – APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

1.1 Apresentação Geral

Esta dissertação está ancorada na área de concentração “Ensino” do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde e Tecnologia (MEST) da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), na linha de pesquisa em Tecnologias aplicadas ao Ensino na Saúde.

O MEST tem como objeto de estudo a formação e desenvolvimento de tecnologias aplicadas ao Ensino na Saúde, em múltiplos ambientes para operacionalização de ações que visem à melhoria da formação profissional em saúde, da atividade acadêmica e da integração universidade e serviços de saúde (PROPEP/UNCISAL, 2019).

Essa linha investiga as tecnologias da informação e comunicação em contextos educativos. Também investiga e implementa o ensino de computação científica, instrumentos e bases de dados para solução de problemas e tomadas de decisões em saúde. Investiga o uso de simuladores, modelos, telessaúde, registros eletrônicos de dados de pacientes para o ensino e desenvolvimentos de habilidades profissionais em saúde (PROPEP/UNCISAL, 2019).

Entenda-se por Ensino, o processo formal e organizado de transmissão de conhecimento para uma pessoa ou grupo (Descritores em Ensino na Saúde, 2019), e por Ensino na Saúde, o processo que demanda ações pedagógicas para o processo de formação de profissionais de saúde, abrangendo as bases epistemológicas, curriculares, metodológicas e contextuais (BAHIA *et al.*, 2018).

Os debates sobre Ensino na Saúde devem ser, inicialmente, voltados para o setor público, convergindo prioritariamente para o Sistema Único de Saúde - SUS (CASTELLANOS *et al.*, 2013), uma vez que os Projetos Pedagógicos de Cursos - PPCs consideram o compromisso ético-político com aspectos relacionados à cidadania e emancipação dos sujeitos e coletividades, e os aspectos humanísticos das localidades geográficas onde estão inseridos os cursos (BISCARDE; PEREIRA-SANTOS; SILVA, 2014).

É responsabilidade também das Instituições de Ensino Superior (IES) o direcionamento da formação voltada para as problemáticas de saúde pública e não apenas baseada no projeto privatista. A força de novos projetos tem atingido o ensino

superior e neutralizado o espaço universitário como campo de formação crítica, reflexiva e transformadora (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2001).

Quando o assunto é Ensino na Saúde, o Brasil precisa acompanhar os avanços tecnológicos mundiais, recrutando aptidões do conhecimento até então não desenvolvidas durante processo formativo de acadêmicos e profissionais, através de ferramentas midiáticas especializadas (NALOM *et al.*, 2019).

A tecnologia tem auxiliado, no ambiente educacional, profissionais e estudantes a adquirirem competências indispensáveis para tomada de decisões e soluções de problemas. Assim sendo, a educação sofreu alterações com a admissão de novas mídias nos processos educativos, e essas modificações estão acontecendo também dentro das instituições de ensino, trazendo possibilidades de mediação multimidiática de informações diversas (PEREIRA *et al.*, 2016).

Logo, a abordagem deste trabalho sobre Recurso Educacional Aberto, interligado a Notificação Compulsória emerge como uma alternativa facilitadora no âmbito do Ensino na Saúde, permitindo que através do acesso ao mesmo, os estudantes e profissionais de saúde centralizem o conhecimento em ações voltadas ao setor público através da prática pedagógica interativa.

Partindo desta premissa, este trabalho, aborda a sistematização de um Recurso Educacional Aberto (REA) sobre Notificação Compulsória (NC), a mesma, será exibida em sessões. A primeira representa um panorama e um breve histórico que motivaram a realização da pesquisa.

A segunda seção, faz uma exposição dos fundamentos teóricos e uma adução com os métodos utilizados, ou seja, busca-se elucidar os desdobramentos desde a concepção da ideia até validação do Recurso Educacional Aberto.

Nesta segunda seção, foram estabelecidos enlaces para criação do Recurso Educacional Aberto sob a ótica Notificação Compulsória encontrada na literatura científica nacional e internacional.

Ainda na segunda seção, serão abordados os resultados da construção do Recurso Educacional Aberto, com exposição dos documentos utilizados para construção, escolha das ilustrações, diagramação do conteúdo e avaliação por parecerista *ad hoc*.

A seção três descreve o Produto Educacional. E por fim, será apresentada a produção técnica do autor deste trabalho ao longo de sua permanência no Mestrado Profissional em Ensino na Saúde e Tecnologia – MEST.

SEÇÃO 2 - DISSERTAÇÃO

2.1 Introdução

Os Recursos Educacionais Abertos (REA) são materiais de ensino, aprendizado e pesquisa, em qualquer suporte ou mídia, que estão sob domínio público, ou estão licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam utilizados ou adaptados por terceiros. São exemplos de REA: partes de cursos, módulos, livros didáticos, artigos de pesquisa, vídeos, testes, software, e qualquer outra ferramenta, material ou técnica que possa apoiar o acesso ao conhecimento. A utilização de formatos técnicos abertos facilita o acesso e reutilização dos recursos publicados digitalmente (FURTADO; AMIEL, 2019).

O conceito de REA começa com dois princípios: 1) licenças de uso que permitam maior flexibilidade e uso legal de recursos didáticos; 2) abertura técnica, no sentido de utilizar formatos que facilitam o uso e manipulação dos recursos em diversos software. Nesta perspectiva, os REA devem primar a facilitação do seu uso e reuso.

As licenças e instrumentos de direito de autor constituem um equilíbrio no seio do ambiente tradicional “todos os direitos reservados” criado pelas legislações de direito de autor e de direitos conexos. Esses instrumentos fornecem a todos, desde criadores individuais até grandes empresas, uma forma padronizada de atribuir autorizações de direito de autor e de direitos conexos aos seus trabalhos criativos (CREATIVE COMMONS, 2020).

No contexto da abertura técnica, identifica-se quatro erres (4 “Rs”), que possibilitam o uso e a manipulação desses recursos, são eles: Reutilizar (onde indivíduos podem utilizar parte ou todo o trabalho); Redistribuir (pode haver compartilhamento entre os diversos públicos); Revisar (o trabalho pode ser modificado, adaptado, traduzido ou alterado de alguma forma) e Remixar (é possível utilizar dois ou mais recursos existentes para criação de um novo recurso) (BARROS; CAIADO, 2018).

Partindo da premissa dos benefícios conceituais e científicos oferecidos por esta modalidade de recursos educacionais, este trabalho, tem como objeto de estudo um Recurso Educacional Aberto, com ênfase na Notificação Compulsória.

2.2 Fundamentação Teórica

Para Cavalcante e Vasconcelos (2007), novas iniciativas voltadas para o ensino na saúde, foram implementadas através de ferramentas específicas, estas, podem ser utilizadas nas instituições de formação, por serem capazes de melhorar o ensino, reorientar currículos e promover novas modalidades pedagógicas, com conteúdos direcionados a estudantes e profissionais de saúde.

A formação de profissionais de saúde críticos, reflexivos e transformadores de suas realidades está densamente ligada às compreensões pedagógicas que os estimulam a aprender. Na atualidade, esta formação tem sido permeada por novas ferramentas que facilitam o aprendizado e contribui para que o profissional execute tarefas profissionais de forma eficiente (MACEDO *et al.*, 2018).

Para atender esta demanda educativa, surgem os Recursos Educacionais Abertos, definidos como materiais de ensino, aprendizagem ou pesquisa em domínio público ou publicados sob uma licença aberta que permitem o uso de forma legal e livre de cobranças de taxas ou assinaturas, com acesso através de downloads por qualquer cidadão (ZANIN, 2017). A contribuição desse tipo de material potencializa a promoção da saúde da população (REBERTE; HOGA; GOMES, 2012).

Optou-se por um REA como objeto deste estudo, por considerar este instrumento uma evolução de modelos mais antigos de ferramentas de aprendizagem, como os livros físicos. Além disso os materiais disponibilizados em formato digital podem, potencialmente, ampliar o acesso ao conhecimento e possibilitar a resolução de problemáticas pré-estabelecidas (DINIZ, 2019).

Corroborando com a questão, Zanin (2017) afirma que REA pode sanar algumas dificuldades do ensino na saúde por meio da utilização de meios alternativos da elaboração de novos materiais, podendo ser distribuído ampla e gratuitamente.

Nesse tipo de recurso, cabe ao autor decidir quando e como permitir o uso por terceiros, pois as licenças podem ser padronizadas de acordo com as necessidades do autor. Dentre as licenças utilizadas, cita-se a *Creative Commons* (CC), um tipo de autorização mais flexível através da qual qualquer pessoa pode licenciar sua produção através do acesso ao site do CC, e, após responder a algumas perguntas, instantaneamente, receberá uma das seis licenças disponíveis (GONSALES, 2016).

A facilidade ao acesso à informação permitida pelos REA, têm favorecido a aprendizagem e a formação de estudantes e profissionais em políticas de saúde no Brasil e no mundo, colocando esse recurso como um agente importante no processo de ensino-aprendizagem (FERREIRA; SÁ, 2018).

Nesse panorama, a utilização de tecnologias móveis, como smartphones, *tablets* e computadores pessoais podem ser vista como uma maneira favorável de promover o ensino na saúde através do uso dos REA, uma vez que o acesso a essas tecnologias e a conectividade à internet aumentaram no cenário mundial (HEREDIA; RODRIGUES; VIEIRA, 2017).

Os REA incluem cursos completos ou partes de cursos, módulos, livros didáticos, E-books, artigos de pesquisa, vídeos, testes, software e qualquer outra ferramenta (material ou técnica) que possa apoiar o acesso ao conhecimento (GONSALES, 2016).

Mesmo com tantas facilidades para criação e distribuição deste tipo de material, alguns profissionais que o utilizam, desconhecem o processo de construção e os licenciamentos abertos que os caracterizam como tal (MAZZARDO, 2018).

A primeira justificativa para construção deste trabalho baseou-se no capítulo IV, artigo 43, do Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005, que estimula profissionais de nível superior a promover a divulgação de saberes, além gerar a divulgação de conhecimentos técnicos que constituem patrimônio da humanidade através de ferramentas inerentes ao ensino (BRASIL, 2005).

A segunda justificativa para construção deste trabalho baseia-se no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014a) que recomenda, mais especificamente, o uso de Recursos Educacionais Abertos com o objetivo de possibilitar novas formas de ensino aprendizagem, o que podem contribuir com a melhoria da educação brasileira.

Neste sentido, evidenciou-se a necessidade de descrever a sistematização, produção e compartilhamento de um REA, com o intento de direcionar-se aos saberes relacionados a Notificação Compulsória.

Conceitua-se Notificação Compulsória (NC) como a comunicação obrigatória e imediata de situações específicas referentes a saúde da população. Em primeira instância esta obrigatoriedade é do serviço de saúde, entretanto, a norma legal, também estabelece que profissionais de saúde comuniquem as autoridades sanitárias

a ocorrência sobre suspeita ou confirmação de doença, agravo ou evento de saúde pública (BRASIL, 2014b).

A temática Notificação Compulsória, segundo o Ministério da Saúde Brasileiro, tem grande importância para saúde pública. Entretanto, a configuração do ensino sobre NC aos estudantes da saúde ainda diverge das estratégias ministeriais, essa situação ocorre devido divergências dos currículos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e pelo fato da maioria dos profissionais de saúde atribuir a responsabilidade da NC exclusivamente ao profissional médico (VASCONCELOS, 1998; NUNES, 2005; ANDRADE, 2012).

Por outro lado, a Resolução nº 287, de 8 de outubro de 1998, demonstra a existência de 14 categorias profissionais de saúde, são eles: Assistente Social, Biólogo, Biomédico, Profissional de Educação Física, Enfermeiro, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico, Médico Veterinário, Nutricionista, Odontólogo, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional, o documento também delibera que estes profissionais demandem de formação adequada para a contribuir ativamente na consolidação dos sistemas de saúde brasileiros (BRASIL, 1998), sendo estes também responsáveis no processo de notificação.

Entretanto, formar no âmbito da saúde ainda tem sido um desafio no Brasil, Escosteguy, Pereira e Medronho (2017) chamam atenção para que haja uma melhor formação dos profissionais de saúde, seja na graduação ou durante a vida profissional, destacando que estes profissionais, em suas diferentes especialidades, quando bem treinados/capacitados sobre o Sistema de Notificação vigente, são capazes de contribuir efetivamente com o monitoramento da saúde da população.

Existem lacunas que impedem a produção de informações fidedignas que expressem, genuinamente, o aprimoramento de ações assistenciais e preventivas das organizações governamentais e não-governamentais no monitoramento referente a Notificação Compulsória (CRUZ; TOLETO; DANTAS, 2003).

Na perspectiva que várias doenças e agravos de Notificação Compulsória são endêmicas em vários estados do Brasil, Silva (2013) sugere que sejam criadas estratégias de promoção, proteção e controle da situação, dentre elas o treinamento de profissionais e acadêmicos da saúde.

Jurdi *et al.* (2017) aponta a importância de formar profissionais capacitados e conectados às necessidades da sociedade brasileira, e que as IES estejam

comprometidas com a construção e efetivação de políticas públicas relevantes para a sociedade e suas demandas.

Outros autores como Girianelli *et al.* (2018) também expuseram a precariedade do ensino nessa seara e apontaram que a falta de informação dos profissionais sobre Notificação Compulsória pode influenciar negativamente as políticas de saúde, havendo a necessidade de treinamento deste público. Da mesma forma, Lima *et al.* (2018) expressam que é perceptível a importância da capacitação dos profissionais de saúde quanto ao manejo correto das situações envolvendo NC.

Nesta perspectiva, Shimidt (2007) direciona também a necessidade da divulgação de ferramentas sobre NC, capazes de promover educação e conhecimento das políticas de saúde a diversos públicos, facilitando assim as estratégias de prevenção e controle propostas pelo Ministério da Saúde do Brasil.

Miranda *et al.* (2018) comungam da ideia e demonstram que para que sejam realizadas as notificações compulsórias deve haver uma sensibilização dos profissionais da saúde.

Diante do exposto, o presente estudo traz como objeto de pesquisa a descrição de uma sistematização acerca de um REA com especificidade na NC voltado para a aprendizagem estudantes e profissionais de saúde.

2.3 Objetivos

2.3.1 Objetivo Geral

Sistematizar um Recurso Educacional Aberto na forma de E-book sobre Notificação Compulsória para estudantes e profissionais de saúde.

2.3.2 Objetivos Específicos

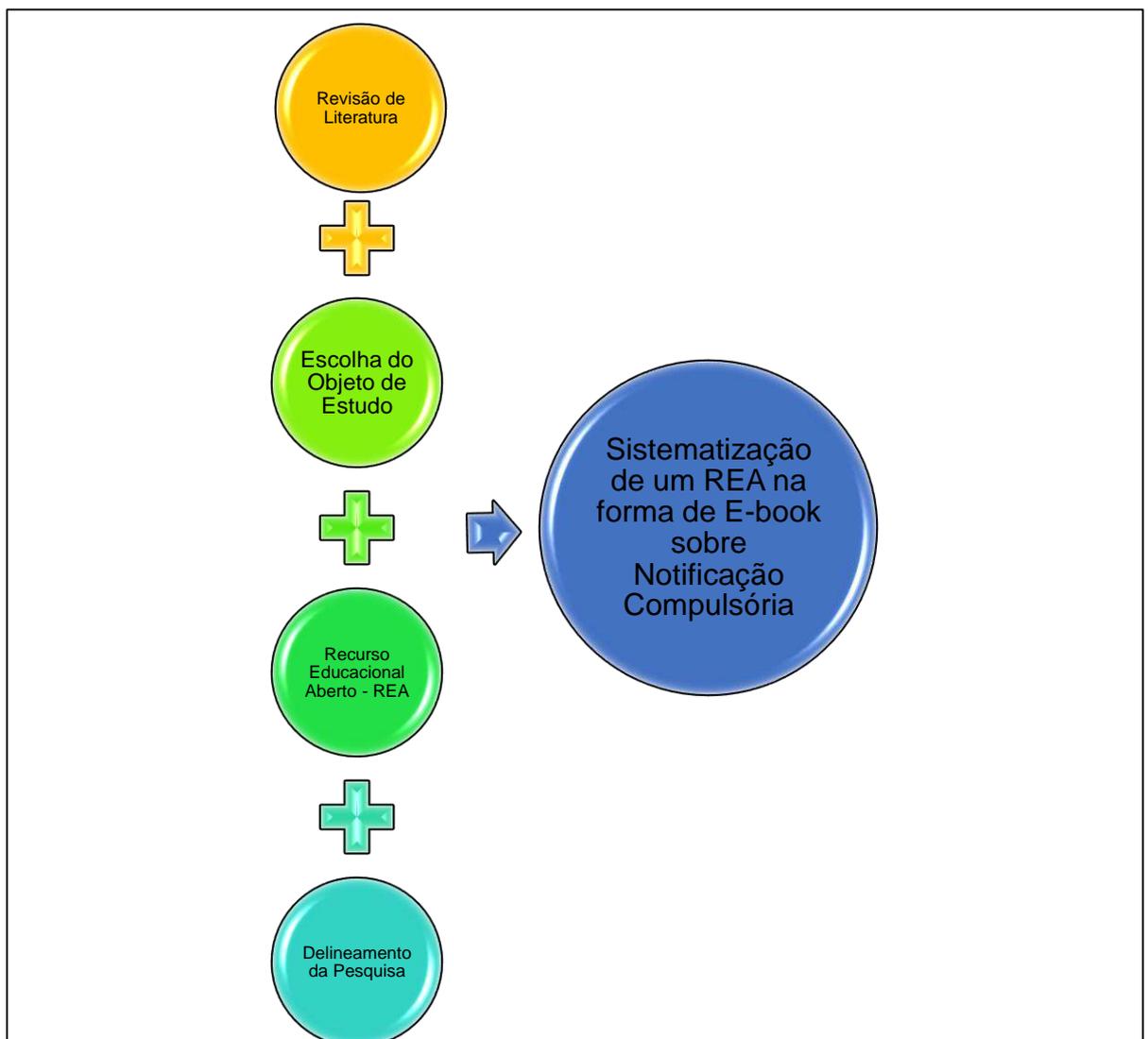
1. Identificar o nível de conhecimento de estudantes e profissionais de saúde sobre Notificação Compulsória;
2. Descrever as estratégias do ensino em saúde sobre Notificação Compulsória;
3. Compilar informações sobre NC, desde aspectos históricos, até as legislações mais atuais;
4. Colaborar com a produção de novos Recursos Educacionais Abertos por estudantes e profissionais de saúde;
5. Preparar estudantes e profissionais para atuar em situações que envolvam a Notificação Compulsória.

2.4 Método

Trata-se de um estudo exploratório descritivo com abordagem qualitativa, executado no período de setembro de 2018 a outubro de 2019. O presente trabalho busca descrever o percurso metodológico para criação de um Recurso Educacional Aberto (REA), na forma de E-book. O REA descrito neste trabalho aborda a temática Notificação Compulsória.

A seguir, um modelo representativo do que será abordado ao longo deste tópico:

Figura 1: Modelo representativo do planejamento do REA.



Autoria própria, 2020.

2.4.1 Histórico desta Pesquisa

Para construção deste trabalho, informações prévias publicadas pelo autor foram cruciais para construção do objeto da pesquisa, e delinear os materiais e métodos deste trabalho.

Silva e Oliveira (2014) descreveram que, tanto os profissionais, quanto os estudantes dos cursos de graduação da área de saúde, demonstram pouco conhecimento acerca da Notificação Compulsória. Os autores afirmam ainda que esta deficiência no conhecimento pode prejudicar o controle de doenças e agravos por órgãos competentes.

Corroborando com a questão, Silva (2015) relatou que os profissionais da saúde não detêm conhecimento suficiente sobre NC e os profissionais que apresentam este conhecimento, direcionam o mesmo para prática clínica de atendimentos, o que torna carente o modelo preventivo e de controle, proposto pelas autoridades sanitárias brasileiras.

As informações contidas nos trabalhos acima referidos evitaram que durante a construção deste trabalho fossem testados os conhecimentos dos acadêmicos e/ou profissionais de saúde acerca da NC, afinal, em comum acordo com Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012, novos indivíduos devem ser poupados dos riscos inerentes a pesquisa com seres humanos quando já houver informações suficientes (BRASIL, 2012); em função do aqui disposto, optou-se pela feitura de um trabalho de caráter exploratório e descritivo.

2.4.2 Revisão de Literatura

Publicações prévias descreviam a dificuldade dos acadêmicos e profissionais de saúde quando o assunto é Notificação Compulsória:

No texto de Silva e Oliveira (2014) é apresentado:

Tanto os profissionais, quanto os estudantes dos cursos de graduação da área de saúde, bem como a comunidade participativa, tem demonstrado pouco conhecimento acerca das NC o que pode prejudicar as investigações do Ministério da Saúde e prejudicar o controle destas doenças. (SILVA E OLIVEIRA, 2014)

Em outro momento Silva (2015) relata:

Facilitando assim as estratégias de prevenção e controle proposta pelo Ministério da Saúde do Brasil, porém, ainda é observado que vários profissionais da saúde não detêm conhecimento suficiente sobre as NC direcionando-as apenas para o atendimento clínico. (SILVA, 2015)

Para sustentação das afirmativas de Silva e Oliveira (2014) e Silva (2015), que os estudantes e profissionais da saúde não detêm conhecimento suficiente sobre Notificação Compulsória, realizou-se uma Revisão de Literatura elaborada através de estratégias de buscas nas bases de dados: Portal Periódico CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) a partir do cruzamento dos seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Ensino, Saúde e Notificação Compulsória. Não houve restrição quanto ao ano de publicação.

Seguida a fase de seleção, os artigos foram submetidos aos critérios de inclusão, a saber: artigos originais sobre NC, relacionados ao Ensino e a Saúde. Os artigos encontrados também foram submetidos aos seguintes critérios de exclusão: estudos que desvirtuaram da questão norteadora e artigos duplicados.

A partir da aplicação da estratégia de busca contendo os descritores definidos, a seleção dos artigos encontrados foi realizada em duas etapas: identificação e leitura dos títulos e resumos nas diferentes bases eletrônicas de dados, foram excluídos aqueles que, claramente, não se enquadravam em qualquer um dos critérios de inclusão deste estudo; todos os estudos que não foram excluídos na primeira etapa foram lidos na íntegra para seleção dos que seriam incluídos na revisão.

Posteriormente os resumos foram lidos, excluindo-se aqueles, que não se relacionavam com a temática. Finalmente, realizou-se a leitura integral dos demais artigos, ocorrendo nova exclusão daqueles que não se adequavam a proposta deste trabalho, por fim utilizou-se dezoito estudos, na composição da revisão.

Sustentada a afirmativa, que os estudantes e profissionais demandam pouco conhecimento sobre Notificação Compulsória, buscou-se o aprimoramento da ideia, sendo então formulado o objeto de estudo, que será apresentado a seguir.

2.4.3 Escolha do objeto de estudo

A partir da compreensão e processamento das informações encontradas durante o processo de revisão da literatura, se fez necessária a idealização de uma ferramenta capaz de instruir os profissionais e estudantes da saúde no âmbito da Notificação Compulsória, entretanto, por não se tratar de uma temática simplista a ser trabalhada, houve a necessidade de buscar-se na literatura um recurso capaz de contribuir com a problemática, afinal, ferramentas capazes de formar para saúde ainda são paradigmáticas, Teixeira *et al.* (2015):

Não é só com a preocupação com a eficiência que se prepara para trabalhar com saúde; é procurando traduzir em gestos concretos o valor da pessoa humana que estaremos preparados para cuidar da vida, com humanismo e competência técnico-científica. (TEIXEIRA *et al.*, 2015)

A preocupação do autor com a eficiência do material a ser utilizado pelo público alvo (estudantes e profissionais de saúde) seguiu um planejamento integrado, ou seja, atrativo, interativo, capaz de contribuir com o processo de aprendizagem e delineado dentro de uma perspectiva pedagógica.

O desenvolvimento de objetos educacionais digitais é um recurso de apoio ao ensino que respeita a autonomia do aluno, pois permite o estudo extraclasse. Dessa forma, a construção do conhecimento ocorre quando situações análogas à realidade são apresentadas, preparando os alunos, para o que irão encontrar em seus campos de prática. (TANAKA *et al.*, 2010)

Vislumbrando a criação deste material integrado optou-se pela sistematização desde a produção até a distribuição do Recurso Educacional Aberto.

2.4.4 Recursos Educacionais Abertos (REA)

O Recursos Educacionais Abertos são pequenos recursos digitais modulares, focados em objetivos educacionais previamente definidos, e que permitem a interação com o usuário para mudança de parâmetros, para Vagula (2017):

Os REAs são disponibilizados gratuitamente e compreendem materiais de cursos, módulos de conteúdo, arquivos de texto, revistas, imagens digitais, músicas, livros, podcasts, livros didáticos e vídeos. Trata-se de uma nova possibilidade de compartilhar conhecimento de forma colaborativa, ampliando o acesso a experiências e saberes. Com os REA, pode-se expandir o acesso à aprendizagem, estimular a participação ativa de alunos e contribuir para mudanças em práticas conservadoras, ainda manifestas no cotidiano escolar. Seu potencial educacional é extraordinário, mas sua utilização encontra barreiras de várias ordens, sobretudo em relação a muitos professores que apresentam poucas habilidades para valer-se de inovações tecnológicas. (VAGULA, 2017, p. 532)

A educação brasileira do seu ensino básico até o ensino na pós-graduação depende de recursos didáticos estruturados e capazes de interagir ampliando os saberes. Dessa forma os Recursos Educacionais Abertos, apresentam vantagens quando a questão é o ensino na área da saúde, pois, os mesmos evidenciam baixo investimento financeiro para criação, facilidade de acesso a experiências e saberes e ampla capacidade distribuição, através de canais como a internet.

O processo de escolha desse tipo de mídia, sobretudo, deveu-se a flexibilidade na produção bem como, adequação para contextos distintos, facilidade de compartilhamento e um ciclo de vida útil sustentável.

Findada a definição de Recurso Educacional Aberto, começou-se o delineamento do método utilizado nesta dissertação.

2.4.5 Delineamento da pesquisa

Como descrito anteriormente, este trabalho caracteriza-se como um estudo exploratório descritivo assumindo a complementaridade das abordagens quantitativas e qualitativas, essa triangulação torna a investigação mais eficiente por ajustar-se às perguntas do presente estudo.

No processo de construção deste trabalho, no primeiro momento, propôs-se várias ações para solucionar o problema, sendo iniciado com a escolha da classificação da abordagem da pesquisa, sendo esta, caracterizada de acordo com Silva e Menezes (2005) como qualitativa.

Pesquisa Qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (SILVA; MENEZES, 2005, p.20)

O segundo momento, compreendeu a escolha do delineamento do ponto de vista dos objetivos, caracterizando-se, esta, de acordo com Gil (2002) como exploratória e descritiva. Este delineamento metodológico foi proposto para atingir o objetivo geral, ou seja, operacionalizar a sistematização de Recurso Educacional Aberto sobre Notificação Compulsória para estudantes e profissionais de saúde.

Por intermédio desses delineamentos pretendeu-se compreender o fenômeno da deficiência sobre NC na perspectiva da formação de estudantes da área da saúde. Esta abordagem apresentou-se como importante estratégia, pois permitiu compreender os significados e práticas individuais e coletivas do objeto pesquisado, o que possibilitou, ao pesquisador, conhecer a realidade sobre habilidades e competências de estudantes e profissionais de saúde em relação a NC, além das deficiências dos currículos e PPC dos cursos da área da saúde.

Por intermédio das abordagens, exploratória e descritiva, pretendeu-se alcançar o entendimento de singularidades pertinentes ao objeto de estudo.

Pesquisas exploratórias foram apresentadas por Piovesam e Temporini (1995) e intentam a propor familiarizações com assunto ainda pouco conhecido ou explorado. No tentame de ampliar o entendimento acerca desse tipo de pesquisa, os mesmos autores afirmam que:

O estudo exploratório pode ajudar a resolver algumas dificuldades. Uma delas é a que se refere ao desenvolvimento de programas, na concepção de que a população constitui um recipiente vazio ("*empty vessel*") e que a tarefa educativa se resumiria em preenchê-lo. (PIOVESAM; TEMPORINI, 1995)

Pesquisas exploratórias objetivam proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito, além de trabalharem no aprimoramento de ideias; a grande maioria dessas pesquisas envolve levantamento bibliográfico (GIL, 2002).

Por sua vez, as pesquisas descritivas, visam, o desdobramento de determinado fenômeno à luz da observação sistemática (SILVA; MENEZES, 2005).

As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos etc. Geralmente assumem a forma de levantamento. (GIL, 2002, p. 42).

Findado o delineamento da pesquisa, iniciou-se o a organização do Recurso Educacional Aberto.

2.4.6 Sistematização de um REA, na forma de E-book sobre Notificação Compulsória

Com a execução do percurso metodológico descrito anteriormente, elegeu-se que o Recurso Educacional Aberto a ser desenvolvido, seria um E-book, pois o mesmo, condensaria informações pertinentes a Notificação Compulsória e teria como público alvo, estudantes e profissionais de saúde.

De acordo com o site *Scientific Eletronic Library Online* (2020):

Os eBooks, nome derivado da abreviação de livro eletrônico no idioma inglês (*eletronic books*), são versões digitais de livros, quase sempre disponíveis online na Web, que podem ser lidos em equipamentos eletrônicos tais como computadores, *tablets*, leitores de *E-books* (*e-readers*), celulares. São arquivos com conteúdo codificado, estruturado, armazenado e transferido em formato digital. (Scientific Eletronic Library Online, 2020)

Os E-books são vastamente difundidos em plataformas digitais, podendo ser acessados pelos mais diversos dispositivos eletrônicos, como smartphones, tablets, computadores, entre outros, o que demonstra um ganho quando a questão é compartilhamento deste tipo de ferramenta.

2.4.7 E-book Piloto

Concluídos os percursos metodológicos para a construção Recurso Educacional Aberto, construiu-se um E-book piloto (Apêndice A) sobre Notificação Compulsória, no qual o mesmo foi submetido a rigorosa avaliação de pareceristas *ad hoc*, com posterior submissão a um periódico de circulação nacional e internacional para validação dos métodos de construção.

O E-book piloto, pode ser encontrado no Portal eduCAPES, o mesmo, direciona-se a profissionais e estudantes da saúde. O conteúdo fora disposto em trinta páginas, que reúnem informações básicas sobre Notificação Compulsória.

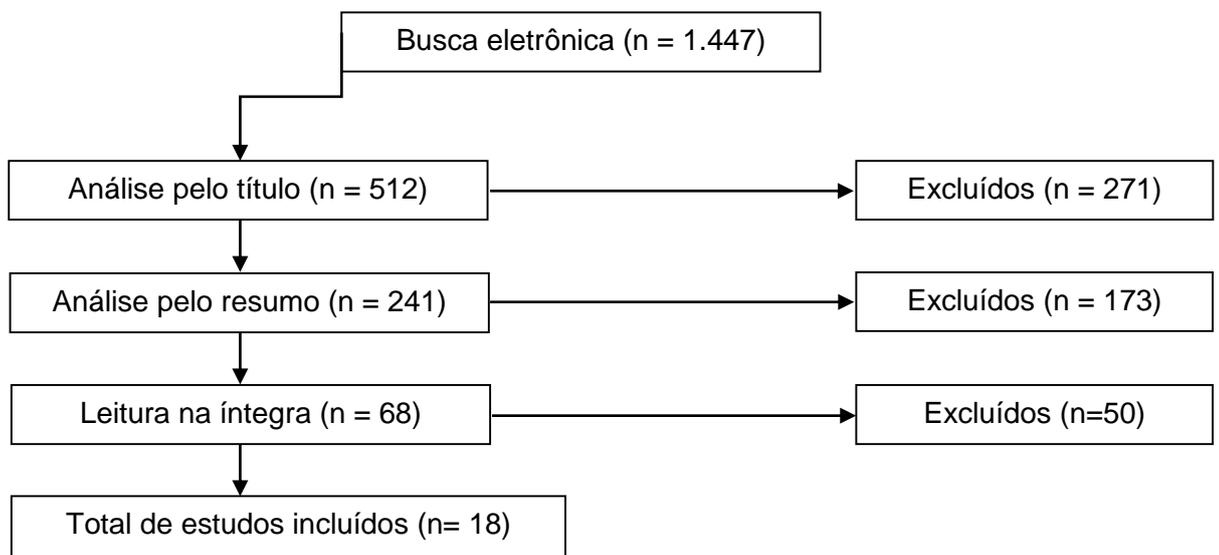
2.5 Resultados e Discussão

2.5.1 Revisão de Literatura

Durante o processo de construção da revisão integrativa obteve-se os seguintes resultados. Encontrou-se um total de 1.447 artigos, deste total, 336 no Periódico CAPES, 1.107 LILACS e 4 no SciELO, que discorriam sobre formação e também sobre Notificação Compulsória.

Dos 1.447 artigos encontrados, após os critérios de exclusão e inclusão, permaneceram 512. Foram excluídos 271 pela leitura do título e 173 pelo resumo. Após leitura na íntegra excluiu-se 50 devido inadequação à questão norteadora. O fluxograma a seguir (Figura 2) apresenta uma síntese do processo de obtenção dos artigos selecionados para a revisão integrativa.

Figura 2: Fluxograma de estratégia de buscas dos artigos.



Autoria própria, 2019.

Historicamente, a notificação compulsória tem sido a principal fonte da vigilância epidemiológica. A primeira lista de doenças de notificação compulsória remonta ao ano de 377, em Veneza. No entanto, o primeiro Regulamento Sanitário Internacional data de maio de 1951, no qual foram definidas seis enfermidades de notificação internacional (OLIVEIRA *et al.*, 2003).

No Brasil, este regulamento foi incorporado em 1961, mas a notificação sistemática de algumas doenças transmissíveis deu-se, somente, a partir de 1969, com dados originários das secretarias estaduais de saúde e outros órgãos federais, divulgados em boletim epidemiológico com periodicidade quinzenal (OLIVEIRA *et al.*, 2003).

No Brasil, as normas gerais sobre defesa e proteção da saúde foram instituídas em 1961 através do Decreto nº 49.974. A⁴, constituindo uma relação com 45 doenças, além de outras viroses humanas e as adversidades do trabalho, como de notificação compulsória. Apenas em 1969, em decorrência ao entusiasmo dos resultados da campanha de erradicação da varíola (CEV) e dos seus preceitos quanto ao valor prático do método de vigilância epidemiológica, teve início a notificação metódica de algumas doenças infectocontagiosas (TEIXEIRA *et al.*, 1998).

Sob a responsabilidade da Fundação de Serviços de Saúde Pública FSESP/Ministério da Saúde, as informações eram colhidas através das secretarias estaduais de saúde e outros órgãos específicos deste Ministério e divulgadas em um boletim epidemiológico com periodicidade quinzenal (TEIXEIRA *et al.*, 1998).

A lista nacional de Notificação Compulsória vigente no Brasil estaria restrita a alguns agravos e doenças de interesse sanitário para o País e compõe o sistema de doenças de Notificação Compulsória. Esta relação experimentou revisões durante as últimas décadas em função de novas ações programáticas instituídas para controlar problemas específicos de saúde. E este processo deve ser continuamente feito às autoridades sanitárias por profissionais de saúde ou qualquer cidadão, para fins de adoção de medidas de intervenção pertinentes (BRASIL, 2002).

Em 1998, o Centro Nacional de Epidemiologia - CENEPI promoveu ampla revisão do assunto, o que resultou na explicitação de conceitos técnicos sobre o processo de notificação bem como dos critérios utilizados para a seleção de doenças e agravos notificáveis (BRASIL, 2007).

Na ocasião, foi redefinida a lista nacional que posteriormente foi acrescida de outras doenças. Logo, estados e municípios podem incluir novas enfermidades, desde que se defina, com clareza, o motivo e objetivo da notificação, os instrumentos e fluxo que a informação vai seguir e as ações que devem ser postas em prática, de acordo com as análises realizadas. Deve-se dar atenção, todavia, ao fato de que só se deve coletar dados que tenham uma utilização prática, para que não sobrecarreguem os

serviços com formulários que não geram informações capazes de aperfeiçoar as atividades de saúde (BRASIL, 2010).

A Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011 definiu as terminologias adotadas em âmbito nacional dispondo do regulamento sanitário internacional de 2005, sobre a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional e assim estabeleceu fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições a profissionais e serviços de saúde (BRASIL, 2011).

A Notificação é a comunicação da ocorrência de determinada doença ou agravo à saúde. Destina-se em primeira instância ao serviço local de saúde incumbido de controlar a ocorrência. A norma legal obriga aos profissionais de saúde e pessoas da comunidade, a comunicar as autoridades sanitárias, situações que envolvam a suspeita ou confirmação de doença, agravo ou evento de saúde pública (BRASIL, 2014b).

Apesar destas determinações em nosso e em outros países, e das listas de Notificação Compulsória apresentarem eficácia comprovada, ainda há elevado percentual de doenças (GALBAN; BENZAKEN, 2007).

As subnotificações constituem ainda uma das principais dificuldades para a Vigilância Epidemiológica, e têm causas variadas que vão desde a pouca sensibilidade e informação dos profissionais, particularmente daqueles da rede privada, até mesmo à falta de prioridade da notificação das doenças na rede de serviços enquanto atividade básica e fundamental da saúde (BRASIL, 2009).

O desconhecimento das doenças a notificar e do fluxo da notificação pelos profissionais de saúde, bem como mudanças na definição de caso e a crença de que outro profissional notificou o caso, podem contribuir para a baixa notificação de casos (CARVALHO *et al.*, 2013). Essas informações podem ser visualizadas a seguir através do quadro sinótico dos estudos incluídos na revisão:

Quadro1: Sinopse dos estudos incluídos na revisão.

Autor	Ano	Palavras-chave	Sinopse
Biscarde, Pereira-Santos e Silva	2014	Formação em saúde; Extensão Universitária; Educação em Saúde; Sistema Único de Saúde.	Apresenta resultados de extensão universitária promovendo ampliação da relação entre universidade-sociedade.
Bispo Junior	2009	Fisioterapia; Educação Superior; Formação Profissional; Ensino da Saúde; Sistema Único de Saúde.	Aborda algumas reflexões sobre a formação em fisioterapia no Brasil, destacando o processo de ampliação do número de cursos e vagas, e a adequação do modelo de formação às necessidades de saúde da população.
Campos <i>et al.</i>	2001	Educação Médica; Tendências; Sistemas de Saúde; Integração docente-assistencial.	Propôs um sistema de incentivos às instituições de ensino superior, visando maior sintonia com o paradigma da integralidade.
Carvalho <i>et al.</i>	2013	Curriculum vitae; Educação Médica; Residência Médica; Estágios Extracurriculares.	Investigou as escolhas de atividades formadoras feitas por estudantes, com o fim de apreender a lógica dessas escolhas no contexto institucional em que se apresentam e no contexto social mais amplo das sociedades.
Ceccim e Feuerwerker	2004	Educação permanente em saúde; Educação dos profissionais de saúde; Formação e práticas de saúde; Formulação de políticas de formação em saúde; Ensino em saúde.	Apresenta o conceito de quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social.
Dias, Goldfarb e Lastória	2007	Ensino superior; Hanseníase; preconceito; Fisioterapia	Descreve e analisou o conhecimento de estudantes de fisioterapia sobre hanseníase, antes do contato formal na Universidade/Faculdade.
Escosteguy, Pereira e Medronho	2017	Vigilância Epidemiológica; Vigilância em Saúde Pública; Serviços de Vigilância Epidemiológica; Epidemiologia; Avaliação em saúde.	Propõe uma reflexão sobre os usos e as perspectivas da vigilância em saúde
Gomes	2013	Educação a Distância; Ensino Superior; Universidade Aberta do	Discute aspectos relativos à presença das tecnologias no

		Brasil; Tecnologias educacionais.	Ensino Superior, começando pela Educação a Distância.
Jurdi <i>et al.</i>	2018	Ensino superior; Terapia ocupacional; Currículo.	Relata o processo de revisão da matriz curricular, através de quatro etapas, destacando-se os seguintes aspectos: diminuição da carga horária total; mudanças nas atividades práticas; flexibilização curricular com introdução de módulos eletivos; maior articulação entre eixos e módulos; e fortalecimento da área de Fundamentos e Pesquisa.
Meyer, Costa e Gico	2006	Ciências sociais; Fisioterapia; Transdisciplinaridade; Processo saúde-doença.	Aborda as interfaces sociais, buscando a compreensão da saúde e da doença com base em uma concepção transdisciplinar, por meio da religação dos saberes no curso de Fisioterapia.
Moura <i>et al.</i>	2012	Serviços de saúde; Educação em Odontologia; Gestantes; Saúde da criança; Extensão comunitária.	Descreve o impacto que as informações e ações desenvolvidas em um programa de extensão universitária exerceram na formação profissional de egressos.
Nunes	2005	Saúde Coletiva, história; Saúde Coletiva, prática pedagógica; Saúde Coletiva, estrutura curricular.	Aborda a constituição do campo da Saúde Coletiva no Brasil em três aspectos: origens da Saúde Coletiva, aspectos históricos da saúde no Brasil, a Saúde Coletiva como prática pedagógica e perspectivas do campo.
Silva	2015	Leptospirose; Doenças infectocontagiosas; Notificação compulsória de doenças.	Descreve dados retrospectivos sobre os números de casos confirmados e de óbitos relacionados à Leptospirose, no nordeste brasileiro entre os anos 200 a 2013, e a relação de doenças de notificação compulsória com o ensino em saúde.
Silva e Oliveira	2014	Notificações de doenças. Doenças transmissíveis. Notificação.	Contextualiza o funcionamento do serviço de notificação compulsória vigente no Brasil e a importância da atuação dos

			profissionais de saúde nos processos de notificação.
Soares <i>et al.</i>	2002	Hepatite B; Exposição a agentes biológicos; Odontologia; Estudantes; Epidemiologia.	Verificou o conhecimento e práticas de alunos sobre a Hepatite B.
Sousa <i>et al.</i>	2012	Notificação de Doenças; Notificação Compulsória; Vigilância Epidemiológica; Atenção Primária à Saúde.	Avalia e comparou o conhecimento de profissionais da saúde da Estratégia Saúde da Família sobre doenças e agravos de notificação compulsória.
Teixeira <i>et al.</i>	1998	Vigilância Epidemiológica; Doenças de Notificação Compulsória.	Refere-se ao Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica, principalmente, quanto ao processo de revisão e seleção de doenças de Notificação Compulsória.
Vasconcelos	1998	Educação em Saúde; Cuidados Primários à Saúde; Doenças Transmissíveis; Saúde Pública	Aborda estratégias de combate às doenças infecciosas e parasitárias nos serviços de atenção primária à saúde.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Assim, destaca-se a necessidade de os profissionais de saúde conhecerem as Normas e Rotinas do Ministério da Saúde, através do SINAN, que foi implantado no Brasil a partir de 1993, de forma gradual. No entanto, esta implantação foi realizada de forma heterogênea nos estados e municípios, não havendo uma coordenação e acompanhamento por parte dos gestores de saúde, nas três esferas de governo (BRASIL, 2007).

Em 1998, o CENEPI retoma este processo e forma uma comissão para desenvolver instrumentos, definir fluxos e um novo software para o SINAN, além de definir estratégias para sua imediata implantação em todo o território nacional. Deste modo, o uso do SINAN foi regulamentado tornando obrigatória a alimentação regular da base de dados nacional pelos municípios, estados e Distrito Federal, bem como designando a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA (BRASIL, 2007).

A entrada de dados, no SINAN, é feita mediante o emprego de dois formulários padronizados:

1- Ficha Individual de Notificação (FIN): preenchida individualmente para cada paciente quando há suspeita da ocorrência de problema de saúde de notificação compulsória ou de interesse nacional, estadual ou municipal e encaminhada pelas unidades assistenciais, aos serviços responsáveis pela informação e/ou vigilância epidemiológica. Este mesmo instrumento é utilizado para notificação negativa, que é o registro da não ocorrência de NC na área de abrangência da unidade de saúde, indicando que os profissionais e o sistema de vigilância da área estão alertas para a ocorrência de tais eventos (BRASIL, 2010).

2- Ficha Individual de Investigação (FII): esta ficha permite obter dados que possibilitam a identificação da fonte de infecção e mecanismos de transmissão da doença. Os dados, gerados nas áreas de abrangência dos respectivos estados e municípios, devem ser consolidados e analisados considerando aspectos relativos à organização, sensibilidade e cobertura do próprio sistema de notificação e das atividades de vigilância epidemiológica (BRASIL, 2010).

A rotina de funcionamento do SINAN permanece a mesma em dias atuais e o documento oficial mais recente sobre Notificação Compulsória é a Portaria Ministerial 204, que além de definir a Lista Nacional de NC, também apresenta doenças, agravos e eventos de saúde nos serviços de saúde públicos ou privados em todo território nacional, levando em consideração a promoção, proteção e recuperação da saúde. O

documento, ainda considera a necessidade de padronizar os procedimentos normativos relacionados a NC no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e torna-a obrigatória para profissionais de saúde (BRASIL, 2016).

No Brasil são reconhecidas quatorze categorias de profissionais de saúde de acordo com a resolução nº 287 de 8 de outubro de 1998, capazes de contribuir ativamente na consolidação dos sistemas de saúde vigente no país, são elas: Assistentes Sociais, Biólogos, Biomédicos, Profissionais de Educação Física, Enfermeiros, Farmacêuticos, Fisioterapeutas, Fonoaudiólogos, Médicos, Médicos Veterinários, Nutricionistas, Odontólogos, Psicólogos e Terapeutas Ocupacionais (BRASIL, 1998).

Ações de vigilância ministeriais são inviabilizadas quando a formação dos profissionais descritos acima não privilegia o ensino relacionado a NC, pois, vários agravos e enfermidades são considerados endêmicos nas regiões brasileiras, sendo assim, necessárias estratégias de promoção, proteção e controle da situação; e, em função disso, sugere-se melhor treinamento de profissionais e acadêmicos da saúde no âmbito das instituições de ensino superior (SILVA, 2015).

Há dificuldades dos profissionais de saúde brasileiros sobre o sistema de notificação o que gera o embaraço das subnotificações. As problemáticas enfrentadas pelos profissionais de saúde têm causas variadas, que vão desde a pouca instrução dos profissionais, dificuldade no manejo dos instrumentos de notificação e até mesmo a falta de prioridade da notificação das doenças na rede básica de serviços (LIMA *et al.*, 2018).

O intercâmbio de informações sobre NC deve ocorrer rotineiramente em todos os níveis de formação para garantir o conhecimento sobre a condição das comorbidades e o acesso precoce às medidas de prevenção e tratamento (CARVALHO; DOURADO; BIERRENBACH, 2001).

No processo de construção das capacidades e habilidades dos profissionais de saúde, é preciso propiciar aos mesmos, ferramentas que garantam aquisição de conhecimento e os permita agir adequadamente em situações envolvendo estratégias de promoção, prevenção e proteção da saúde (AMANCIO FILHO, 2004).

Nesse contexto, deve ser considerada importante a qualificação dos egressos e acadêmicos da saúde objetivando a otimização do sistema de NC brasileiro, visto que, é precário o conhecimento dos estudantes e profissionais de saúde sobre NC

(SILVA; OLIVEIRA, 2014). As estratégias que favoreçam a saúde da população são tão indispensáveis que, para cada dólar investido, há um retorno econômico de doze milhões, representando assim melhorias para o desenvolvimento do milênio (PRÜSS-ÜSTÜN *et al.*, 2008).

A qualificação dos estudantes e profissionais pode ocorrer através da construção e/ou incentivo à parceria entre os setores educacionais e da saúde. A elaboração de propostas pedagógicas pelas instituições de ensino permite aos estudantes e trabalhadores da saúde a aquisição e o domínio de diversas competências, permitindo-os compreender, atuar e enfrentar demandas relacionadas à Notificação Compulsória (AMANCIO FILHO, 2004).

Entretanto, a configuração do ensino sobre NC aos estudantes da saúde ainda diverge das estratégias do Ministério da Saúde, isso ocorre também pelas divergências dos currículos nos Projetos Políticos dos Cursos (PPCs) e pelo fato da maioria dos profissionais de saúde atribuir a responsabilidade da NC exclusivamente ao médico (VASCONCELOS, 1998; NUNES, 2005; ANDRADE, 2012).

Entretanto, observa-se que os currículos dos profissionais de saúde brasileiros baseiam-se em conteúdos, ignorando estratégias pedagógicas fundamentadas no ensino problematizado e/ou na construção do saber coletivo primordial para os interesses das demandas coletivas, distanciando-se desta forma do seu sentido etimológico, currículo (deriva-se do latim *curriculum*), que significa percurso ou caminho, essa construção social histórica representa os saberes, as práticas e as experiências julgadas importantes no enfrentamento das demandas sociais (MORAES; COSTA, 2016).

Nos cursos da saúde, a maioria dos currículos dos PPCs não dispõe da especificidade do estudo das doenças infectocontagiosas, desencadeando uma precariedade no conhecimento dos acadêmicos, que no futuro, terão dificuldades para reconhecer e tomar medidas cabíveis e em tempo hábil junto às autoridades de saúde (VASCONCELOS, 1998; NUNES, 2005; ANDRADE, 2012).

Os procedimentos que estabelecem as reformas educacionais geralmente acontecem por meio da intervenção do Estado que, quando necessário, programa um conjunto de ações que alteram a estrutura e o funcionamento das instituições, logo os PPCS da saúde devem ser planejados, prospectando o ser humano em sua individualidade e coletividade além das suas interações com o meio respondendo

premissas pré-estabelecidas priorizando o cuidado integral, humanizado, multiprofissional e que atenda as necessidades da população e do SUS, fugindo da visão curativista e prescritiva pré-estabelecida (MORAES; COSTA, 2016).

Ações de vigilância ministeriais são inviabilizadas quando a formação do profissional de saúde não privilegia o ensino relacionado a NC, pois, vários agravos e enfermidades são considerados endêmicos nas regiões brasileiras, sendo assim, necessárias estratégias de promoção, proteção e controle da situação; e, em função disso, sugere-se melhor treinamento de profissionais e acadêmicos da saúde no âmbito das instituições de ensino superior (SILVA, 2015).

Nesse direcionamento, os currículos e Projetos Pedagógicos de Cursos da saúde devem atender não só o conhecimento técnico-científico, mas, o encorajamento ético-político com perspectivas relacionadas à cidadania e emancipação dos sujeitos e coletividades, criando possibilidades para o futuro profissional de saúde intervir na realidade e desempenhar seu de trabalho de forma crítico-reflexiva, valorizando a interdisciplinaridade e os aspectos humanísticos, voltados para as demandas de saúde da população (BISCARDE; PEREIRA-SANTOS; SILVA, 2014).

Dito isto, acredita-se que há uma necessidade urgente dos cursos da saúde desenvolver em seus PPCs, atividades que valorizem o aprendizado, entrelaçando as atividades já existentes com atividades que favoreçam a sociedade em geral com relação a NC (MOURA *et al.*, 2012).

Uma alternativa para maximizar as estratégias ministeriais sobre a NC, além da divulgação por mídia impressa e online, já existente, seria a implementação dos PPCs, com projetos de extensão, que objetivam promover cidadania e produzir conhecimentos, além de incentivar reflexões acerca de possíveis transformações na condução da promoção de saúde e no controle de agravos à população (MOURA *et al.*, 2012).

Outra alternativa seria a implantação ou adequação de disciplinas e cursos extracurriculares através da educação a distância, que tem assumido, a cada dia, maior participação na formação educacional, em especial no ensino superior, através de ferramentas que usualmente não são utilizadas nas modalidades tradicionais de ensino, porém, viabilizam para o discente uma formação continuada (GOMES, 2013a).

Dias, Cyrino e Lastória (2007) concordam com a necessidade da implementação de novas práticas pedagógicas, para que o profissional possa, em seu cotidiano, ser capaz de lidar com as condições diferentes de saúde da população, inclusive referentes a Notificação Compulsória.

Na perspectiva de atender esta demanda educativa Zanin (2017), cita como uma das alternativas os Recursos Educacionais Abertos. A seguir será abordado como ocorreu a construção do REA na forma de E-book sobre NC para estudante e profissionais de saúde.

2.5.2 E-book

2.5.2.1 Etapa I – Utilização de Documentos Oficiais

Buscou-se na literatura instrumentos textuais capazes de serem transformados no recurso educativo, sendo utilizados os seguintes documentos para composição:

Quadro 2: Documentos utilizados para a composição do E-book.

Tipo de documento	Disposição
Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016.	Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências.
Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975	Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências.
Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977	Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Após a finalização deste processo, buscou-se aprimorar o E-book, através de ilustrações, de forma que o mesmo se tornasse mais atrativo.

2.5.2.2 Etapa II – Escolha das ilustrações

As ilustrações foram buscadas no intuito de atrair a percepção dos profissionais e estudantes que criam suas referências e também se reconhecem por imagens, instaurando laços de comunhão com as mesmas. Há a ideia de que pela imagem eu me aproximo do outro, me uno ao outro, favorecendo a qualidade da natureza simbólica capaz de refletir sobre as mais diferentes leituras (BELMIRO, 2000). Partindo dessa premissa, ilustrações de profissionais de saúde foram acessadas em websites e posteriormente salvas. Em seguida, as mesmas foram enviadas para um ilustrador que as traduziram de acordo com as necessidades do trabalho.

2.5.2.3 Etapa III – Diagramação do conteúdo

Após a seleção de textos e de imagens, foi a vez do material ser enviado para um profissional capacitado para criação e diagramação de E-books. Este profissional uniu os textos selecionados anteriormente com as figuras provenientes do processo de ilustração.

Figura 3: Modelos de ilustrações contidas no E-book.



Fonte: arquivo do pesquisador, 2019.

A união das ilustrações com a disposição do texto e cada página foi concebida de forma que tornassem claras e objetivas as informações a serem repassadas. O E-book conta ainda com um sistema de links, facilitando o acesso do leitor ao portal oficial do Ministério da Saúde, mais especificamente ao Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN). Além disso, o Recurso Educacional Aberto apresenta um *quiz* de perguntas e respostas sobre Notificação Compulsória, a fim de fortalecer a aprendizagem do leitor.

Finalizada esta etapa, foi realizada revisão do texto e gravação do material no formato PDF, que significa *Portable Document Format* (Formato Portátil de Documento).

2.5.2.4 Etapa IV – Avaliação por pareceristas *ad hoc*

Nesta fase, o E-book foi exposto ao público em geral e para pareceristas *ad hoc* em um congresso acadêmico da própria instituição de ensino. O material ficou exposto em um notebook, onde o público, juntamente com os pareceristas, puderam explorá-lo e interagir.

Os avaliadores preencheram um formulário que pontuava a linguagem, ilustração, interatividade e relevância do Recurso Educacional Aberto. Em relação à apresentação da linguagem, os peritos avaliaram a conveniência e a compreensão dos conceitos utilizados e adequação do vocabulário e objetivos. Eles também avaliaram as ilustrações de acordo com a interatividade, organização e a adaptação visual.

A opinião do público também foi importante, pois os mesmos referiam que não conheciam nenhum Recurso Educacional Aberto com a temática. Concluída a exposição do recurso no congresso, a coordenação do MPES ficou de posse dos formulários avaliativos.

Estes formulários com as considerações dos avaliadores foram disponibilizados, entretanto, não houve apontamentos referentes à alteração do material. O recurso, então, foi encaminhado para uma editora no intuito de registrá-lo com o ISBN (*International Standard Book Number*), que é um sistema que identifica numericamente os livros segundo o título, o autor, o país e a editora, individualizando-os inclusive por edição.

2.5.2.5 Etapa V – Avaliação Cega por Pares

Para sustentação do método proposto pelo pesquisador, trabalhos prévios foram submetidos a revistas de circulação nacional e internacional, onde as mesmas utilizam a sistemática de avaliação cega por pares.

Nesta etapa durante o processo de submissão o autor excluiu dados que pudessem levar a sua identificação, sendo os documentos enviados no formato doc (documentos de processamento de texto) do *Microsoft Office Word®* 2016. Por conseguinte, as revistas, tomaram todos os cuidados possíveis para não revelar a identidade de autores e avaliadores entre os mesmos durante o processo.

Como resultados desta etapa, obteve-se duas publicações: a primeira de Silva, Santos e Teixeira (2019) e a segunda por Silva, Santos e Lucena (2020) – as mesmas podem ser acompanhadas nos apêndices (B e C) dessa dissertação.

2.5.2.6 Etapa VI - Inserção no Repositório CAPES

Recebido o ISBN da editora, o E-book foi enviado para o orientador, que inseriu o *Creative Commons*, e em seguida inseriu o mesmo no repositório da CAPES. O material está disponível não só para profissionais e estudantes da saúde, mas também para indivíduos em geral que tenham interesse sobre a temática.

2.6 Conclusão

Por considerar que a literatura científica aborda a falta de formação adequada dos profissionais de saúde sob a óptica da Notificação Compulsória; considerando ainda que os profissionais de saúde devem ser capazes de contribuir positivamente com questões referentes à promoção e prevenção a saúde populacional no âmbito das políticas públicas, pode-se inferir que Recursos Educacionais Abertos emergem com uma alternativa plausível para a promoção do saber sobre NC.

Importantes transformações nos mecanismos de ensino-aprendizagem têm ocorrido na contemporaneidade e as facilidades do acesso aos REA, como E-books, oferecem suporte a diversos públicos, entre eles os profissionais de saúde, que na maioria das vezes necessitam superar deficiências da sua formação para contribuir efetivamente com as estratégias de promoção e prevenção da saúde da população brasileira.

Deste modo, o Recurso Educacional Aberto, produto desta pesquisa, vem atuar na deficiência do conhecimento de estudantes e profissionais de saúde brasileiros sobre Notificação Compulsória.

Entretanto, a literatura necessita da criação de outros Recursos Educacionais Abertos, principalmente no âmbito da NC, para melhor preparar os estudantes e profissionais da saúde, e nesta perspectiva esta dissertação poderá nortear o processo de construção de recursos posteriores

SEÇÃO 3 – PRODUTO EDUCACIONAL

3.1 Introdução

As pós-graduações *stricto sensu* na modalidade mestrado profissional tem o foco no desenvolvimento de produtos de natureza educacional. Ao término desses cursos, os orientandos devem apresentar, de forma explícita e destacável, um produto educacional (E-book, cartilha, vídeo, jogo, *software* etc.) capaz de ajudar diversos públicos em suas práticas profissionais (GOMES, 2013b).

A construção dos produtos educacionais estimula a formação continuada do autor, e o compartilhamento estimulam também a formação continuada do público alvo. No intervalo entre a construção e o compartilhamento estes produtos devem passar por adaptações e validações, levando-se em consideração o contexto no qual será aplicado (PAES, 2017)

As características desses materiais são influenciadas por aspectos relacionados a sua produção, consumo e/ou circulação, além de uma demanda específica para resolução de determinadas circunstâncias (MOREIRA *et al.*, 2018).

Compreendendo este sentido, a ferramenta educacional em forma de E-book sobre Notificação Compulsória a apresentada a seguir, foi desenvolvido durante a permanência do autor no Mestrado Profissional em Ensino na Saúde e Tecnologia – MEST da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL.

3.2 Fundamentação teórica do produto

Notificação compulsória (NC) é a comunicação obrigatória à autoridade de saúde, realizada por profissionais de saúde ou responsáveis por estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, sobre a ocorrência de suspeita ou confirmação de doença, agravo ou evento de saúde pública (BRASIL, 2016).

Nessa perspectiva, considerando que doenças, agravos ou eventos de saúde pública, relacionados com a NC, acometem um índice elevado de pacientes, todas as profissões da área da saúde e acadêmicos devem se instruir sobre esta temática, entretanto, ainda é escassa essa abordagem por instituições de ensino que formam para saúde (OPROMOLLA, 1988).

Nas últimas décadas, assistiu-se a uma significativa diminuição da importância da NC o que tem causado morte e sofrimento para um amplo setor das classes populares (VASCONCELOS, 1998). Logo, estratégias que favoreçam a saúde da população, são indispensáveis, pois cada dólar investido, melhoraria os objetivos de desenvolvimento do milênio, em média, um benefício econômico de doze milhões de dólares (PRÜSS-ÜSTÜN *et al.*, 2008).

Considerando, que a NC ao órgão de saúde responsável, visando a prevenção e controle de surtos, epidemias, endemias e pandemias é responsabilidade de profissionais e estudantes, é importante, a qualificação dos egressos e acadêmicos da saúde objetivando a otimização do sistema de NC brasileiro (SILVA; OLIVEIRA, 2014).

Para que isso seja possível, fazer uso de materiais como E-book, pode auxiliar na identificação sistemática da problemática e o manuseio destes processos de facilitação do conhecimento são indispensáveis (DESCRITORES EM CIÊNCIAS DA SAÚDE, 2019).

Salienta-se que com a contribuição desse tipo de material é possível potencializar a promoção da saúde, depende do conhecimento prévio e das formas de comunicação entre criadores e público alvo (REBERTE; HOGA; GOMES, 2012).

Diante do exposto, o presente estudo objetivou apresentar o recurso educativo no formato E-book direcionado para estudantes e profissionais da saúde sobre Notificação Compulsória.

3.3 Objetivos

3.3.1 Objetivo Geral

Apresentar o recurso educativo no formato E-book direcionado para estudantes e profissionais da saúde sobre Notificação Compulsória.

3.3.2 Objetivos Específicos

1. Descrever o que é um produto educacional;
2. Compilar informações sobre o produto educacional;
3. Compilar informações sobre NC, desde aspectos históricos, até as legislações mais atuais;
4. Compartilhar de forma livre e aberta o REA sobre Notificação Compulsória.

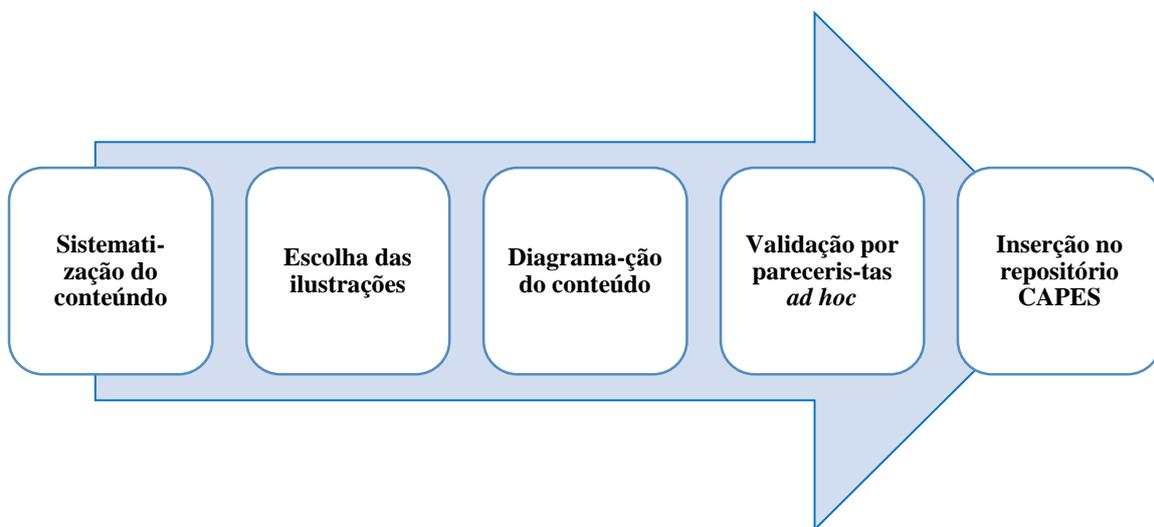
3.4 Referencial Metodológico

O E-book direcionado a estudantes e profissionais de saúde sobre Notificação Compulsória, foi construído obedecendo critérios metodológicos estabelecidos pelo autor conforme descrito na Seção 2, item 2.4 desta dissertação e seguiu as seguintes etapas:

3.4.1 Etapas de Elaboração do Recurso

A construção do E-book dividiu-se em cinco etapas distintas (Figura 4), que variaram desde a sistematização dos conteúdos, até a inserção no repositório da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), conduzido no período entre setembro a novembro de 2019.

Figura 4: Etapas para a produção do E-book.



Autoria própria, 2020.

A primeira etapa foi baseada na necessidade de profissionais e estudantes da saúde sobre Notificação Compulsória, sendo esta apresentada através de revisão de literatura. A elaboração do conteúdo também foi baseada na literatura científica, para garantir a fidedignidade e compreensão do usuário.

Na segunda etapa, imagens de websites foram acessadas para encontrar as melhores ilustrações adequadas que posteriormente serviriam como modelo para

criação das próprias ilustrações do E-book. Imagens escolhidas inicialmente para um profissional especializado para construção das imagens do E-book.

Na terceira etapa, o conteúdo preliminar, representado por normativas oficiais do Ministério da Saúde do Brasil, passou por um processo edição de texto e posterior diagramação, unindo-se as imagens com o texto na versão inicial do E-book. A primeira versão foi revisada e seguiu para etapa seguinte.

Na quarta etapa, o E-book foi submetido e validado sem restrição por peritos *ad hoc*. A avaliação se relacionou com adequação e apresentação das informações, linguagens e ilustrações considerando a perspectiva do público alvo. Finalizada a validação, os profissionais foram convidados a opinar sobre a visão geral e específica do recurso educativo.

Na quinta e última etapa, o arquivo foi enviado para o orientador, que fez uma nova avaliação de ilustrações e texto e finalizou com a inserção do E-book no repositório da CAPES, ficando o mesmo, disponível para o público em geral.

3.5 Resultados

Como resultado do processo obteve-se o Recurso Educacional Aberto sobre Notificação Compulsória na forma de E-book, que contém setenta e quatro páginas ilustradas e interativas, que pode ser visualizado no Apêndice D deste trabalho.

O mesmo reúne informações pertinentes a Notificação Compulsória além de abordar a formação de estudantes e profissionais de saúde, quais os profissionais que estão aptos a notificar, descreve o Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, periodicidade da Notificação Compulsória, locais para realização da NC e a lista nacional de Notificação Compulsória.

O mesmo ao final de cada capítulo encoraja o leitor a prosseguir com a aprendizagem e ao final de toda leitura parabeniza a leitura do E-book.

3.6 Conclusão

A proposta da criação do Recurso Educacional Aberto sobre Notificação Compulsória foi qualificar os profissionais e acadêmicos da saúde, sobre o sistema de Notificação Compulsória vigente no Brasil. O recurso é um suporte para aprendizagem do público alvo, que precisa superar dificuldades e favorecer estratégias de promoção e prevenção da saúde da população brasileira.

Outros estudos devem ser realizados para avaliar a efetividade do recurso sobre a aprendizagem dos profissionais e acadêmicos da saúde.

Referências

- AMANCIO FILHO, Antenor. Dilemas e desafios da formação profissional em saúde. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 8, n. 15, p. 375-380, Ago. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832004000200019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 3 julho 2019.
- ANDRADE, Lidiane Lima de. **Construção de instrumentos para a documentação do processo de enfermagem em uma clínica de doenças infectocontagiosas** [dissertação] [Internet]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba; 2012. Disponível em <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5086>>. Acesso em 08 maio 2019.
- BAHIA, Silvia Helena Arias *et al.* Ensino na Saúde como objeto de pesquisa na pós-graduação stricto sensu: análise do Pró-Ensino na Saúde. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 22, supl. 1, p. 1425-1442, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832018000501425&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 novembro 2019.
- BARROS, Flávio Rômulo Alexandre do Rêgo; CAIADO, Roberta Varginha Ramos. **Recursos educacionais abertos (REA): um estudo da transposição didática e informática no ensino de língua on-line (ELO)**. 2018. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciência da Linguagem. Mestrado em Ciências da Linguagem, 2018. Disponível em <<http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1049>>. Acesso em 16 julho de 2020.
- BELMIRO, Celia Abicalil. A imagem e suas formas de visualidade nos livros didáticos de Português. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 21, n. 72, p. 11-31, Aug. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 4 julho 2018.
- BISCARDE, Daniela Gomes dos Santos; PEREIRA-SANTOS, Marcos; SILVA, Lília Bittencourt. Formação em saúde, extensão universitária e Sistema Único de Saúde (SUS): conexões necessárias entre conhecimento e intervenção centradas na realidade e repercussões no processo formativo. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 18, n. 48, p. 177-186, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832014000100177&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 novembro 2019.
- BISCARDE, Daniela Gomes dos Santos; PEREIRA-SANTOS, Marcos; SILVA, Lília Bittencourt. Formação em saúde, extensão universitária e Sistema Único de Saúde (SUS): conexões necessárias entre conhecimento e intervenção centradas na realidade e repercussões no processo formativo. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 18, n. 48, p. 177-186, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832014000100177&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 maio 2019.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 287, de 18 de outubro de 1998. Resolve sobre a inclusão de categorias profissionais de saúde de nível superior para

atuação no Conselho Nacional de Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 Out. 1998. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1998/res0287_08_10_1998.html> Acesso em 2 maio 2018

_____. Fundação Nacional de Saúde. **Guia de vigilância epidemiológica: Aids/Hepatites Virais**. 5. ed. Brasília, 2002. p. 62-63. Disponível em: <www.aids.gov.br/publicacao/guia-de-vigilancia-epidemiologica> Acesso em 20 maio 2018

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: **Ministério da Casa Civil**, 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em 30 maio 2020

_____. Lei nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Brasília: **Ministério da Casa Civil**, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em 30 maio 2020

_____. Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975. Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 nov. 1975. p. 14785. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/19701979/lei-6259-30-outubro-1975-357094-norma-pl.html>>. Acesso em 4 julho 2018.

_____. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 ago. 1977. p. 11145. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6437-20agosto-1977-357206-norma-pl.html>>. Acesso em 4 julho 2018.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 466 de 12 de Dezembro de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0098_M.pdf> Acesso em 06 outubro 2019.

_____. Ministério da Saúde. **Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso**. 8. ed. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/doen_n_infecciosas_guia_bolso_8ed.pdf> Acesso em 5 maio 2018

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 Fev. 2016. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0204_17_02_2016.html> Acesso em 2 maio 2018

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.171, de 6 de Junho de 2014b. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jun. 2014. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1271_06_06_2014.html> Acesso em 2 maio 2018.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 104, de 25 de Janeiro de 2011. Define as terminologias adotadas em legislação nacional, conforme o disposto no Regulamento Sanitário Internacional 2005 (RSI 2005), a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional e estabelece fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jan. 2016. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0104_25_01_2011.html> Acesso em 2 maio 2018.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.472, de 31 de Agosto de 2010. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 set. 2010. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt2472_31_08_2010.html> Acesso em 2 maio 2018

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Sistema **de Informação de Agravos de Notificação – Sinan: normas e rotinas**. [Internet]. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2007 Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0098_M.pdf> Acesso em 12 Maio de 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan: normas e rotinas. [Internet]. 2.ed. Brasília: **Ministério da Saúde**; 2007 Disponível em: Acesso em 12 Maio de 2018.

CARVALHO, Carolina Novaes; DOURADO, Ines; BIERRENBACH, Ana Luiza. Subnotificação da comorbidade tuberculose e aids: uma aplicação do método de linkage. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 548-555, Jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102011000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 4 julho 2019.

CARVALHO, Maria Bernadete de; RIBEIRO, Maria Mônica Freitas; SILVA, Luciana Diniz; SHIMOMURA, Flávio Martins. A composição do curriculum vitae entre estudantes de medicina e seus condicionantes. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 4, p. 483-491, Dec. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-55022013000400003&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 8 maio 2018.

CASTELLANOS, Marcelo Eduardo Pfeiffer *et al.* Estudantes de graduação em saúde coletiva: perfil sociodemográfico e motivações. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p. 1657-1666, Jun 2013 Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000600017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 novembro 2019.

CATANI Afrânio Mendes; OLIVEIRA João Ferreira de; DOURADO Luiz Fernandes. Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 22, n. 75, p. 67-83, Ago. 2001. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 novembro 2018.

CAVALCANTE, Maria Tereza Leal; VASCONCELLOS, Miguel Murat. Tecnologia de informação para a educação na saúde: duas revisões e uma proposta. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 611-622, Jun. 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 julho 2019.

CREATIVE COMMONS. **Sobre as Licenças**. Disponível em:

<<https://br.creativecommons.org/licencas/>>. Acesso em 20 julho 2020.

CRUZ, Marly Marques da; TOLEDO, Luciano Medeiros de; SANTOS, Elizabeth Moreira dos. O sistema de informação de AIDS do Município do Rio de Janeiro: suas limitações e potencialidades enquanto instrumento da vigilância epidemiológica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.19, n. 1, p. 81-89, Fev. 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 junho 2019.

DESCRITORES EM CIÊNCIAS DA SAÚDE. DeCS. 2019. ed. rev. e ampl. São Paulo: BIREME / OPAS / OMS, 2017. Disponível em: < <http://decs.bvsalud.org> >. Acesso em 15 novembro 2019.

DIAS, Andréia; CYRINO, Eliana Goldfarb; LASTÓRIA, Joel Carlos. Conhecimentos e necessidades de aprendizagem de estudantes de fisioterapia sobre a hanseníase.

Hansen. int. Bauru, p. 9-18, 2007. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=492484&indexSearch=ID>> Acesso em 10 abril 2019

DINIZ, Caio Cesar Santos. **Uma análise crítica de um recurso educacional aberto digital concebido para o ensino-aprendizagem da Estatística no Ensino Médio**.

2016. Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissional em Ensino de Matemática) - Instituto de Matemática e Estatística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/45/45135/tde-24042019-221620/pt-br.php>>. Acesso em 2 junho 2019.

ESCOSTEGUY Claudia Caminha; PEREIRA Alessandra Gonçalves Lisboa; MEDRONHO Roberto de Andrade. Três décadas de epidemiologia hospitalar e o desafio da integração da Vigilância em Saúde: reflexões a partir de um caso. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 3365-3379, Out. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017021003365&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Outubro 2019

FERREIRA, Giselle Martins dos Santos; SA, Jaciara Carvalho de. RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS COMO TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS: CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, n. 144, p. 738-755, Set. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302018000300738&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 julho 2019.

GALBAN, Enrique; BENZAKEN, Adele. Situación de la sífilis en 20 países de Latinoamérica y el Caribe: Año 2006. **DST J Bras Doenças Sex Transm.** n. 9, v. 3-4, p. 166-72. 2007. Disponível em: <<http://www.dst.uff.br/revista19-3-2007/9.pdf>> Acesso em 13 maio 2018

FURTADO, Débora; AMIEL, Tel. **Guia de bolso da educação aberta.** Brasília, DF: Iniciativa Educação Aberta, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/564609/2/Guia%20de%20bolso%20REA_vf_impressa%CC%83o.pdf>. Acesso em 20 julho de 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em: <http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20-%20como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em 10 outubro 2019.

GIRIANELLI, Vania Reis; FERREIRA, Aldo Pacheco; VIANNA, Marcos Besserman, TELES, Nair; ERTHAL, Regina Maria de Carvalho; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. Qualidade das notificações de violências interpessoal e autoprovocada no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, 2009-2016. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 318-326, Jul. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2018000300318&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 2 julho 2019.

GOMES, Luiz Fernando. EAD no Brasil: perspectivas e desafios. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 18, n. 1, p. 13-22, Mar. 2013a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 maio 2018

GOMES, Severino Carlos. Ensino de trigonometria numa abordagem histórica: um produto educacional. **Bolema**, Rio Claro, v. 27, n. 46, p. 563-577, Ago. 2013b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-636X2013000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 2 junho 2020

GONSALES, Priscila. Recursos educacionais abertos (REA) e novas práticas sociais. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [S.l.], v. 10, n. 1, Mar. 2016. ISSN 1981-6278. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1078>>. Acesso em 17 julho 2019.

HEREDIA, Jimena de Mello; RODRIGUES, Rosângela Schwarz; VIEIRA, Eleonora Milano Falcão. Produção científica sobre Recursos Educacionais Abertos. **Transinformação**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 101-113, Abr. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862017000100101&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em 15 julho 2019.

JURDI, Andrea Perosa Saigh *et al.* Revisitar processos: revisão da matriz curricular do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Paulo. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 22, n. 65, p. 527-538, Abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832018000200527&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 novembro 2018.

LIMA, Romênia Kelly Soares de; EVANGELISTA, Aline Luiza de Paulo; MAIA, Jéssica Karen de Oliveira; TRAVASSOS, Priscila Nunes da Silva; PINTO, Francisco José Maia; MOREIRA, Francisco José Maia. **Rev Bras Med Trab.** v. 16, n. 2, p. 192-198, 2018. Disponível em: <<http://www.rbmt.org.br/details/315/pt-BR>>. Acesso em 1 julho 2019.

MACEDO, Kelly Dandara da Silva; ACOSTA, Beatriz Suffer; SILVA, Ethel Bastos da, SOUZA, Neila Santini de; BECK, Carmem Lúcia Colomé; SILVA, Karla Kristiane Dames da. Active learning methodologies: possible paths to innovation in health teaching. *Esc. Anna Nery.* v. 22, n. 3, e20170435, 2018. Disponível em: <http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452018000300704>. Acesso em 17 julho 2019.

MAZZARDO, Mara Denize. **Recursos educacionais abertos: inovação na produção de materiais didáticos dos professores do ensino médio.** Tese de Doutorado em Educação na especialidade de Educação a Distância e Elearning apresentada à Universidade Aberta. 2018. Disponível em <<https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/7788>>. Acesso em 20 maio 2020.

MIRANDA, Fernanda Moura D'Almeida; PURIM, Kátia Sheylla Malta; SARQUIS, Leila Maria Mansano; SHWETZ, Ana Claudia Athanasio; DELATORRE, Letícia Schlichting; SAALFELD Rosangela Maria. Dermatoses ocupacionais registradas em sistema de notificação na região Sul do Brasil (2007 a 2016). **Rev Bras Med Trab.** v. 16, n. 4, p. 442-450. 2018. Disponível em: <<http://www.rbmt.org.br/details/384/en-US>>. Acesso em 20 junho 2019.

MORAES, Bibiana Arantes; COSTA, Nilce Maria da Silva. Compreendendo os currículos à luz dos norteadores da formação em saúde no Brasil. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 50, n. spe, p. 9-16, Jun 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342016001100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 3 outubro 2019.

MOREIRA, Maria Cristina do A; RÔÇAS, Giselle; PEREIRA, Marcus Vinícius; ANJOS, Maylta Brandão dos. Produtos educacionais de um curso de mestrado profissional em ensino de ciências. **R. Bras. Ens. Ci. Tecnol.**, Ponta Grossa, v. 11, n. 3, p. 344-363, set./dez. 2018. <<https://revistas.utfpr.edu.br/rbect/article/viewFile/5697/pdf>>. Acesso em 2 junho 2020

MOURA, Lúcia de Fátima Almeida de Deus *et al.* Impacto de um projeto de extensão universitária na formação profissional de egressos de uma universidade pública. **Rev. odontol. UNESP**, Araraquara, v. 41, n.5, p. 348-352, Out. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-25772012000500009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 maio 2019.

NALOM, Daniela Martinez Fayer *et al.* Ensino em saúde: aprendizagem a partir da prática profissional. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 5, p. 1699-1708, May 2019. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000501699&lng=en&nrm=iso>. Acesso 23 Maio 2020.

NUNES, Everardo Duarte. Pós-graduação em saúde coletiva no Brasil: histórico e perspectivas. **Physis**.v. 15, n. 1, p. 13-38. Jun. 2005.

<http://www.ilsl.br/revista/detalhe_artigo.php?id=10905>. Acesso em 08 maio 2019.

OLIVEIRA, Magda Lúcia Felix de; SILVA, Adaelson Alves; BALLANI, Tanimária Silva Lira; BELLASALMA, Ana Carolina. Sistema de Notificação de intoxicações: desafios e dilemas. **FIOCRUZ**. Rio de Janeiro, p. 303-315, 2003. Disponível em:

<<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=go>

OPROMOLLA, Diltor Vladimir Araújo. O ensino da hansenologia nas faculdades.

Hansen int. v. 13, n. 2, p. 27-33. Disponível em:

<http://www.ilsl.br/revista/detalhe_artigo.php?id=10337#>. Acesso em 14 novembro 2018.

PAES, Joelson Otávio. Os produtos educacionais desenvolvidos em um programa de mestrado profissional e suas contribuições para o ensino de ciências. 67 f.

Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento Acadêmico de Física,

Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2017. Disponível em:

<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/9973/1/CT_COFIS_2017_2_4.pdf>. Acesso em 4 junho 2020.

PEREIRA, Teresa Avalos *et al.* Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação por Professores da Área da Saúde da Universidade Federal de São Paulo. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 59-66, Mar. 2016. Disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022016000100059&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 novembro 2018.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória:

procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 318-325, Ago. 1995.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101995000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 outubro 2019.

PROPEP/UNCISAL. **Mestrado Profissional em Ensino na Saúde e Tecnologia**. 2019. Disponível em: <https://propep.uncisal.edu.br/?page_id=905#>.

Acesso em 15 novembro 2019.

PRÜSS-ÜSTÜN Annette *et al.* Safer water, better health: costs, benefits and sustainability of interventions to protect and promote health. Geneva: **World Health Organization**, 2008. Disponível em:

<http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43840/9789241596435_eng.pdf;jsessionid=488714A30C7AC39333E5080F15DCF420?sequence=1>. Acesso em 14 novembro 2018.

REBERTE, Luciana Magnoni; HOGA, Luiza Akiko Komura; GOMES, Ana Luisa Zaniboni. O processo de construção de material educativo para a promoção da saúde da gestante. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 1, p. 101-108, Fev. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692012000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 novembro 2018.

SCHMIDT, Rosana Andreatta Carvalho. A questão ambiental na promoção da saúde: uma oportunidade de ação multiprofissional sobre doenças emergentes. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 373-392, 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312007000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 novembro 2018.

SCIENTIFIC ELETRONIC LIBRARY. **Livros – perguntas frequentes**. 2020.

Disponível em: <<http://books.scielo.org/faq/>>. Acesso em 22 fevereiro 2020.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis, 2005. Disponível em:

<https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf>. Acesso em 15 novembro 2019.

SILVA, Geraedson Aristides da. Enfoque sobre a leptospirose na região nordeste do Brasil entre os anos de 2000 a 2013. **Acta Biomedica Brasiliensia**. v. 6, n. 1, p. 101-108, Jul. 2015. Disponível em:

<<http://www.actabiomedica.com.br/index.php/acta/article/view/105/78>>. Acesso em 14 novembro 2018

SILVA Geraedson Aristides da; OLIVEIRA, Cilmyery Marly Gabriel de. O registro das doenças de notificação compulsória: a participação dos profissionais da saúde e da comunidade. **Rev Epidemiol Control Infect**. v.4, n. 3, p. 215-220, Jul-Set. 2014.

Disponível em:

<<https://online.unisc.br/seer/index.php/epidemiologia/article/view/4578>>. Acesso em 14 novembro 2018.

SILVA, Geraedson Aristides da; TEIXEIRA, Geraldo Magella; LUCENA, Kerle Dayana Tavares de. Recurso educacional aberto: saberes necessários sobre Notificação Compulsória. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 14, 1-13, e3743016, jan./dez. 2020. Disponível em

<<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/3743>>. Acesso em 10 junho 2020;

SILVA, Geraedson Aristides da; TEIXEIRA, Geraldo Magella; SANTOS, Almira Alves dos. Notificação Compulsória e Fisioterapia: um olhar sobre o ensino. **Revista Sustinere**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 168 - 184, jul. 2019. ISSN 2359-0424. Disponível em:

<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/sustinere/article/view/38441/30134>>. Acesso em 10 junho 2020;

TANAKA, Raquel Yurika *et al.* Objeto educacional digital: avaliação da ferramenta para prática de ensino em enfermagem. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 23, n. 5, p. 603-607, out. 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002010000500003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 novembro 2019.

TEIXEIRA, Geraldo Magella; BIANA Viviane de Lima; SANTOS, Almira Alves dos; SANTOS, Nildo Batista dos; FERNANDES, Maria Goretti; COSTA, Marcus Aurélio Medeiros; SILVA Brisa Caroline e. Afetividade x efetividade: fenômenos da fisioglobalização. *Fisioterapia Ser*, Rio de Janeiro, vol. 10, n 2, p. 75, 2015.

TEIXEIRA, Maria da Glória; PENNA, Gerson Oliveira; RISI, João Batista; PENNA, Maria Lucia; ALVIN Maria Fernanda; MORAES José Cássio de. Seleção das doenças de notificação compulsória: critérios e recomendações para as três esferas de governo. **Inf. Epidemiol. Sus.** n. 7, v.1, p. 7-28. 1998. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742012000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 maio 2018.

VAGULA, Edilaine. Recursos Educacionais Abertos na Educação Básica: pressupostos teóricos que subsidiam a sua construção. **Atos de Pesquisa em Educação**. Blumenau, v. 12, n.2, p.531-546, mai./ago. 2017. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/4869/3639>>. Acesso em 15 novembro 2019.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. Educação popular como instrumento de reorientação das estratégias de controle das doenças infecciosas e parasitárias. **Cad. Saúde Pública**. n. 14, supple, 2, p, 39-57. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v14s2/1324>>. Acesso em 16 maio 2018.

ZANIN, Alice Aquino. Recursos educacionais abertos e direitos autorais: análise de sítios educacionais brasileiros. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, e227174, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782017000400230&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 julho 2019.

SEÇÃO 4 – PRODUÇÃO TÉCNICA

Apêndice A: E-book piloto – Notificação Compulsória.



Notificação Compulsória

GERAEDSON ARISTIDES DA SILVA
GERALDO MAGELLA TEIXEIRA
ALMIRA ALVES DOS SANTOS

2018

ORGANIZADORES:
GERAEDSON ARISTIDES DA SILVA
GERALDO MAGELLA TEIXEIRA
ALMIRA ALVES DOS SANTOS

NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA

1ª EDIÇÃO
FASA
Editoração Eletrônica: GERAEDSON ARISTIDES DA SILVA
Capa: Ezequiel Rodrigues
Organizadores: GERAEDSON ARISTIDES DA SILVA
GERALDO MAGELLA TEIXEIRA
ALMIRA ALVES DOS SANTOS

Impresso no
Brasil

Direito Reservado
RECIFE 2018
do Autor

Printed in
Brazil

C786
S586n Coque, perseverança que lentes não alcançam /
Silva, Geraedson Aristides da
Notificação compulsória [recurso eletrônico]
/ Geraedson Aristides da Silva, Geraldo Magella
Teixeira. – [Recife : FASA], 2018.
25 p. : il.

ISBN XXX-XX-XXX-XXXXX-X (E-Book)

blica.
1. Doenças - Registro de casos. 2. Saúde pú-
blica.
3. Notificação compulsória (Saúde Pública) .I.
Teixeira, Geraldo Magella. II. Título.

CDU 614.

NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA

ORGANIZADORES:**GERAEDSON ARISTIDES DA SILVA****GERALDO MAGELLA TEIXEIRA****ALMIRA ALVES DOS SANTOS****COLABORADORES:****GARIA GORETTI FERNANDES****CLISTENIS CLÊNIO CAVALCANTI DOS SANTOS****ADILZA RITA GOMES GONÇALVES DO AMARAL****ILUSTRADOR****MARCUS AURÉLIO MEDEIROS COSTA**

UNCISAL
Universidade Estadual de
Ciências da Saúde de Alagoas





Olá! Este eBook é um PDF interativo. Isso quer dizer que aqui, além do texto, você também vai encontrar links, botões e um índice clicável.

Caso seu leitor de PDFs tenha uma área de “Table of Contents”, lá é mais um lugar por onde você pode navegar pelo conteúdo desse livro.

Como última dica, saiba que quando o texto estiver assim, quer dizer que ele é um link para uma página externa que vai ajudar você a aprofundar o conteúdo. Sinta-se à vontade para clicá-lo!

Esperamos que essas funções te ajudem na leitura do texto.

BOA LEITURA!



SUMÁRIO

VOCÊ SABE O QUE É NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA?	7
VAMOS APRENDER!	9
QUEM DEVE NOTIFICAR?	15
COMO NOTIFICAR?	16
QUAIS AS DOENÇAS E AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA?	17
E SE NÃO NOTIFICAR?	22
QUIZ	23
RESULTADOS!	26



VOCÊ SABE O QUE É NOTIFICAÇÃO

SIM

NÃO

“Comunicação obrigatória à autoridade de saúde, realizada por profissionais de saúde ou responsáveis pelos estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, sobre a ocorrência de suspeita ou confirmação de doença,



*Notificação
Compulsória*

agravo ou evento de
saúde pública.”



VAMOS **APRENDER!**

DOENÇA



AGRAVO

EPIZOOTIA

EVENTO DE SAÚDE PÚBLICA

EVENTO DE SAÚDE PÚBLICA

Situação que pode constituir potencial ameaça à saúde pública, como a ocorrência de surto ou epidemia, doença ou agravo de causa desconhecida, alteração no padrão clínico epidemiológico das doenças conhecidas, considerando o potencial de disseminação, a magnitude, a gravidade, a severidade, a transcendência e a vulnerabilidade, bem como epizootias ou agravos decorrentes de desastres ou acidentes.

DOENÇA

EPIZOOTIA

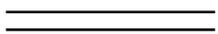
Enfermidade ou estado clínico, Doença ou morte de animal ou independente de origem ou de grupo de animais que possa fonte, que represente ou apresentar riscos à saúde possa representar um dano pública.
significativo para os seres humanos.



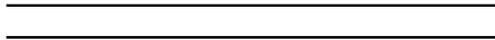
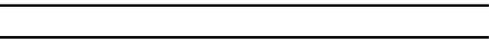
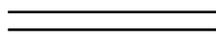
*Notificação
Compulsória*

AGRAVO

Qualquer dano à integridade física ou mental do indivíduo, provocado por circunstâncias nocivas, tais como acidentes, intoxicações por substâncias químicas, abuso de drogas ou lesões decorrentes de violências interpessoais, como agressões e maus tratos, e lesão autoprovocada.



*Notificação
Compulsória*





Realizada em até **24**
(**vinte e quatro**) horas, a
partir do conhecimento
da ocorrência da
doença, agravo ou
evento de saúde
pública, pelo meio de
comunicação mais
rápido disponível.



Realizada em até 7 (sete) dias, a partir do conhecimento da ocorrência de doença ou agravo.

NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA NEGATIVA

Comunicação semanal realizada pelo responsável pelo estabelecimento de saúde à autoridade de saúde, informando que a semana



*Notificação
Compulsória*

epidemiológica não foi identificado nenhuma doença, agravo ou evento de saúde pública constante na Lista de Notificação Compulsória.

QUEM DEVE NOTIFICAR?

PORTARIA 204,

17 DE FEVEREIRO DE 2016

Profissionais de saúde ou responsáveis pelos serviços públicos e privados de saúde, que prestam assistência ao paciente, em conformidade com o art. 8º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.

PORTARIA 204,

17 DE FEVEREIRO DE 2016

As autoridades de saúde garantirão o sigilo das informações pessoais integrantes da notificação compulsória que estejam sob sua responsabilidade.



Notificação
Compulsória

DE 30 DE OUTUBRO DE 1975

É dever de todo cidadão comunicar à autoridade sanitária local a ocorrência de fato, comprovado ou presumível, de caso de doença transmissível, sendo obrigatória outros profissionais de saúde no exercício da profissão, bem como aos responsáveis por organizações e estabelecimentos públicos e particulares de saúde e ensino a notificação de casos suspeitos ou confirmados.



Notificação Compulsória

COMO NOTIFICAR?

SMS
01

SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

SECRETARIA ESTADUAL
DE SAÚDE

SES
02

SSDF
03

SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO
FEDERAL, EQUIVALENTE A SMS.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

MS
04

*Quando não conseguir realizar a notificação ao Município, Estado ou Distrito Federal, é possível fazer através do link abaixo:

http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=432



QUAIS AS DOENÇAS E AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA?





Notificação
Compulsória

Nº	DOENÇA OU AGRAVO (Ordem alfabética)	P Im (at ho MSS
1	a. Acidente de trabalho com exposição a material biológico b. Acidente de trabalho: grave, fatal e em crianças e adolescentes	
2	Acidente por animal peçonhento	
3	Acidente por animal potencialmente transmissor da raiva	
4	Botulismo	X
5	Cólera	X
6	Coqueluche	
7	a. Dengue - Casos	
	b. Dengue - Óbitos	X
8	Difteria	



Notificação Compulsória

9

Doença de Chagas Aguda

CONTINUAÇÃO...

*Para maiores informações sobre as doenças e agravos clique no link abaixo:

<http://portalsinan.saude.gov.br/doencas-e-agravos>

DOENÇA OU AGRAVO (Ordem alfabética)

Nº

10

Doença de Creutzfeldt-Jakob (DCJ)

11

a. Doença Invasiva por "Haemophilus Influenza"
b. Doença Meningocócica e outras meningites

12

Doenças com suspeita de disseminação intencional: a. Antraz pneumônico b. Tularemia c. Variola

13

Doenças febris hemorrágicas emergentes/reemergentes: a. Arenavírus
b. Ebola c. Marburg d. Lassa e. Febre purpúrica brasileira

14

a. Doença aguda pelo vírus Zika
b. Doença aguda pelo vírus Zika em gestante
c. Óbito com suspeita de doença pelo vírus Zika



Notificação Compulsória

CONTINUAÇÃO...

15	Esquistossomose	
16	Evento de Saúde Pública (ESP) que se constitua ameaça à saúde pública (ver definição no Art. 2º desta portaria)	X
17	Eventos adversos graves ou óbitos pós-vacinação	X
18	Febre Amarela	X

*Para maiores informações sobre as doenças e agravos clique no link abaixo:

<http://portalsinan.saude.gov.br/doencas-e-agravos>

Nº	DOENÇA OU AGRAVO (Ordem alfabética)	Peri
		Imed (até horas
		MSSES
28	Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV)	
29	Influenza humana produzida por novo subtipo viral	X X
30	Intoxicação Exógena (por substâncias químicas, incluindo agrotóxicos, gases tóxicos e metais pesados)	



Notificação
Compulsória

CONTINUAÇÃO...

31	Leishmaniose Tegumentar Americana		
32	Leishmaniose Visceral		
33	Leptospirose		
34	a. Malária na região amazônica		
35	b. Malária na região extra Amazônica	X	X
	Óbito: a. Infantil b. Materno		
36	Poliomielite por poliovírus selvagem	X	X
37	Peste	X	X

*Para maiores informações sobre as doenças e agravos clique no link abaixo:

<http://portalsinan.saude.gov.br/doencas-e-agravos>

Nº

DOENÇA OU AGRAVO

Pe



*Notificação
Compulsória*

	(Ordem alfabética)	Ime (at ho p MSSE
38	Raiva humana	X X
39 40	Síndrome da Rubéola Congênita Doenças Exantemáticas: a. Sarampo b. Rubéola	X X X X
41	Sífilis: a. Adquirida b. Congênita c. Em gestante	
	Síndrome da Paralisia Flácida Aguda	
42 43	Síndrome Respiratória Aguda Grave associada a Coronavírus a. SARS-CoV b. MERS- CoV	X X X X
44	Tétano: a. Acidental b. Neonatal	
45	Toxoplasmose gestacional e congênita	
46	Tuberculose	
47 48	Varicela - caso grave internado ou óbito a. Violência doméstica e/ou outras violências	X



Notificação Compulsória

b. Violência sexual e tentativa de suicídio

*Para maiores informações sobre as doenças e agravos clique no link abaixo:

CONTINUAÇÃO...

<http://portalsinan.saude.gov.br/doencas-e-agravos>

E SE NÃO NOTIFICAR?

LEI Nº 6.437, DE 20 DE AGOSTO DE 1977

Aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar doença ou zoonose transmissível ao homem, de acordo com o que disponham as



Notificação
Compulsória

normas legais ou regulamentares
vigentes:

**PENA, AVERTÊNCIA E/OU
MULTA.**

QUIZ



Anote em seu caderno!

A periodicidade e a autoridade de saúde das doenças ou agravos de notificação compulsória das tabelas a seguir.



Notificação
Compulsória

RESULTADOS!



*Notificação
Compulsória*





*Notificação
Compulsória*

REFERÊNCIAS



Notificação
Compulsória

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 fev. 2016. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0204_17_02_2016.html>. Acesso em: 4 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975. Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 nov. 1975. p. 14785. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/19701979/lei-6259-30-outubro-1975-357094-norma-pl.html>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 ago. 1977. p. 11145. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6437-20agosto-1977-357206-norma-pl.html>>. Acesso em: 4 jul. 2018

Apêndice B: Artigo - Notificação Compulsória e Fisioterapia

Notificação Compulsória e Fisioterapia: um olhar sobre o ensino

Geraedson Aristides da Silva

Fisioterapeuta, mestrando em Ensino em Saúde e Tecnologia pela
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL

✉ geraedson@hotmail.com

Geraldo Magella Teixeira

Fisioterapeuta, Doutor em Ciências e Vice-coordenador do Mestrado em Ensino em Saúde e
Tecnologia pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL

Almira Alves dos Santos

Odontóloga, Doutora em Odontopediatria e Coordenadora do Mestrado em Ensino em Saúde
e Tecnologia da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL

Recebido em 23 de novembro de 2018

Aceito em 25 de abril de 2019

Resumo:

A Notificação Compulsória (NC) é a comunicação obrigatória às autoridades, realizada por profissionais ou responsáveis por estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, sobre a ocorrência de suspeita ou confirmação de doença, agravo ou evento de saúde pública. Diante do exposto, este artigo caracterizado como uma pesquisa quali-quantitativa de abordagem descritiva-analítica associado a uma revisão de literatura, objetiva identificar informações pertinentes aos cursos alagoanos de Fisioterapia através do e-MEC e avaliar em seus respectivos Projetos Políticos dos Cursos a existência de disciplinas ou conteúdos em ementas sobre NC. Entre os resultados, constatou-se que doze instituições de ensino ofertam o curso em Alagoas-Brasil, distribuídos na modalidade presencial e a distância, assim, perfazendo um número alto de formandos que necessitam de conhecimento sobre a temática. O presente trabalho concluiu que os cursos alagoanos de Fisioterapia, demandam adequações nas estruturas curriculares, para que seus egressos sejam capazes de contribuir efetivamente com as estratégias ministeriais sobre NC.

Palavras-chave: Saúde, Notificação Compulsória, Ensino, Fisioterapia.

Mandatory Reporting and Physical Therapy: a look at teaching

Abstract:

Mandatory Reporting (MR) is the obligatory communication to the authorities, made by professionals or responsible for public or private health facilities, regarding the occurrence of suspicion or confirmation of illness, public health event or damage. In light of the foregoing, this paper characterized as a qualitative-quantitative research of a descriptive-analytical approach associated to a literature review aims to identify pertinent information to the physiotherapy courses in Alagoas through e-MEC and to assess in their respective Political Projects of the Courses the existence of subjects or contents in menus on MR. Among the results, we noted that twelve educational institutions offer the course in Alagoas-Brazil, distributed in face-to-face and distance education, thus reaching a large number of trainees who need knowledge about this topic. This study has concluded that the Alagoas Physiotherapy courses require adjustments in the curricular

structures, so that their newly-trained are able to effectively contribute to the ministerial strategies on MR.

Keywords: Health, Mandatory Reporting, Physical Therapy Specialty, Teaching.

Notificación Obligatoria e Fisioterapia: una mirada sobre la enseñanza

Resumen:

La Notificación Obligatoria (NO) es la comunicación imprescindible para las autoridades, efectuada por profesionales o responsables por establecimientos de salud públicos o privados, sobre la ocurrencia de sospecha o confirmación de enfermedad, daño o evento de salud pública. Ante lo expuesto anteriormente, este artículo caracterizado como una investigación cualitativacuantitativa de un enfoque descriptivo-analítico asociado con una revisión de la literatura se centra en identificar la información pertinente a los cursos de fisioterapia de Alagoas mediante el e-MEC y evaluar en sus respectivos Proyectos Políticos de Carreras la existencia de asignaturas o contenidos en los menús de NO. Entre los resultados, se notó que doce instituciones de enseñanza ofrecen la carrera en Alagoas-Brasil, distribuidos en la modalidad presencial y a distancia, alcanzando así un número alto de alumnos concluyentes que necesitan conocimiento sobre el asunto. El presente trabajo concluyó que los cursos de Fisioterapia de Alagoas requieren adecuaciones en las estructuras curriculares, para que sus egresados sean capaces de contribuir efectivamente con las estrategias ministeriales sobre NO.

Palabras clave: Enseñanza, Notificación Obligatoria, Fisioterapia, Salud.

INTRODUÇÃO

A Portaria ministerial 204, além de definir a Lista Nacional de Notificação Compulsória (NC), também apresenta doenças, agravos e eventos de saúde nos serviços de saúde públicos ou privados em todo território nacional, levando em consideração a promoção, proteção e recuperação da saúde. O documento, ainda considera a necessidade de padronizar os procedimentos normativos relacionados a NC no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e torna-a obrigatória para profissionais de saúde (BRASIL, 2016).

Entretanto, a configuração do ensino sobre NC aos estudantes da saúde ainda diverge das estratégias do Ministério da Saúde, isso ocorre também pelas divergências dos Projetos Políticos dos Cursos (PPCs) e pelo fato da maioria dos profissionais de saúde atribuir a responsabilidade da NC exclusivamente ao médico. Nos cursos da saúde, a maioria dos PPCs não dispõe da especificidade do estudo das doenças infectocontagiosas, desencadeando uma precariedade no conhecimento dos acadêmicos, que no futuro, terão dificuldades para reconhecer e tomar medidas cabíveis e em tempo hábil junto às autoridades de saúde (VASCONCELOS, 1998; NUNES, 2005; ANDRADE, 2012).

ções de vigilância ministeriais são inviabilizadas quando a formação do profissional de saúde não privilegia o ensino relacionado a NC, pois, vários agravos e enfermidades são considerados endêmicos nas regiões brasileiras, sendo assim, necessárias estratégias de promoção, proteção e controle da situação; e, em função disso, sugere-se melhor treinamento de profissionais e acadêmicos da saúde no âmbito das instituições de ensino superior (SILVA, 2015).

No caso específico da formação do fisioterapeuta, autores como Campos et. al. (2001) e Dias, Cyrino e Lastória (2007) discorrem sobre a necessidade da implementação de novas práticas pedagógicas nos cursos de graduação, para que o profissional possa, em seu cotidiano, ser capaz de lidar com as condições diferentes de saúde da população, inclusive referentes a NC.

Nesse direcionamento, os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de fisioterapia devem atender não só o conhecimento técnico-científico, mas, o encorajamento ético-político com perspectivas relacionadas à cidadania e emancipação dos sujeitos e coletividades, criando possibilidades para o futuro fisioterapeuta intervir na realidade e desempenhar seu trabalho de forma crítico-reflexiva, valorizando a interdisciplinaridade e os aspectos humanísticos, voltados para as demandas de saúde da população (BISCARDE; PEREIRA-SANTOS; SILVA, 2014).

Dito isto, acredita-se que há uma necessidade urgente dos cursos de Fisioterapia alagoanos desenvolver em seus PPCs, atividades que valorizem o aprendizado, entrelaçando as atividades já existentes com atividades que favoreçam a sociedade em geral com relação a NC. Uma alternativa para maximizar as estratégias ministeriais sobre a NC, além da divulgação por mídia impressa e online, já existente, seria a implementação dos PPCs, com projetos de extensão, que objetivam promover cidadania e produzir conhecimentos, além de incentivar reflexões acerca de possíveis transformações na condução da promoção de saúde e no controle de agravos à população (MOURA *et al.*, 2012).

Outra alternativa seria a implantação ou adequação de disciplinas e cursos extracurriculares através da educação a distância, que tem assumido, a cada dia, maior participação na formação educacional, em especial no ensino superior, através de ferramentas que usualmente não são utilizadas nas modalidades tradicionais de ensino, porém, viabilizam para o discente uma formação continuada (GOMES, 2013).

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho refere-se a uma pesquisa quali-quantitativa de abordagem descritiva-analítica, desenvolvido a partir de dados dos cursos de Fisioterapia no Estado de Alagoas e seus respectivos Projetos Políticos Pedagógicos. Os dados referentes ao funcionamento dos cursos foram retirados do Portal e-MEC – site vinculado ao Ministério da Educação (MEC) do Brasil, associado ao estudo, também, realizou-se uma revisão integrativa sobre o preparo de estudantes de fisioterapia acerca da NC.

De forma estratégica, foram buscados dados dos cursos de fisioterapia credenciados pelo MEC no estado de Alagoas e através do endereço eletrônico e-MEC, foram localizadas todas instituições de ensino superior que ofertam o curso.

No e-MEC, foram buscadas informações como: modalidade de ensino, data de início de funcionamento, carga horária (CH) mínima, periodicidade (integralização) e número anual de vagas. Após este processo, buscou-se nos endereços eletrônicos das instituições de ensino, os Projetos Políticos Pedagógicos e suas respectivas matrizes curriculares e por fim os conteúdos relacionados aos Sistema de Notificação do Brasil, este processo ocorreu concomitantemente com a revisão de literatura.

Foi elaborada uma estratégia de busca nas bases de dados: Portal Periódico CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), LILACS (Literatura LatinoAmericana e do Caribe em Ciências da Saúde) e SciELO (Scientific Electronic Library Online) a partir do cruzamento dos seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Ensino, Fisioterapia, Notificação Compulsória e Saúde. Estas palavras, foram combinadas por meio do conector booleano “and” igual o modelo proposto por Spana *et al.*, (2008). Não houve restrição quanto ao ano de publicação.

Seguida a fase de seleção os artigos foram submetidos aos critérios inclusão, a saber: artigos originais sobre NC, relacionados ao Ensino e a Fisioterapia. Os artigos encontrados também foram submetidos aos seguintes critérios de exclusão: estudos que desvirtuam da questão norteadora e artigos duplicados.

A partir da aplicação da estratégia de busca contendo os descritores definidos, a seleção dos artigos encontrados foi realizada em duas etapas: identificação e leitura dos títulos e resumos nas diferentes bases eletrônicas de dados, foram excluídos aqueles que, claramente, não se enquadravam em qualquer um dos critérios de inclusão deste estudo; todos os estudos que não foram excluídos na primeira etapa foram lidos na íntegra para seleção dos que seriam incluídos na revisão.

Posteriormente os resumos foram lidos, excluindo-se aqueles, que não se relacionavam com a temática. Finalmente, realizou-se a leitura integral dos demais artigos, ocorrendo nova exclusão daqueles que não se adequavam a proposta deste trabalho, por fim utilizou-se dezessete estudos, na composição da revisão.

RESULTADOS

As Instituições de Ensino Superior (IES) foram pesquisadas e agrupadas de acordo com informações encontradas no portal do e-MEC, e representadas por letras alfabéticas, de “A” a “M”, de acordo com o Quadro 1.

Todos os cursos atendem a carga horária mínima de quatro mil horas, exigidas pelas Diretrizes Curriculares do Curso de Fisioterapia (BRASIL, 2002). Os cursos foram ordenados de acordo com o início do seu funcionamento, sendo o mais antigo e o único a ser ofertado por uma IES pública, datado no ano de 1997. Os demais cursos são ofertados por IES privadas, sendo os três mais recentes datados em 2017, como mostra o quadro 1 (pagina seguinte).

No e-MEC, foram encontradas doze IES que ofertam o curso de Fisioterapia no estado de Alagoas, sendo dez instituições localizadas na capital do estado (Maceió) e duas localizadas na cidade de Arapiraca, interior do estado, totalizando 1.296 vagas, não considerando o curso “M” que não apresenta o número de vagas.

Quadro 1 – Perfil das faculdades de fisioterapia alagoanas. * Cursos ofertados na modalidade a distância.

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	INÍCIO DO FUNCIONAMENTO	CARGA HORÁRIA MÍNIMA	NÚMERO ANUAL DE VAGAS
A	27/05/1997	4.720	40
B	19/07/2000	4.000	240
C	02/05/2002	4.572	200
D	10/02/2007	4.000	100
E	02/02/2009	4.520	96
F	02/02/2009	4.035	100
G	01/03/2011	4.000	100
H	01/12/2015	4.010	100
I	07/10/2016	4.020	100
J	13/02/2017	4.000	120
L	20/11/2017*	4.000	100 vagas
M	20/11/2017*	4.000	Não Consta

Autoria própria, 2019.

Constatou-se que, 92% das IES cumprem o limite mínimo para integralização do curso, que é de cinco anos, de acordo com a Resolução nº 2 de 18 de junho de 2007 (BRASIL, 2007), com exceção da instituição “D” cujo início do funcionamento é datado em fevereiro de 2007, esta instituição oferta o curso no período de quatro anos. Quando avaliadas as modalidades de ensino encontrou-se os seguintes resultados:

Gráfico 1 - Oferta dos Cursos de Fisioterapia em Alagoas.

Autoria própria, 2019.

Dentre os cursos ofertados, 84% são presenciais e 18% a distância. Dos presenciais, nove encontram-se na capital alagana e um no interior do estado, todos em pleno funcionamento. Os dois cursos ofertados na modalidade a distância não se encontram em atividades.

Gráfico 2 - PPC de Fisioterapia de Alagoas-Brasil.

Autoria própria, 2019.

Durante a avaliação dos Projetos Políticos dos Cursos, identificou-se que apenas uma IES (8%), oferta, em seu PPC, disciplina relacionada a NC, sendo esta intitulada de: Doenças Infectocontagiosas.

Mesmo assim, a disciplina é ofertada na matriz curricular na modalidade optativa.

Entretanto, não há garantia de que disciplina optativa seja cursada e, dessa forma, instrua os acadêmicos com relação a NC, pois, para Carvalho et. al. (2013), o processo de escolha para cursar disciplina optativa depende do interesse dos acadêmicos, e para reforçar a questão, observa-se que não foram apresentados, por esta instituição, registros acerca da oferta efetiva da disciplina.

Nos demais cursos, 92%, não foram localizados nos PPCs, disciplinas e nem ementas que direcionem o conhecimento dos acadêmicos de fisioterapia sobre a temática.

Quando calculada a média de carga horária entre a disciplina optativa considerando a carga horária mínima de quatro mil horas, preconizada para o curso de Fisioterapia pelo Ministério da Educação (2009), a optativa que tem relação com NC, corresponde a 0,75% da CH total do curso.

Em conformidade aos critérios estabelecidos nos materiais e métodos, o processo de construção da revisão integrativa obteve os seguintes resultados. Encontrou-se um total de 1.447 artigos, deste total, 336 no Periódico CAPES, 1.107 no LILACS e 4 no SciELO.

Dos 1.447 artigos encontrados, após os critérios de exclusão e inclusão, permaneceram 512. Foram excluídos 271 pela leitura do título e 173 pelo resumo. Após leitura na íntegra excluiu-se 50 devido inadequação à questão norteadora. O fluxograma a seguir (Figura 1) apresenta uma síntese do processo de obtenção dos artigos selecionados para a revisão integrativa.

Figura 1: Fluxograma de estratégia de buscas dos artigos.

Autoria própria, 2019.

Resultante ao processo descrito para seleção dos artigos, os mesmos foram organizados por meio de um quadro sinóptico (Quadro 1) contendo os seguintes dados: autor, ano, palavras-chave e sinopse.

Quadro1 - Sinopse dos estudos incluídos na revisão.

Autor	Ano	Palavras-chave	Sinopse
Biscarde; PereiraSantos; Silva	2014	Formação em saúde; Extensão Universitária; Educação em Saúde; Sistema Único de Saúde.	Apresenta resultados de extensão universitária promovendo ampliação da relação entre universidadesociedade.
Bispo Junior	2009	Fisioterapia; Educação Superior; Formação Profissional; Ensino da Saúde; Sistema Único de Saúde.	Aborda algumas reflexões sobre a formação em fisioterapia no Brasil, destacando o processo de ampliação do número de cursos e vagas e a adequação do modelo de formação às necessidades de saúde da população.
Campos <i>et al.</i>	2001	Educação Médica; Tendências; Sistemas de Saúde; Integração docente-assistencial.	Propôs um sistema de incentivos às instituições de ensino superior, visando maior sintonia com o paradigma da integralidade.
Carvalho <i>et al.</i>	2013	Curriculum vitae; Educação Médica; Residência Médica; Estágios Extracurriculares.	Investigou as escolhas de atividades formadoras feitas por estudantes, com o fim de apreender a lógica dessas escolhas no contexto institucional em que se apresentam e no contexto social mais amplo das sociedades.
Ceccim; Feuerwerker	2004	Educação permanente em saúde; Educação dos profissionais de saúde; Formação e práticas de saúde; Formulação de políticas de formação em saúde; Ensino em saúde.	Apresenta o conceito de quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social.
Dias; Cyrino; Lastória	2007	Ensino superior; Hanseníase; preconceito; Fisioterapia	Descreve e analisou o conhecimento de estudantes de fisioterapia sobre hanseníase, antes do contato formal na Universidade/Faculdade.

Escosteguy; Pereira; Medronho	2017	Vigilância Epidemiológica; Vigilância em Saúde Pública; Serviços de Vigilância Epidemiológica; Epidemiologia; Avaliação em saúde.	Propõe uma reflexão sobre os usos e as perspectivas da vigilância em saúde
Gomes	2013	Educação a Distância; Ensino Superior; Universidade Aberta do Brasil; Tecnologias educacionais.	Discute aspectos relativos à presença das tecnologias no Ensino Superior, começando pela Educação a Distância.
Jurdi <i>et al.</i>	2018	Ensino superior; Terapia ocupacional; Currículo.	Relata o processo de revisão da matriz curricular, através de quatro etapas, destacando-se os seguintes aspectos: diminuição da carga horária total; mudanças nas atividades práticas; flexibilização curricular com introdução de módulos eletivos; maior articulação entre eixos e módulos; e fortalecimento da área de fundamentos e pesquisa.
Meyer; Costa; Gico	2006	Ciências sociais; Fisioterapia; Transdisciplinaridade; Processo saúde-doença.	Aborda as interfaces sociais, buscando a compreensão da saúde e da doença com base em uma concepção transdisciplinar, por meio da religação dos saberes no curso de Fisioterapia.
Moura <i>et al.</i>	2012	Serviços de saúde; Educação em Odontologia; Gestantes; Saúde da criança; Extensão comunitária.	Descreve o impacto que as informações e ações desenvolvidas em um programa de extensão universitária exerceram na formação profissional de egressos.
Nunes	2005	Saúde Coletiva, história; Saúde Coletiva, prática pedagógica; Saúde Coletiva, estrutura curricular.	Aborda a constituição do campo da Saúde Coletiva no Brasil em três aspectos: origens da Saúde Coletiva, aspectos históricos da saúde no Brasil, a Saúde Coletiva como prática pedagógica e perspectivas do campo.

Silva	2015	Leptospirose; Doenças infectocontagiosas; Notificação compulsória de doenças.	Descreve dados retrospectivos sobre os números de casos confirmados e de óbitos relacionados à Leptospirose, no nordeste brasileiro entre os anos 200 a 2013, e a relação de doenças de notificação compulsória com o ensino em saúde.
Silva; Oliveira	2014	Notificações de doenças. Doenças transmissíveis. Notificação.	Contextualiza o funcionamento do serviço de notificação compulsória vigente no Brasil e a importância da atuação dos profissionais de saúde nos processos de notificação.
Soares <i>et al.</i>	2002	Hepatite B; Exposição a agentes biológicos; Odontologia; Estudantes; Epidemiologia.	Verificou o conhecimento e práticas de alunos sobre a Hepatite B.

Sousa <i>et al.</i>	2012	Notificação de Doenças; Notificação Compulsória; Vigilância Epidemiológica; Atenção Primária à Saúde.	Avalia e comparou o conhecimento de profissionais da saúde da Estratégia Saúde da Família sobre doenças e agravos de notificação compulsória.
Teixeira <i>et al.</i>	1998	Vigilância Epidemiológica; Doenças de Notificação Compulsória.	Refere-se ao Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica, principalmente, quanto ao processo de revisão e seleção de doenças de Notificação Compulsória.
Vasconcelos	1998	Educação em Saúde; Cuidados Primários à Saúde; Doenças Transmissíveis; Saúde Pública	Aborda estratégias de combate às doenças infecciosas e parasitárias nos serviços de atenção primária à saúde.

Autoria própria, 2019.

DISCUSSÃO

As instituições formadoras dos profissionais de saúde têm perpetuado modelos tradicionalistas, centrados em aparelhos e tecnologias altamente especializadas, dependente de procedimentos e equipamentos de diagnóstico ou apoio terapêutico, deixando muitas vezes a formação profissional em saúde abstraída de debates críticos sobre os sistemas de estruturação do cuidado a saúde da população (CECCIM; FEUERWERKER, 2004).

Escosteguy, Pereira e Medronho (2017) chamam atenção para que haja uma melhor formação dos profissionais de saúde, seja na graduação ou durante a vida profissional, destacam ainda que, estes profissionais em suas diferentes especialidades, quando bem treinados/capacitados sobre o Sistema de Notificação vigente, são capazes de contribuir efetivamente com o monitoramento da saúde da população.

O controle das situações envolvendo NC demanda conhecimento e ações imediatas de vigilância por profissionais de saúde, ações estas, que envolve a comunicação imediata às autoridades sanitárias logo após a suspeita ou detecção de um único caso, para impedir o aparecimento e a disseminação de casos secundários (SOUSA, 2010; BRASIL, 2001).

Silva e Oliveira (2014) afirmam que, a notificação de doenças infectocontagiosas oferece um meio valioso para vigiar a saúde da população, todavia, ainda há falta de conhecimento dos próprios profissionais e também dos discentes dos cursos de graduação da saúde, não só sobre as características clínicas das doenças, mas também sobre o sistema de notificação brasileiro.

Estudantes e equipes de saúde, quando devidamente qualificados, contribuem efetivamente com a NC, pois, o conhecimento sobre estas doenças e como notificá-las às autoridades sanitárias responsáveis, é fundamental para prevenção e controle de epidemias. Assim, uma melhor formação destes profissionais, seja na graduação ou durante a prática profissional otimizará o programa de vigilância brasileiro (SILVA; OLIVEIRA, 2014).

Soares *et al.*, (2002) v. n. 168- , jan-jun, 2019 avaliou o conhecimento e as práticas de estudantes da saúde sobre aspectos gerais das infecções e realização do atendimento a pacientes com doenças infectocontagiosas, foi observada uma deficiência no conhecimento quanto a estratégias para controle de enfermidades de NC.

Foi destacado por Vasconcelos (1998) e Andrade (2012) que, profissionais de saúde graduados em Instituições de Ensino Superior que não contemplam em Projetos Políticos de Cursos, conteúdos específicos e que promovam o estudo de doenças infectocontagiosas, podem apresentar dificuldade em reconhecer e atuar em tempo hábil no manejo adequado da saúde da população quanto ao Sistema de Notificação.

É imprescindível que os PPCs levem em consideração a carga horária de disciplinas, objetivando capacitar profissionais e conectá-los a às necessidades da sociedade brasileira facilitando o processo a construção e efetivação de políticas

públicas, relevante para a sociedade e suas demandas, entretanto, nem sempre as CH, conseguem solucionar todas as demandas de conteúdos a serem ofertados, mas, o avanço do conhecimento coloca para a IES o desafio de incorporar em seu ensino, outras estratégias, como a extensão, para o aprofundamento da reflexão sobre cuidado, saúde e ação social (JURDI, 2017). No âmbito da Fisioterapia, a estrutura e a organização dos PPCs ainda tem a herança biomédica da formação. Muitas vezes não direciona o curso para aspectos voltados ao sistema de saúde vigente, o SUS, com formação das demandas sociais e das políticas públicas de saúde (MEYER; COSTA; GICO, 2006).

Mesmo assim, este curso, Fisioterapia, tem se destacado como uma das graduações em maior crescimento numérico da área de saúde, por influências de contextos políticos, econômicos e sociais. Por outro lado, ainda é observado planejamento inadequado e estagnação de algumas instituições de ensino públicas e privadas sobre algumas temáticas, desencadeando assim uma deficiência no conhecimento destes profissionais (BISPO JUNIOR, 2009).

É importante que as IES permitam o rompimento do modelo de formação do fisioterapeuta curativo-reabilitador e privatista. Os cursos de Fisioterapia, conforme estabelecido nas diretrizes curriculares nacionais, devem adequar em sua formação ao interesse para perfil epidemiológico da população. A formação deste profissional, deve aproximar-se também da prevenção e da promoção à saúde (BISPO JUNIOR, 2009).

Sendo assim, a Fisioterapia enquanto profissão da área da saúde também tem o dever exercer a notificação e estar vigilantes aos acontecimentos nos estabelecimentos de saúde, pois, durante sua formação a IES deve propiciar ao acadêmico uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, habilitando-o a atuar em todos os níveis de atenção à saúde (BRASIL, 2001; TEIXEIRA, 1998).

Após formado, o fisioterapeuta egresso, deve apresentar-se capaz de contribuir com as diretrizes brasileira para controle e prevenção das doenças e agravos de NC, visto que, o bom funcionamento do sistema de vigilância brasileiro, depende também do conhecimento prévio v. n. 168- , jan-jun, 2019 sobre NC, adquirido durante ainda na graduação por este profissional (SILVA, 2015; BRASIL, 2007),

CONCLUSÃO

Considerando que a literatura científica aborda a formação adequada do Fisioterapeuta como estratégia para consolidação das atividades ministeriais em relação a Notificação Compulsória, faz-se necessário que ainda na graduação, este profissional possa aprender o manejo adequado do sistema brasileiro, não percorrendo apenas um caminho curativo-reabilitador, mas, que este, seja capaz de contribuir efetivamente com a promoção e proteção a saúde da população. Considerando ainda que nos Projetos Políticos dos Cursos que houve identificação mínima de número de disciplinas, carga horária e/ou conteúdos relacionados a NC, capazes de preparar o Fisioterapeuta, sugere-se, que sejam realizadas adequações

nos PPCs e/ou em seu ementário, para que este conhecimento venha a ser ofertado, mesmo que nos moldes dos avanços tecnológicos da educação a distância ou projetos de extensão, pois, é inadmissível que o aluno de fisioterapia conclua sua graduação sem adquirir conhecimento relacionado a Notificação Compulsória.

REFERÊNCIAS

ANDRADE Lidiane Lima de. **Construção de instrumentos para a documentação do processo de enfermagem em uma clínica de doenças infectocontagiosas** [dissertação] [Internet]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba; 2012. Disponível em <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5086>>. Acesso em 08 maio 2019.

BISCARDE Daniela Gomes dos Santos; PEREIRA-SANTOS, Marcos; SILVA, Lília Bittencourt. Formação em saúde, extensão universitária e Sistema Único de Saúde (SUS): conexões necessárias entre conhecimento e intervenção centradas na realidade e repercussões no processo formativo. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 18, n. 48, p. 177-186, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832014000100177&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 maio 2019.

BISPO JUNIOR José Patrício. Formação em fisioterapia no Brasil: reflexões sobre a expansão do ensino e os modelos de formação. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 655-668, Set. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702009000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 maio 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em fisioterapia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 mar. 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES042002.pdf>>. Acesso em 2 maio 2018.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências.

Diário

Oficial da União, Brasília, DF, 18 fev. 2016. Disponível em:

v. n. 168- , jan-jun, 2019

<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0204_17_02_2016.html>. Acesso em 2 maio 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Sistema **de Informação de Agravos de Notificação – Sinan: normas e rotinas**. [Internet]. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2007 Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0098_M.pdf> Acesso em 12 Maio de 2018.

_____. Ministério da Saúde. Câmara de Educação Superior. **Decreto n. 2, de 18 de Junho de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf> Acesso em 6 maio 2018.

_____. Parecer CNE/CES 1.210/2001 de 7 de dezembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional [Internet]. Ministério da Educação. **Diário Oficial da União**. Brasília. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces1210_01.pdf> Acesso em 12 maio 2018

CAMPOS Francisco Eduardo de, FERREIRA José Roberto, FEUERWEKER Laura, SENA Roseni Rosângela de, CAMPOS João José Batista, CORDONI-JR Luis, CORDEIRO Hésio. Caminhos para aproximar a formação de profissionais de saúde das necessidades da Atenção Básica. **Ver BrasEduc Méd.** Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 53-9, jun. 2001. Disponível em <https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/caminhos_aproximar.pdf>. Acesso em 8 maio 2018.

CARVALHO, Maria Bernadete de, RIBEIRO, Maria Mônica Freitas, SILVA, Luciana Diniz, SHIMOMURA, Flávio Martins. A composição do curriculum vitae entre estudantes de medicina e seus condicionantes. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 4, p. 483-491, Dec. 2013. <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010055022013000400003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 8 maio 2018.

CECCIM Ricardo Burg, FEUERWERKER Laura C. M. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 41-65, jun. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312004000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 maio 2018

DIAS Andréia, CYRINO Eliana Goldfarb, LASTÓRIA Joel Carlos. Conhecimentos e necessidades de aprendizagem de estudantes de fisioterapia sobre a hanseníase. **Hansen. int.** Bauru, p. 9-18, 2007. <http://www.ilsl.br/revista/detalhe_artigo.php?id=10905>. Acesso em 19 maio 2018.

ESCOSTEGUY Claudia Caminha, PEREIRA Alessandra Gonçalves Lisboa, MEDRONHO Roberto de Andrade. Três décadas de epidemiologia hospitalar e o desafio da integração da Vigilância em Saúde: reflexões a partir de um caso. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 3365-3379, Oct. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017021003365&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 maio 2019.

GOMES Luiz Fernando. EAD no Brasil: perspectivas e desafios. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 18, n. 1, p. 13-22, Mar. 2013. [acesso em 12 de maio de 2018]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 maio 2018

JURD Andrea Perosa Saigh, NICOLAU Stella Maris, FIGUEIREDO Lúcia da Rocha Uchôa, ROSSIT Rosana Aparecida Salvador, MAXIMINO Viviane Santalucia, BORBA Patrícia Leme de Oliveira. Revisitar processos: revisão da matriz curricular do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Paulo. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 22, n. 65, p. 527-538, Abr. 2018. Disponível em: v. n. 168, jan-jun, 2019 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832018000200527&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de Nov. 2018.

MEYER Patrícia Froes, COSTA Íris Céu Clara, GICO, Vânia Vasconcelos. Ciências sociais e fisioterapia: uma aproximação possível. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.13, n.4, p.877-890. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702006000400006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 14 maio 2018

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 4, de 6 de abril de 2009. Carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial. **Diário Oficial União**. 07abr 2009.Seção1. p. 27. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces004_09.pdf>Acesso em 11 nov 2018

MOURA Lúcia de Fátima Almeida de Deus, PIAULINO Raíra Jessica Barbosa, ARAÚJO Ítalo Frota, MOURA Marcoeli Silva de, LIMA Cacilda Castelo Branco, EVANGELISTA Lidiane de Morais. Impacto de um projeto de extensão universitária na formação profissional de egressos de uma universidade pública. **Rev. odontol. UNESP**, Araraquara, v. 41, n.5, p. 348-352, Out. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-25772012000500009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 maio 2019.

Nunes Everardo Duarte. Pós-graduação em saúde coletiva no Brasil: histórico e perspectivas. **Physis**.v. 15, n. 1, p. 13-38. Jun. 2005. <http://www.ilsl.br/revista/detalhe_artigo.php?id=10905>. Acesso em 08 maio 2019.

SILVA, Geraedson Aristides da. Enfoque sobre a leptospirose na região nordeste do Brasil entre os anos de 2000 a 2013. **Acta Biomedica Brasiliensia**. v. 6, n. 1, p. 101-108, jul. 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63770303>> Acesso em 13 maio 2018

SILVA Geraedson Aristides da, OLIVEIRA Cilmary Marly Gabriel de. O registro das doenças de notificação compulsória: a participação dos profissionais da saúde e da comunidade. **RevEpidemiolControllnfect**. v. 4, n.3, p. 215-220, jul/set 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63770303>> Acesso em 13 maio 2018

SOARES Maria Sueli Marques, ANGELO Angelinne Ribeiro, QUEIROGA Andréa Sarmiento, GONÇANVES Luiz Felipe Fernandes, SANTOS Suennya Dantas dos, SOUSA Caroline D'Fátima Santos de. Conhecimento de estudantes de odontologia da UFPB com relação à Aids e hepatite B. João Pessoa. **Pesq Bras Odontoped Clin Integr**, João Pessoa, 7(3): 211-216, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63770303>> Acesso em 13 maio 2018

SPANNA Thaís Moreira, RODRIGUES Roberta Cunha Matheus, LOURENÇO Laura Bacelar de Araújo, MENDEZ Roberto Della Rosa, GALLANI Maria Cecília Bueno Jayme. Integrative review: behavioral interventions for physical activity practice. **Rev Latino-am Enfermagem**, Ribeirão Preto, SP, v. 17, n. 6, p. 1057-1064, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010411692009000600020> Acesso em 13 maio 2018

SOUSA Selônia Patrícia Oliveira, MASCARENHAS Márcio Dênis Medeiros, SILVA Maria da Conceição Brandão, ALMEIDA Rúbria Araújo Marins de. Conhecimento sobre doenças e agravos de notificação compulsória entre profissionais da Estratégia Saúde da Família no município de Teresina, estado do Piauí, Brasil - 2010. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 465-474, set. 2012. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742012000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 maio 2018

TEIXEIRA Maria da Glória, PENNA Gerson Oliveira, RISI João Batista, PENNA Maria Lucia, ALVIN Maria Fernanda, MORAES José Cássio de. Seleção das doenças de notificação compulsória: critérios e recomendações para as três esferas de governo. **Inf. Epidemiol. Sus.** n. 7, v.1, p. 7-28. 1998. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742012000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 maio 2018

Vasconcelos Eymard Mourão. Educação popular como instrumento de reorientação das estratégias de controle das doenças infecciosas e parasitárias. **Cad. Saúde Pública**.n. 14, supple, 2, p, 39-57. 1998. <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v14s2/1324>>. Acesso em 16 maio 2018.

Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

v. n. 168- , jan-jun, 2019

Apêndice C: Artigo - Recurso educacional aberto: saberes necessários sobre Notificação Compulsória.

Recurso educacional aberto: saberes necessários sobre Notificação Compulsória

Open educational resource: necessary knowledge about Compulsory Notification

Geraedson Aristides da Silva¹, Geraldo Magella Teixeira², Kerle Dayana Tavares de Lucena³

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), Maceió-AL, Brasil

Resumo

A Notificação Compulsória oferece um meio valioso para monitorar a saúde populacional e indicar prioridades para as políticas de saúde e alocação de recursos financeiros. Deste modo, evidencia-se também a necessidade de estimulação de uma formação adequada seja ainda na graduação ou durante o exercício profissional. Este estudo objetivou apresentar o processo de construção de um Recurso Educacional Aberto sobre Notificação Compulsória, criado em decorrência da falta de conhecimento da maioria dos estudantes e profissionais da saúde e da deficiência no ensino pelas Instituições de Ensino Superior sobre o tema. **Materiais e métodos:** Trata-se de um estudo exploratório, descritivo, cuja abordagem foi qualitativa, realizado no mês de novembro de 2018, a partir de uma disciplina cursada em uma pós-graduação *stricto sensu*. **Resultados:** A construção do recurso ocorreu através de seis etapas distintas apresentadas ao longo deste artigo e cujo produto final foi o ebook acerca da Notificação Compulsória. **Conclusão:** O processo de construção do recurso educacional aberto apresentado neste artigo, juntamente com as demais informações sobre Notificação Compulsória oferecem suporte para aprendizagem de profissionais e estudantes da saúde, que muitas vezes precisam superar as dificuldades no próprio conhecimento e contribuir com as estratégias de promoção e prevenção da saúde da população brasileira.

¹ Mestrando em Ensino na Saúde e Tecnologia pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL.

ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-0057-3429>

E-mail: geraedson@hotmail.com

²

Vice Coordenador e Docente do Mestrado em Ensino na Saúde e Tecnologia da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL.

ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0001-6593-307X>

E-mail: magellafisio@yahoo.com.br

³

Docente do Mestrado em Ensino na Saúde e Tecnologia da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL.

ORCID iD: [http:// orcid.org/0000-0001-9918-306X](http://orcid.org/0000-0001-9918-306X)

E-mail: kerledayana@gmail.com

Abstract

Compulsory notification provides a valuable means to monitor population health and indicate priorities for health policies and allocation of financial resources. Thus, it is also evident the need to stimulate adequate training, either at graduation or during professional practice. This study aimed to present the process of constructing an open educational resource on Compulsory Notification, created as a result of the lack of knowledge of the vast majority of students and health professionals and deficiency in teaching by higher education institutions on the subject. **Materials and methods:** this is an exploratory and descriptive study, which approach was qualitative, carried out in November 2018, from a discipline attended in a *stricto sensu* post - graduation course. **Results:** the construction of the resource occurred through six distinct steps presented throughout this article and which final product was the E-book about Compulsory Notification. **Conclusion:** The process of building the open educational resource presented in this article, along with the other information about Compulsory Notification, supports the learning of health professionals and students, who often need to overcome difficulties in their own knowledge and contribute to promotion and prevention strategies of the health of the Brazilian population.

Palavras-chave: Ensino, Saúde, Recurso educacional aberto, Notificação compulsória

Keywords: Teaching, Health, Open educational resource, Compulsory notification

1. Introdução

Historicamente, a Notificação Compulsória (NC) tem sido a principal fonte da vigilância epidemiológica. A primeira lista de NC é datada do ano de 1377, em Veneza. No entanto, o primeiro Regulamento Sanitário Internacional sobre a temática é de maio de 1951, no qual foram definidas seis enfermidades de notificação internacional. Este regulamento foi incorporado ao Brasil em 1961, mas a notificação sistemática de algumas doenças transmissíveis deu-se a partir de 1969 (OLIVEIRA et al., 2003).

A NC permite a adoção de medidas de controle, possibilitando a interrupção da cadeia de transmissão de doenças entre a população. A averiguação epidemiológica v. n. 168- , jan-jun, 2019 é realizada a partir de fichas epidemiológicas do Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN), específicas para cada situação (SIQUEIRA FILHA; VANDERLEI; MENDES, 2011).

Atualmente, no Brasil, as normas de NC são reguladas pela portaria 204, de 17 de fevereiro de 2016, que define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, através da comunicação obrigatória à autoridade de saúde, realizada por profissionais ou responsáveis por estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, sobre a ocorrência de suspeita ou confirmação de doença, agravo ou evento de saúde pública (BRASIL, 2016).

Entretanto, a problemática das subnotificações constitui, ainda, uma das principais dificuldades no sistema de vigilância brasileiro, estas têm causas variadas, que vão desde a pouca instrução dos profissionais, dificuldade no manejo dos instrumentos de notificação e até mesmo a falta de prioridade da notificação das doenças na rede básica de serviços (LIMA et al., 2018).

O intercâmbio de informações sobre NC deve ocorrer rotineiramente em todos os níveis de formação para garantir o conhecimento sobre a condição das comorbidades e o acesso precoce às medidas de prevenção e tratamento (CARVALHO; DOURADO; BIERRENBACH, 2011).

No processo de construção das capacidades e habilidades dos profissionais de saúde, é preciso propiciar aos mesmos, ferramentas que garantam aquisição de conhecimento e os permita agir adequadamente em situações envolvendo estratégias de promoção, prevenção e proteção da saúde (AMANCIO FILHO, 2004).

Nesse contexto, deve ser considerada importante a qualificação dos egressos e acadêmicos da saúde objetivando a otimização do sistema de NC brasileiro (SILVA; OLIVEIRA, 2014). As estratégias que favoreçam a saúde da população são tão indispensáveis que, para cada dólar investido, há um retorno econômico de doze milhões, representando assim melhorias para o desenvolvimento do milênio (PRÜSS-ÜSTÜN et al., 2008).

A qualificação dos estudantes e profissionais pode ocorrer através da construção e/ou incentivo à parceria entre os setores educacionais e da saúde. A elaboração de propostas pedagógicas pelas instituições de ensino permite aos estudantes e trabalhadores da saúde a aquisição e o domínio de diversas competências, permitindo-os compreender, atuar e enfrentar demandas relacionadas à Notificação Compulsória (AMANCIO FILHO, 2004).

A formação de profissionais em saúde críticos, reflexivos e transformadores de suas realidades está densamente ligada às compreensões pedagógicas que o estimulam a aprender; deste modo, na atualidade, esta formação tem sido permeada por novas ferramentas que facilitam o aprendizado e contribui para que o profissional execute tarefas profissionais de forma eficiente (MACEDO et al., 2018).

Visando atender a esta demanda educativa, surgem os Recursos Educacionais Abertos, definidos como materiais de ensino, aprendizagem ou pesquisa em domínio público, ou publicados sob uma licença aberta, que permite o uso de forma legal e livre de cobranças de taxas ou assinaturas, com acesso por meio de downloads por qualquer cidadão (ZANIN, 2017). A contribuição desse tipo de material potencializa a promoção da saúde da população (REBERTE; HOGA; GOMES, 2012).

Diante do exposto, o presente estudo objetivou apresentar o processo de construção de um Recurso Educacional Aberto (REA) sobre Notificação Compulsória (NC), criado em decorrência da falta de [v. n. 168- , jan-jun, 2019](#) conhecimento dos estudantes e profissionais da saúde e da deficiência no ensino pelas Instituições de Ensino Superior (IES) sobre o tema.

Estima-se que o processo de construção do Recurso Educacional Aberto, descrito ao longo do trabalho juntamente com as demais informações apresentadas sobre Notificação Compulsória, estimulará profissionais e acadêmicos da saúde a buscar e criar outros REA com mais informações sobre NC e o sistema vigente no Brasil.

2. Materiais e Métodos

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo com abordagem qualitativa, no período de setembro a novembro de 2018. Foi descrito o recurso de tecnologia educacional na forma de E-book, construído como produto do

Mestrado em Ensino na Saúde e Tecnologia (MEST) da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL. O mesmo faz parte da dissertação de mestrado do autor correspondente.

A construção do E-book dividiu-se em seis etapas distintas (Figura 1), que variaram desde a sistematização dos conteúdos até a inserção no repositório da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), conduzido no período entre setembro a novembro de 2018.

Figura 1: Etapas para a produção do E-book, 2018.

Fonte: Autores deste artigo.

A primeira etapa baseou-se na necessidade de profissionais e estudantes da saúde sobre Notificação Compulsória, sendo esta apresentada através de revisão de literatura. A elaboração do conteúdo também foi baseada na literatura científica, para garantir a fidedignidade e compreensão do usuário.

Na segunda etapa, imagens de sites foram acessadas para encontrar ilustrações adequadas que posteriormente serviriam como modelo para criação das próprias ilustrações do E-book.

Na terceira etapa, o conteúdo preliminar, representado por normativas oficiais do Ministério da Saúde do Brasil, passou por um processo de edição de texto e posterior diagramação, unindo-se às imagens com o texto na versão inicial do E-book. A primeira versão foi revisada e seguiu para a etapa seguinte.

Na quarta etapa, o trabalho foi submetido à avaliação dos docentes e dos alunos regulares da disciplina obrigatória do MEST, Recursos Educacionais, através de exposição oral e visual. Os mesmos propuseram algumas sugestões, que foram anotadas, acatadas e executadas. Por conseguinte, confeccionou-se a segunda versão, que foi encaminhada para a próxima fase.

Na quinta etapa, o E-book foi submetido e validado sem restrição por peritos *ad hoc*. A avaliação se relacionou com adequação e apresentação das informações, linguagens e ilustrações considerando a perspectiva do público-alvo. Finalizada a validação, os profissionais foram convidados a opinar sobre a visão geral e específica do recurso educativo.

v. n. 168- , jan-jun, 2019

Na sexta e última etapa, o arquivo foi enviado para o orientador, que fez uma nova avaliação de ilustrações e texto e finalizou com a inserção do ebook no repositório da CAPES, ficando o mesmo disponível para o público em geral.

3. Resultados

3.1 Etapa I – Revisão de literatura

Após ser evidenciada a necessidade de qualificação dos profissionais e estudantes da saúde com relação à Notificação Compulsória (SILVA; OLIVEIRA, 2014), buscou-se na literatura instrumentos textuais capazes de serem transformados no recurso educativo, sendo utilizados os seguintes documentos para composição:

Quadro 1: Documentos utilizados para a composição do E-book.

Tipo de documento	Disposição
Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016.	Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências.
Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975	Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências.
Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977	Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

Fonte: Diário Oficial da União.

Após a finalização deste processo, buscou-se aprimorar o E-book, através de ilustrações, de forma que o mesmo se tornasse mais atrativo.

3.2 Etapa II – Escolha das ilustrações

As ilustrações foram buscadas no intuito de atrair a percepção dos profissionais e estudantes que criam suas referências e também se reconhecem por imagens, instaurando laços de comunhão com as mesmas. Há a ideia de que pela imagem eu me aproximo do outro, me uno ao outro, favorecendo a qualidade da natureza simbólica capaz de refletir sobre as mais diferentes leituras (BELMIRO, 2000).

Partindo dessa premissa, ilustrações de profissionais de saúde foram acessadas em websites e posteriormente salvas. Em seguida, as mesmas foram enviadas para um ilustrador que as traduziram de acordo com as necessidades do trabalho.

3.3 Etapa III – Diagramação do conteúdo

v. n. 168- , jan-jun, 2019

Após a seleção de textos e de imagens, foi a vez do material ser enviado para um profissional capacitado para criação e diagramação de ebooks. Este profissional uniu os textos selecionados anteriormente com as figuras provenientes do processo de ilustração.

Figura 2: Modelo de ilustração contida no E-book.

A união das ilustrações com a disposição do texto e cada página foi concebida de forma que tornassem claras e objetivas as informações a serem repassadas. O E-book conta ainda com um sistema de links, facilitando o acesso do leitor ao portal oficial do Ministério da Saúde, mais especificamente ao Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN). Além disso, o Recurso Educacional Aberto apresenta um *quiz* de perguntas e respostas sobre Notificação Compulsória, a fim de fortalecer a aprendizagem do leitor.

Finalizada esta etapa, foi realizada revisão do texto e gravação do material no formato PDF, que significa *Portable Document Format* (Formato Portátil de Documento).

3.4 Etapa IV – Avaliação por membros do MEST

Nesta fase, o trabalho foi exposto por meio de seminário da disciplina Recursos Educacionais, sendo esta uma disciplina obrigatória do Mestrado em Ensino na Saúde e Tecnologia.

Complementada a apresentação do recurso, a discussão foi aberta para os docentes da disciplina juntamente com os alunos regulares do MEST, que fizeram elogios e apontamentos. Todos os apontamentos foram anotados e acatados de forma positiva pelos idealizadores do projeto, que deram início às correções.

Os alinhamentos foram adequados ao trabalho, sendo confeccionada uma segunda versão do E-book, que por sua vez foi encaminhada para a fase seguinte.

3.5 Etapa V – Validação por pareceristas *ad hoc*

Nesta fase, o E-book foi exposto ao público em geral e para pareceristas *ad hoc* em um congresso acadêmico da própria instituição de ensino. O material ficou exposto em um notebook, onde o público, juntamente com os pareceristas, puderam explorá-lo e interagir.

Os avaliadores preencheram um formulário que pontuava a linguagem, ilustração, interatividade e relevância do Recurso Educacional Aberto. Em relação à apresentação da linguagem, os peritos avaliaram a conveniência e a compreensão dos conceitos utilizados e adequação do vocabulário e objetivos. Eles também avaliaram as ilustrações de acordo com a interatividade, organização e a adaptação visual.

A opinião do público também foi importante, pois os mesmos referiam que não conheciam nenhum Recurso Educacional Aberto com a temática. Concluída a exposição do recurso no congresso, a coordenação do MPES ficou de posse dos formulários avaliativos.

Estes formulários com as considerações dos avaliadores foram disponibilizados, entretanto, não houve apontamentos v. n. 168- , jan-jun, 2019 referentes à alteração do material. O recurso, então, foi encaminhado para uma editora no intuito de registrá-lo com o ISBN (*International Standard Book Number*), que é um sistema que identifica numericamente os livros segundo o título, o autor, o país e a editora, individualizando-os inclusive por edição.

3.6 Etapa VI – Inserção no Repositório CAPES

Recebido o ISBN da editora, o E-book foi enviado para o orientador, que inseriu o Creative Commons, e em seguida o disponibilizou no repositório da CAPES. O material está disponível não só para profissionais e estudantes da saúde, mas também para indivíduos em geral que tenham interesse sobre a temática.

4. Discussão

Profundas transformações têm ocorrido na formação dos profissionais de saúde a fim de atender às transformações contemporâneas da sociedade. Para isso, incorporaram-se novas estratégias e ferramentas pedagógicas de ensino nas quais o estudante ou profissional é o agente promotor da sua própria ação educativa, transitando da dependência do professor à autonomia na elaboração do seu conhecimento (MACEDO et al., 2018).

Algumas dificuldades do ensino na saúde podem ser sanadas através dos Recursos Educacionais Abertos (REA), que utilizam meios alternativos de distribuição e elaboração de novos materiais de qualidade e de maneira gratuita (ZANIN, 2017).

Nesse tipo de recurso cabe ao autor decidir quando e como permite o uso por terceiros, não existindo ressalvas para os REA com finalidade educativa. Dentre as licenças utilizadas, cita-se a Creative Commons (CC), um tipo de licença mais flexível por meio da qual qualquer pessoa pode licenciar sua produção através do acesso ao site do CC, e, após responder a algumas perguntas, instantaneamente, receberá uma das seis licenças disponíveis (GONSALES, 2016).

Para Cavalcante e Vasconcelos (2007), novas iniciativas voltadas para o ensino na saúde que implementam novas ferramentas de ensino nos centros de formação e das instituições acadêmicas melhoram o ensino, reorientam currículos, promovem novas modalidades de oferta de cursos, de práticas pedagógicas e de conteúdos para estudantes e profissionais de saúde.

A facilidade ao acesso à informação permitida pelos Recursos Educacionais Abertos tem favorecido a aprendizagem e formação de estudantes e profissionais em políticas de saúde no Brasil e no mundo, colocando esse recurso como um agente importante no processo de ensinoaprendizagem (FERREIRA; SÁ, 2018).

Nesse panorama, a utilização das tecnologias móveis pode ser vista como uma maneira favorável de promover o ensino na saúde através do uso dos REA, uma vez que o acesso a essas tecnologias e a conectividade à internet tem aumentado no cenário mundial (HEREDIA; RODRIGUES; VIEIRA, 2017).

Gonsales (2016) descreve que os REA incluem cursos completos ou partes de cursos, módulos, livros didáticos, artigos de pesquisa, vídeos, testes, software e qualquer outra ferramenta (material ou técnica) que possa apoiar o acesso ao conhecimento. Essa definição foi redigida com a ajuda da Comunidade Recursos Educacionais Abertos do Brasil.

Escosteguy, Pereira e Medronho (2017) chamam atenção para que haja uma melhor formação dos profissionais de saúde, seja na graduação ou durante a vida profissional, destacando que estes profissionais, em suas diferentes especialidades, quando bem treinados/capacitados sobre o Sistema de Notificação vigente, são capazes de contribuir efetivamente com o monitoramento da saúde da população.

Silva (2015) aponta que doenças de Notificação Compulsória são endêmicas em vários estados do Brasil, e sugere que sejam criadas estratégias de promoção, proteção e controle da situação, dentre elas o treinamento de profissionais e acadêmicos da saúde. Miranda et al. (2018) demonstram que para que sejam realizadas as notificações compulsórias deve haver uma sensibilização dos profissionais da saúde, visto a importância da temática.

Schmidt (2007) também destaca a necessidade da divulgação de dados que valorizem as estratégias preventivas que promovam educação e conhecimento das políticas de saúde por parte de toda a população, facilitando assim as estratégias de prevenção e controle propostas pelo Ministério da Saúde do Brasil. O autor aponta, ainda, que é observado que vários profissionais da saúde não detêm conhecimento suficiente sobre as NC, direcionando-as apenas para o atendimento clínico.

A Resolução nº 287, de 8 de outubro de 1998, determina a participação de 14 categorias de profissionais de saúde que passam então a contribuir ativamente na consolidação dos sistemas de saúde brasileiros, são eles: Assistente Social, Biólogo, Biomédico, Profissional de Educação Física, Enfermeiro, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico, Médico Veterinário, Nutricionista, Odontólogo, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional (BRASIL, 1998). Entretanto, o ato de notificar não deve ser confundido com o de realizar diagnóstico clínico, sendo este, atribuição exclusiva do profissional médico (SILVA; OLIVEIRA, 2014).

Jurdi et al. (2018) destacam a importância de formar profissionais capacitados e conectados às necessidades da sociedade brasileira, e que as IES estejam comprometidas com a construção e efetivação de políticas públicas relevantes para a sociedade e suas demandas. Entretanto, existem lacunas que impedem a produção de informações fidedignas que expressem, genuinamente, o aprimoramento de ações assistenciais e preventivas das organizações governamentais e não-governamentais no monitoramento dessas doenças (CRUZ; TOLETO; DANTAS, 2003).

Para Girianelli et al. (2018), há a clara necessidade do enfrentamento das demandas envolvendo NC: a falta de informação dos profissionais pode influenciar negativamente as políticas de saúde, havendo assim a necessidade de treinamento deste público. Lima et al. (2018) corroboram com esta ideia e expressam em seu estudo que é perceptível a importância da capacitação dos profissionais de saúde quanto ao manejo correto das situações envolvendo NC.

É responsabilidade também das IES o direcionamento da formação voltada para as problemáticas de saúde pública e não apenas baseada no projeto privatista. Entretanto, a força de novos projetos tem atingido o ensino superior e neutralizado o espaço universitário como campo de formação crítica, reflexiva e transformadora (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2001).

Em ambiente educacional, a tecnologia tem auxiliado profissionais e estudantes a adquirirem competências indispensáveis para tomada de decisões e soluções de problemas. A educação sofreu alterações com a admissão de novas mídias nos processos educativos, e essas modificações estão acontecendo também dentro das instituições de ensino, trazendo possibilidades de mediação multimidiática de informações diversas (PEREIRA et al, 2016).

5. Conclusão

Importantes transformações nos mecanismos de ensino-aprendizagem têm ocorrido na contemporaneidade e as facilidades do acesso aos REA, como E-books, oferecem suporte a diversos públicos entre eles os profissionais de saúde, que na maioria das vezes necessitam superar deficiências da sua formação para contribuir efetivamente com as estratégias de promoção e prevenção da saúde da população brasileira.

Entretanto, a literatura brasileira necessita da criação de outros Recursos Educacionais Abertos, principalmente no âmbito da NC, para melhor preparar os estudantes e profissionais da saúde, logo, este trabalho poderá nortear o processo de construção de posteriores recursos.

Referências

- AMANCIO FILHO, Antenor. Dilemas e desafios da formação profissional em saúde. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 8, n. 15, p. 375-380, Ago. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832004000200019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 3 jul. 2019.
- BELMIRO, Celia Abicalil. A imagem e suas formas de visualidade nos livros didáticos de Português. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 21, n. 72, p. 11-31, Ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302000000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov. 2018.
- BRASIL. Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975. Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 nov. 1975. p. 14.785. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6259-30outubro-1975-357094-norma-pl.html>>. Acesso em: 4 jul. 2018.
- BRASIL. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 ago. 1977. p. 11.145. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6437-20-agosto-1977-357206-normapl.html>>. Acesso em: 4 jul. 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 fev. 2016. Disponível em:
- v. n. 168- , jan-jun, 2019
- <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0204_17_02_2016.html>. Acesso em: 14 nov. 2018.
- BRASIL. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde. Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde. **Resolução nº 287 de 8 de outubro de 1998**. Brasília; 2006. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cart_camara_regulacao.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018.
- CARVALHO, Carolina Novaes; DOURADO, Ines; BIERRENBACH, Ana Luiza. Subnotificação da comorbidade tuberculose e aids: uma aplicação do método de linkage. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 548-555, Jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489102011000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 jul. 2019.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes. Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 22, n. 75, p. 67-83, Ago. 2001. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302001000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov. 2018.

CAVALCANTE, Maria Tereza Leal; VASCONCELLOS, Miguel Murat. Tecnologia de informação para a educação na saúde: duas revisões e uma proposta. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 611-622, Jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232007000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jul. 2019.

CRUZ, Marly Marques da; TOLEDO, Luciano Medeiros de; SANTOS, Elizabeth Moreira dos. O sistema de informação de AIDS do Município do Rio de Janeiro: suas limitações e potencialidades enquanto instrumento da vigilância epidemiológica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.19, n. 1, p. 81-89, Fev. 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 jun. 2019.

SCOSTEGUY, Claudia Caminha; PEREIRA, Alessandra Gonçalves Lisboa; MEDRONHO, Roberto de Andrade. Três décadas de epidemiologia hospitalar e o desafio da integração da Vigilância em Saúde: reflexões a partir de um caso. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 3365-3379, Oct. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232017021003365&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jul. 2019.

FERREIRA, Giselle Martins dos Santos; SA, Jaciara Carvalho de. recursos educacionais abertos como tecnologias educacionais: considerações críticas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, n. 144, p. 738-755, Set. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302018000300738&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 jul. 2019.

GIRIANELLI, Vania Reis; FERREIRA, Aldo Pacheco; VIANNA, Marcos Besserman; TELES, Nair; ERTHAL, Regina Maria de Carvalho; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. Qualidade das notificações de violências interpessoal e autoprovocada no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, 2009-2016. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 318-326, Jul. 2018. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414462X2018000300318&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 jul. 2019.

GONSALES, Priscila. Recursos educacionais abertos (REA) e novas práticas sociais. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [S.l.], v. 10, n. 1, Mar. 2016. ISSN 1981-6278. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1078>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

HEREDIA, Jimena de Mello; RODRIGUES, Rosângela Schwarz; VIEIRA, Eleonora Milano Falcão. Produção científica sobre Recursos Educacionais Abertos.

Transinformação, Campinas, v. 29, n. 1, p. 101-113, Abr. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862017000100101&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 15 jul. 2019.

JURDI, Andrea Perosa Saigh et al. Revisitar processos: revisão da matriz curricular do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Paulo. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 22, n. 65, p. 527-538, Abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832018000200527&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov. 2018.

LIMA, Romênia Kelly Soares de; EVANGELISTA, Aline Luiza de Paulo; MAIA, Jéssica Karen de Oliveira; TRAVASSOS, Priscila Nunes da Silva; PINTO, Francisco José Maia; MOREIRA, Francisco José Maia. Notificação compulsória de acidentes de trabalho: dificuldades e sugestões dos profissionais de saúde em Fortaleza, Ceará. *Rev Bras Med Trab.* v. 16, n. 2, p. 192-198, 2018. Disponível em: <<http://www.rbmt.org.br/details/315/pt-BR>>. Acesso em: 1 jul. 2019.

MACEDO, Kelly Dandara da Silva; ACOSTA, Beatriz Suffer; SILVA, Ethel Bastos da; SOUZA, Neila Santini de; BECK, Carmem Lúcia Colomé; SILVA, Karla Kristiane Dames da. Active learning methodologies: possible paths to innovation in health teaching. *Esc. Anna Nery.* v. 22, n. 3, e20170435, 2018. Disponível em: <http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141481452018000300704>. Acesso em: 17 jul. 2019.

MIRANDA, Fernanda Moura D'Almeida; PURIM, Kátia Sheylla Malta; SARQUIS, Leila Maria Mansano; SHWETZ, Ana Claudia Athanasio; DELATORRE, Letícia Schlichting; SAALFELD, Rosangela Maria. Dermatoses ocupacionais registradas em sistema de notificação na região Sul do Brasil (2007 a 2016). **Rev Bras Med Trab.** V. 16, N. 4, p. 442-450. 2018. Disponível em: < <http://www.rbmt.org.br/details/384/en-US>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

OLIVEIRA, Magda Lúcia Felix de; SILVA, Adelson Alves; BALLANI, Tanimária Silva Lira; BELLASALMA, Ana Carolina Manna. **Sistema de notificação de intoxicações desafios e dilemas.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/sg3mt/pdf/peres-9788575413173-15.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2019.

PEREIRA, Teresa Avalos et al. Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação por Professores da Área da Saúde da Universidade Federal de São Paulo. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 59-66, Mar. 2016. Disponível

v. n. 168- , jan-jun, 2019

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010055022016000100059&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov. 2018.

PRÜSS-ÜSTÜN, Annette et al. Safer water, better health: costs, benefits and sustainability of interventions to protect and promote health. Geneva: **World Health Organization**, 2008. Disponível em:

<http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43840/9789241596435_eng.pdf;jsessionid=488714A30C7AC39333E5080F15DCF420?sequence=1>. Acesso em: 14 nov. 2018.

REBERTE, Luciana Magnoni; HOGA, Luiza Akiko Komura; GOMES, Ana Luisa Zaniboni. O processo de construção de material educativo para a promoção da saúde da gestante. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 1, p. 101-108, Fev. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692012000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 nov. 2018.

SCHMIDT, Rosana Andreatta Carvalho. A questão ambiental na promoção da saúde: uma oportunidade de ação multiprofissional sobre doenças emergentes. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 373-392, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312007000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 nov. 2018.

SILVA, Geraedson Aristides da. Enfoque sobre a leptospirose na região nordeste do Brasil entre os anos de 2000 a 2013. **Acta Biomedica Brasiliensia**. v. 6, n. 1, p. 101108, Jul. 2015. Disponível em: <<http://www.actabiomedica.com.br/index.php/acta/article/view/105/78>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

SILVA, Geraedson Aristides da; OLIVEIRA, Cilmary Marly Gabriel de. O registro das doenças de notificação compulsória: a participação dos profissionais da saúde e da comunidade. **Rev Epidemiol Control Infect**. v.4, n. 3, p. 215-220, Jul-Set. 2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/epidemiologia/article/view/4578>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

SIQUEIRA FILHA, Noêmia Teixeira de; VANDERLEI, Lygia Carmen de Moraes; MENDES, Marina Ferreira de Medeiros. Avaliação do Subsistema Nacional de Vigilância Epidemiológica em Âmbito Hospitalar no Estado de Pernambuco, Brasil. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 307-316, Set. 2011. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167949742011000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 jul. 2019.

ZANIN, Alice Aquino. Recursos educacionais abertos e direitos autorais: análise de sítios educacionais brasileiros. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, e227174, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782017000400230&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 jul. 2019.

**Apêndice D: E-book – Notificação Compulsória e Ensino na Saúde:
um novo olhar para profissionais e estudantes.**

v. n. 168- , jan-jun, 2019

NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA E ENSINO NA SAÚDE: UM NOVO OLHAR PARA PROFISSIONAIS E ESTUDANTES

GERAEDSON ARISTIDES DA SILVA

Graduado em Fisioterapia pela Faculdade da Cidade de Maceió (FACIMA)
Gestão do Potencial Humano - Gestão Escolar pela Faculdade de Tecnologia de Alagoas (FAT-AL)
Pós-graduado em Neurogerontologia e Fisioterapia Domiciliar pela Universidade Castelo
Mestrando em Ensino na Saúde e Tecnologia pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde (UNCISAL)

GERALDO MAGELLA TEIXEIRA

Graduado em Fisioterapia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Mestrado em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Doutorado em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
Gerada automaticamente módulo Catalog, mediante os dados fornecidos e ajustados pelos autores.

A749n Aristides da Silva, Geraedson.

Notificação Compulsória e Ensino na Saúde : Um novo olhar para estudantes e profissionais / Geraedson Aristides da Silva. – 2019. 70 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, Mestrado Profissional em Ensino na Saúde e Tecnologia, Maceió, 2019.

Orientação: Prof. Dr. Geraldo Magella Teixeira.

1. Notificação Compulsória. 2. Ensino. 3. Saúde. I. Título.

CDD 615.1

v. n. 168- , jan-jun, 2019

Colaboradores:

Wellinton Bruno de Araújo Duarte

Flávia Accioly Canuto



Dedicatória

Aos meus pais, José Aristides da Silva e Geni Maria da Conceição, que são um exemplo de obstinação em busca dos seus objetivos, além de representar meu porto seguro.





Ao meu orientador, Geraldo Magella Teixeira, que representa a luz da bondade na vida de muitas pessoas.

Ao meu amigo grande Wellington Bruno de Araújo Duarte por me encorajar o tempo todo e também por construir o Prefácio deste E-book.

Prefácio

O histórico da vigilância em saúde no Brasil é reflexo de sua polarização epidemiológica, combinando elevadas taxas de morbimortalidade por doenças crônico-degenerativas com altas incidências de doenças infecciosas e parasitárias, com forte persistência de atenção ainda para vigilância e controle das doenças transmissíveis, ao passo que vem ampliando seu campo de atuação para incorporar novos objetos e abordagens para agregar o avanço das doenças e agravos não transmissíveis, a exemplo da violência contra a doméstica sexual e das tentativas de suicídio.



Os êxitos em vigilância em saúde alcançados pelo país nos últimos anos são incontestáveis, porém, ainda se presenciam números alarmantes de hanseníase, mesmo havendo erradicado, por exemplo, a poliomielite. Depara-se com a ocorrência de surtos de sarampo, que desde 2016 foi considerado erradicado no Brasil, mesmo havendo vacinação universal.



O país teme a volta da poliomielite, difteria e rubéola, por exemplo, principalmente com os recentes fluxos migratórios internacionais e os refugiados. A dengue continua sendo um grande desafio a ser superado, assim como o crescimento de infecções sexualmente transmissíveis nos últimos tempos. O país ainda se deparou recentemente com a grande infecção pelo Zika Vírus e com a Chikungunya.

Infelizmente continuam as situações de subnotificação de doenças e agravos, mesmo com a educação permanente se constituindo enquanto Política e as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de saúde passando por reformas para melhor adequação ao Sistema Único de Saúde.

Em suma, vivemos num cenário complexo e fortemente determinado por condições sociais, exigindo continuamente a construção de agendas Inter setoriais.

Neste E-book, procurou-se ir além da necessidade de notificação de doenças e agravos (que é um ato tecnológico complexo diante das demandas de trabalho, da insegurança e da falta de informação aos profissionais de saúde), visando contribuir de maneira prática e interativa (mas não menos complexa) para uma abordagem de um cuidado que contemple a vigilância em saúde, a partir da transformação das práticas dos profissionais, com base no modelo de atenção existente no país, que garanta o foco na integralidade e uma atuação que vá desde



a prevenção primária até a prevenção quaternária, de forma Inter
setorial e interdisciplinar, com coordenação do cuidado pela Atenção
Primária à



Saúde.

Olá!

Este eBook é um PDF interativo. Isso quer dizer que aqui, além do texto, você também vai encontrar links, botões e um índice clicável.

Caso seu leitor de PDFs tenha uma área de “Table of Contents”, lá é mais um lugar por onde você pode navegar pelo conteúdo desse livro.

Como última dica, saiba que quando o texto estiver assim, quer dizer que ele é um link para uma página externa que vai ajudar você a aprofundar o conteúdo.

Sinta-se à vontade para clicá-lo!



Esperamos que essas funções te ajudem na leitura do texto.



BOA LEITURA!

Sumário

Notificação	10
Compulsória	10
Ensino sobre Notificação Compulsória	20
Profissionais a ptos a notificar	30
Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN	37
Periodicidade da Notificação Compulsória	43
Locais para realização da Notificação Compulsória	50
Lista Nacional de Notificação Compulsória	55





Notificação

Compulsória

Notificação Compulsória é a comunicação obrigatória e imediata de situações específicas referentes a saúde da população, em primeira instância esta obrigatoriedade é do serviço de saúde, entretanto, a norma legal, também estabelece que profissionais de saúde comuniquem as autoridades sanitárias a ocorrência sobre de suspeita ou confirmação de doença, agravo ou evento de saúde pública (BRASIL, 2014).

A Notificação Compulsória (NC) tem sido a principal fonte da vigilância epidemiológica ao longo da história, a primeira lista de doenças de NC remonta ao ano de 1377, em Veneza, entretanto, o primeiro Regulamento Sanitário Internacional data de maio de 1951, no qual foram definidas seis enfermidades de notificação internacional (OLIVEIRA et. al., 2003).

As normas brasileiras sobre defesa e proteção da saúde foram instituídas em 1961 através do Decreto N° 49.974. A4, constituindo uma relação com 45 doenças, além de outras viroses humanas e as adversidades do trabalho, como de NC (TEIXEIRA, 1998).





Porém, apenas em 1969, em decorrência ao entusiasmo dos resultados da campanha de erradicação da varíola (CEV) e dos seus preceitos quanto ao valor prático do método de vigilância epidemiológica, teve início a notificação metódica de algumas doenças infectocontagiosas (TEIXEIRA, 1998; OLIVEIRA et. al., 2003).

Sob a responsabilidade da Fundação de Serviços de Saúde Pública FSESP/Ministério da Saúde, as informações eram colhidas através das secretarias estaduais de saúde e outros órgãos específicos deste Ministério e divulgadas em boletim epidemiológico com periodicidade quinzenal (TEIXEIRA, 1998).

Na época, a lista nacional de DN estaria restrita a alguns agravos e doenças de interesse sanitário para o país; esta lista tem experimentado revisões ao longo do tempo em função de novas ações programáticas instituídas para controlar problemas específicos de saúde (BRASIL, 2002).

Mas, foi em 1998, que o Centro Nacional de Epidemiologia - CENEPI promoveu ampla revisão do assunto, o que resultou na explicitação de conceitos técnicos sobre o processo de notificação bem como dos critérios utilizados para a seleção de doenças e agravos notificáveis (BRASIL, 2007).

Assim, mais tarde, ficaria facultado a estados e municípios a inclusão de novas problemáticas de saúde pertencentes à sua região, desde que fosse definida, com





clareza, o motivo e o objetivo da notificação (BRASIL, 2010; BRASIL, 2014).



Em 2011, a portaria ministerial nº 104, de 25 de janeiro definiu que terminologias fossem adotadas em âmbito nacional, na mesma foi citado o Regulamento Sanitário Internacional de 2005, além dos conceitos de Doença, Agravo, Eventos, Emergências de Saúde Pública de Importância Nacional e Emergências de Saúde Pública de Importância Internacional, o documento também estabeleceu fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições a profissionais e serviços de saúde (BRASIL, 2011).

Apesar de dotar arcabouço legal, nacional e internacional Galban e Benzageken (2007) informam que há elevado percentual de situações envolvendo NC, isto infere, que se faz necessária





que atitudes práticas sejam adotadas, no intento de minorar a incidência e prevalência de doenças, agravos ou eventos de saúde e também os casos de subnotificação.

As subnotificações constituem ainda uma das principais dificuldades para a Vigilância Epidemiológica, e têm causas variadas que vão desde a pouca sensibilidade e informação dos profissionais, particularmente daqueles da rede privada, até mesmo à falta de prioridade da notificação das doenças na rede de serviços enquanto atividade básica e fundamental da saúde (BRASIL, 2009).

A falta de conhecimento dos profissionais de saúde sobre as situações envolvendo a Notificação Compulsória e também do fluxo referente a notificação pelos, podem contribuir para a baixa notificação de casos, o que torna o sistema de Vigilância Epidemiológica rotineiramente dos profissionais de saúde conhecerem as Normas e Rotinas do Ministério da Saúde, através do SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), uma base de dados nacional, que foi implantado no Brasil a partir de 1993 (BRASIL, 2007).

A implantação do SINAN ocorreu de forma gradual e após a implantação total, tornou-se obrigatória a





alimentação regular do mesmo, pelos municípios, estados e Distrito Federal (BRASIL, 2007).

Vamos aprender mais





Seu interesse é a chave para sua aprendizagem!

AGRAVO

Qualquer dano à integridade física ou mental do indivíduo, provocado por circunstâncias nocivas, tais como acidentes, intoxicações por substâncias químicas, abuso de drogas ou lesões decorrentes de violências interpessoais, como agressões e maus tratos, e lesão auto provocada;

DOENÇA

Enfermidade ou estado clínico, independente de origem ou fonte, que represente ou possa representar um dano significativo para os seres humanos;

EPIZOOTIA





Doença ou morte de animal ou de grupo de animais que possa apresentar riscos à saúde pública;

EVENTO DE SAÚDE PÚBLICA

Situação que pode constituir potencial ameaça à saúde pública, como a ocorrência de surto ou epidemia, doença ou agravo de causa desconhecida, alteração no padrão clínico epidemiológico das doenças conhecidas, considerando o potencial de disseminação, a magnitude, a gravidade, a severidade, a transcendência e a vulnerabilidade, bem como epizootias ou agravos decorrentes de desastres ou acidentes;





Parabéns por ter chegado até aqui!

Esperamos ter contribuído com o seu conhecimento.

Siga em frente e aprenda mais!





ANOTAÇÕES





Ensino sobre Notificação Compulsória

Ações de vigilância ministeriais são inviabilizadas quando a formação dos profissionais descritos acima não privilegia o ensino relacionado a NC, pois, vários agravos e enfermidades são considerados endêmicos nas regiões brasileiras, sendo assim, necessárias estratégias de promoção, proteção e controle da situação; e, em função disso, sugere-se melhor treinamento de profissionais e acadêmicos da saúde no âmbito das instituições de ensino superior (SILVA, 2015).

Há dificuldades dos profissionais de saúde brasileiros sobre o sistema de notificação o que gera o embaraço das subnotificações, sendo assim, as problemáticas enfrentadas pelos profissionais de saúde têm causas variadas, que vão desde a pouca instrução dos profissionais, dificuldade no manejo dos instrumentos de notificação e até mesmo a falta de prioridade da notificação das doenças na rede básica de serviços (LIMA et. al., 2018).

O intercâmbio de informações sobre NC deve ocorrer rotineiramente em todos os níveis de formação para garantir o conhecimento sobre a condição das comorbidades e o acesso precoce às medidas de



prevenção e tratamento (CARVALHO; DOURADO; BIERRENBACH, 2001).

No processo de construção das capacidades e habilidades dos profissionais de saúde, é preciso propiciar aos mesmos, ferramentas que garantam aquisição de conhecimento e os permita agir adequadamente em situações envolvendo estratégias de promoção, prevenção e proteção da saúde (AMANCIO FILHO, 2004).

Nesse contexto, deve ser considerada importante a qualificação dos egressos e acadêmicos da saúde objetivando a otimização do sistema de NC brasileiro, visto que, é precário o conhecimento dos estudantes e profissionais de saúde sobre NC (SILVA; OLIVEIRA, 2014).

Estratégias que favoreçam a saúde da população são tão indispensáveis que, para cada dólar investido, há um retorno econômico de doze milhões, representando assim melhorias para o desenvolvimento do milênio (PRÜSS-ÜSTÜN et. al., 2008).

Também, observa-se que os currículos dos profissionais de saúde brasileiros baseiam-se em





conteúdos, ignorando estratégias pedagógicas fundamentadas no ensino problematizado e/ou na construção do saber coletivo primordial para os interesses das demandas coletivas, distanciando-se desta forma do seu sentido etimológico, currículo (deriva-se do latim curriculum), que significa percurso ou caminho, essa construção social histórica representa os saberes, as práticas e as experiências julgadas importantes no enfrentamento das demandas sociais (MORAES; COSTA, 2016).

Nos cursos da saúde, a maioria dos currículos dos PPCs não dispõe da especificidade do estudo das doenças infectocontagiosas, desencadeando uma precariedade no conhecimento dos acadêmicos, que no futuro, terão dificuldades para reconhecer e tomar medidas cabíveis e em tempo hábil junto às autoridades de saúde (VASCONCELOS, 1998; NUNES, 2005; ANDRADE, 2012).

Os procedimentos que estabelecem as reformas educacionais geralmente acontecem por meio da intervenção do Estado que, quando necessário, programa um conjunto de ações que alteram a estrutura e o funcionamento das instituições, logo os PPCS da saúde devem ser prospectados prospectando o ser humano em





sua individualidade e coletividade além das suas interações com o meio respondendo premissas pré-estabelecidas priorizando o cuidado integral, humanizado, multiprofissional e que atenda as necessidades da população e do SUS, fugindo da visão curativista e prescritiva pré-estabelecida (MORAES; COSTA, 2016).

Ações de vigilância ministeriais são inviabilizadas quando a formação do profissional de saúde não privilegia o ensino relacionado a NC, pois, vários agravos e enfermidades são considerados endêmicos nas regiões brasileiras, sendo assim, necessárias estratégias de promoção, proteção e controle da situação; e, em função disso, sugere-se melhor treinamento de profissionais e acadêmicos da saúde no âmbito das instituições de ensino superior (SILVA, 2015).

Por isso é evidente a necessidade da implementação de novas práticas pedagógicas nos cursos de graduação, para que o profissional possa, em seu cotidiano, ser capaz de lidar com as condições diferentes de saúde da população, inclusive referentes a NC (DIAS; CYRINO; LASTÓRIA, 2007).

Nesse direcionamento, os currículos e Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos da saúde devem atender não só o conhecimento técnico-científico, mas,





o encorajamento ético-político com perspectivas relacionadas à cidadania e emancipação dos sujeitos e coletividades, criando possibilidades para o futuro profissional de saúde intervir na realidade e desempenhar seu de trabalho de forma críticoreflexiva, valorizando a interdisciplinaridade e os aspectos humanísticos, voltados para as demandas de saúde da população (BISCARDE; PEREIRA-SANTOS; SILVA, 2014).

Dito isto, acredita-se que há uma necessidade urgente dos cursos da saúde desenvolver em seus PPCs, atividades que valorizem o aprendizado, entrelaçando as atividades já existentes com atividades que favoreçam a sociedade em geral com relação a NC (MOURA et al., 2012).

Uma alternativa para maximizar as estratégias ministeriais sobre a NC, além da divulgação por mídia impressa e online, já existente, seria a implementação dos PPCs, com projetos de extensão, que objetivam promover cidadania e produzir conhecimentos, além de incentivar reflexões acerca de possíveis transformações na condução da promoção de saúde e no controle de agravos à população (MOURA et al.,





2012).

Outra alternativa seria a implantação ou adequação de disciplinas e cursos extracurriculares através da educação a distância, que tem assumido, a cada dia, maior participação na formação educacional, em especial no ensino superior, através de ferramentas que usualmente não são utilizadas nas modalidades tradicionais de ensino, porém, viabilizam para o discente uma formação continuada (GOMES, 2013).

A formação de profissionais em saúde críticos, reflexivos e transformadores de suas realidades está densamente ligada às compreensões pedagógicas que o estimulam a aprender, deste modo, na atualidade, esta formação tem sido permeada por novas ferramentas que facilitam o aprendizado e contribui para que o profissional execute tarefas profissionais de forma eficiente (MACEDO et al., 2018).

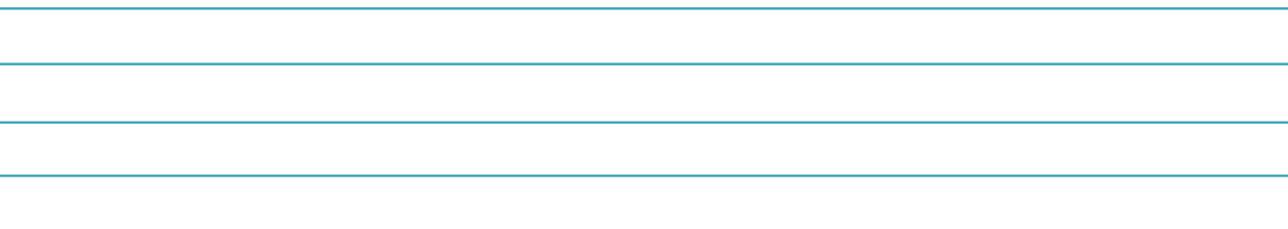




ANOTAÇÕES









Fisioterapeutas

Fonoaudiólogos

Médicos

Médicos Veterinários

Nutricionistas

Odontólogos

Psicólogos

Terapeutas Ocupacionais



ATENÇÃO

De acordo com a Portaria 204, de 17 de fevereiro de 2016: profissionais de saúde ou responsáveis pelos serviços públicos e privados de saúde, que prestam assistência ao paciente, em conformidade com o art. 8º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, devem realizar Notificação Compulsória.

ATENÇÃO





ANOTAÇÕES



Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN é uma ferramenta disponibilizada pelo Ministério da Saúde aos estados, municípios e ao Distrito Federal e tem como objetivo coletar, transmitir e disseminar dados gerados rotineiramente pelo Sistema de Vigilância Epidemiológica das três esferas de governo, por intermédio de uma rede informatizada, para apoiar o processo de investigação e dar subsídios à análise das informações de vigilância epidemiológica das doenças de notificação compulsória.

Este sistema é alimentado, principalmente, através da notificação e investigação de casos de NC que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória, entretanto, é facultado a estados e municípios incluir outros problemas de saúde importantes em sua região.

O uso sistemático do SINAN de forma descentralizada, contribui para a democratização de informações pertinentes a NC, permitindo que profissionais de saúde tenham acesso as informações e as tornem disponíveis para a comunidade.

A utilização do SINAN, em conjunto com os demais Sistemas de Informação em Saúde, perfazem uma importante ferramenta para facilitar a formulação e avaliação das políticas, planos e programas de saúde, subsidiando o processo de tomada de decisões, com vistas a contribuir para a melhoria da situação de saúde da população.

Aprenda mais sobre a alimentação do SINAN

A entrada de dados, no SINAN, é feita mediante o emprego de formulários padronizados :

[40] Notificação Compulsória

1 - Ficha Individual de Notificação (FIN):

É preenchida individualmente para cada paciente quando há suspeita da ocorrência de problema de saúde de notificação compulsória ou de interesse nacional, estadual ou municipal e encaminhada pelas unidades assistenciais, aos serviços responsáveis pela informação e/ou vigilância

ou municipal e encaminhada pelas unidades assistenciais,

2- Ficha Individual de Investigação (FII):

epidemiológica. Este mesmo instrumento é utilizado para



notificação negativa, que é o registro da não ocorrência de NC na área de abrangência da unidade de saúde, indicando que os profissionais e o sistema de vigilância da área estão alertas para a ocorrência de tais eventos (BRASIL, 2007).

Esta ficha permite obter dados que possibilitam a identificação da fonte de infecção e mecanismos de transmissão da doença. Os dados, gerados nas áreas de abrangência dos respectivos estados e municípios, devem ser consolidados e analisados considerando aspectos relativos à organização, sensibilidade e cobertura do próprio sistema de notificação e das atividades de vigilância epidemiológica (BRASIL, 2007).





ANOTAÇÕES





Periodicidade da Notificação Compulsória

A periodicidade da Notificação Compulsória ocorre através de três formas distintas, são elas:

Notificação Compulsória Imediata

Notificação Compulsória Semanal



Notificação Compulsória Negativa



Um novo olhar para profissionais e estudantes [59]



Notificação Compulsória Imediata





Notificação Compulsória Semanal





Notificação Compulsória Negativa





**Parabéns por ter chegado
até aqui!**

Esperamos ter contribuído com o seu
conhecimento.

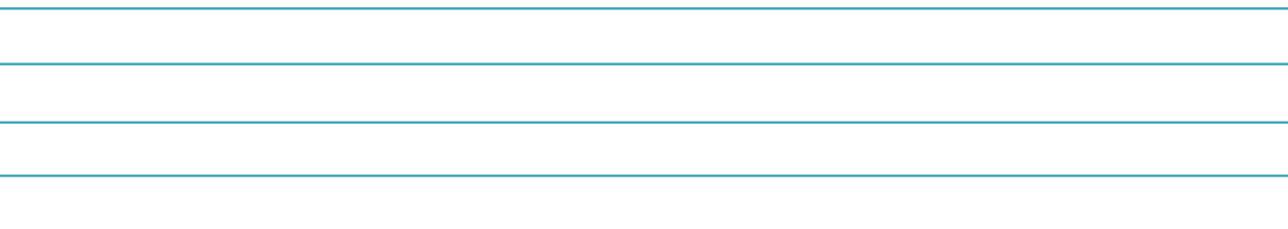
Siga em frente e aprenda mais!





ANOTAÇÕES









ATENÇÃO

Quando não conseguir realizar a notificação ao Município, Estado ou Distrito Federal, é possível fazer através do link abaixo:



ANOTAÇÕES





DOENÇA OU AGRAVO (Ordem alfabética)

Periodicidade de notificação

Imediata (até 24 horas)

Nº

MS

SES

SMS

Semana I

1

a. Acidente de trabalho com exposição a material biológico

X

b. Acidente de trabalho: grave, fatal e em crianças e adolescentes

X

2

Acidente por animal peçonhento

X

Acidente por animal potencialmente transmissor da raiva

3

X

4

Botulismo

X

X

X

5

Cólera

X

X

X

6

Coqueluche

X

X

7

a. Dengue - Casos

X

b. Dengue - Óbitos

X

X

X

8

Difteria

X

X

9

Doença de Chagas Aguda

X

X



Nº	DOENÇA OU AGRAVO (Ordem <u>alfabética</u>)	Periodicidade de notificação			
		Imediata (até 24 horas)			Semana I
		MS	SES	SMS	
10	Doença de Creutzfeldt-Jakob (DCJ)				X
11	a. Doença Invasiva por "Haemophilus Influenza"		X	X	
	b. Doença Meningocócica e outras meningites		X	X	
12	Doenças com suspeita de disseminação intencional: a. Antraz pneumônico b. Tularemia c. Variola	X	X	X	
13	Doenças febris hemorrágicas emergentes/reemergentes: a. Arenavírus b. Ebola c. Marburg d. Lassa e. Febre purpúrica brasileira	X	X	X	
14	a. Doença aguda pelo vírus Zika				X
	b. Doença aguda pelo vírus Zika em gestante		X	X	
	c. Óbito com suspeita de doença pelo vírus Zika	X	X	X	
15	Esquistossomose				X
16	Evento de Saúde Pública (ESP) que se constitua ameaça à saúde pública (ver definição no Art. 2º desta portaria)	X	X	X	
17	Eventos adversos graves ou óbitos pós-vacinação	X	X	X	
18	Febre Amarela	X	X	X	





Nº	DOENÇA OU AGRAVO (Ordem <u>alfabética</u>)	Periodicidade de notificação			Semana <u>al</u>
		Imediata (até 24 horas)			
		MS	SES	SMS	
19	a. Febre de Chikungunya				X
	b. Febre de Chikungunya em áreas sem transmissão	X	X	X	
	c. Óbito com suspeita de Febre de Chikungunya	X	X	X	
	Febre do Nilo Ocidental e outras arboviroses de importância em saúde pública				
20		X	X	X	
21	Febre Maculosa e outras Riquetisioses	X	X	X	
22					
	Febre Tifoide		X	X	
23					
	Hanseníase				X
24	Hantavirose	X	X	X	
25	Hepatites virais				X
26	HIV/AIDS - Infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida				X
27	Infecção pelo HIV em gestante, parturiente ou puérpera e Criança exposta ao risco de transmissão vertical do HIV				X





N ^o	DOENÇA OU AGRAVO (Ordem <u>alfabética</u>)	Periodicidade de notificação			
		Imediata (até 24 horas)			Semana I
		MS	SES	SMS	
28	Infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV)				X
29	Influenza humana produzida por novo subtipo viral	X	X	X	
30	Intoxicação Exógena (por substâncias químicas, incluindo agrotóxicos, gases tóxicos e metais pesados)				X
31	Leishmaniose Tegumentar Americana				X
32	Leishmaniose Visceral				X
33	Leptospirose			X	
34	a. Malária na região amazônica				X
35	b. Malária na região extra Amazônica	X	X	X	
	Óbito: a. Infantil b. Materno				X
36	Poliomielite por poliovírus selvagem	X	X	X	
37	Peste	X	X	X	





Nº	DOENÇA OU AGRAVO (Ordem alfabética)	Periodicidade de notificação			Semana I para
		Imediata (até 24 horas) para			
		MS	SES	SMS	
38	Raiva humana	X	X	X	
39	Síndrome da Rubéola Congênita	X	X	X	
40	Doenças Exantemáticas: a. Sarampo b. Rubéola	X	X	X	
41	Sífilis: a. Adquirida b. Congênita c. Em gestante				X
42	Síndrome da Paralisia Flácida Aguda	X	X	X	
43	Síndrome Respiratória Aguda Grave associada a Coronavírus a. SARS-CoV b. MERS- CoV	X	X	X	
44	Tétano: a. Acidental b. Neonatal			X	
45	Toxoplasmose gestacional e congênita				X
46	Tuberculose				X
47	Varicela - caso grave internado ou óbito		X	X	
48	a. Violência doméstica e/ou outras violências				X
	b. Violência sexual e tentativa de suicídio			x	





ANOTAÇÕES









Referências

AMANCIO FILHO Antenor. Dilemas e desafios da formação profissional em saúde. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 8, n. 15, p. 375-380, Ago. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832004000200019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 3 julho 2019.

ANDRADE Lidiane Lima de. Construção de instrumentos para a documentação do processo de enfermagem em uma clínica de doenças infectocontagiosas [dissertação] [Internet]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba; 2012. Disponível em <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5086>>. Acesso em 08 maio 2019.

BISCARDE Daniela Gomes dos Santos, PEREIRA-SANTOS Marcos, SILVA Lília Bittencourt. Formação em saúde, extensão universitária e Sistema Único de Saúde (SUS): conexões necessárias entre conhecimento e intervenção centradas na realidade e repercussões no processo formativo. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 18, n. 48, p. 177-186, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832014000100177&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 maio 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 287, de 18 de outubro de 1998. Resolve sobre a inclusão de categorias profissionais de saúde de nível superior para atuação no Conselho Nacional de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 Out. 1998. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1998/res0287_08_10_1998.html> Acesso em 2 maio 2018 BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Guia de vigilância epidemiológica: Aids/Hepatites Virais. 5. ed. Brasília, 2002. p. 62-63. Disponível em: <www.aids.gov.br/publicacao/guia-de-vigilancia-epidemiologica> Acesso em 20 maio 2018



BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso. 8. ed. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/doi>>

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 Fev. 2016. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0204_17_02_2016.html> Acesso em 2 maio 2018

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.171, de 6 de Junho de 2014. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jun. 2014. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1271_06_06_2014.html> Acesso em 2 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 104, de 25 de Janeiro de 2011. Define as terminologias adotadas em legislação nacional, conforme o disposto no Regulamento Sanitário Internacional 2005 (RSI 2005), a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional e estabelece fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 jan. 2016. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0104_25_01_2011.html> Acesso em 2 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.472, de 31 de Agosto de 2010. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em



todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 set. 2010. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt2472_31_08_2010.html> Acesso em 2 maio 2018

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan: normas e rotinas.[Internet]. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2007 Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0098_M.pdf> Acesso em 12 Maio de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan: normas e rotinas.[Internet]. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2007 Disponível em: Acesso em 12 Maio de 2018.

CARVALHO, Carolina Novaes; DOURADO, Ines; BIERRENBACH, Ana Luiza. Subnotificação da comorbidade tuberculose e aids: uma aplicação do método de linkage. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 548-555, Jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102011000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 4 julho 2019.

CARVALHO, Maria Bernadete de, RIBEIRO, Maria Mônica Freitas, SILVA, Luciana Diniz, SHIMOMURA, Flávio Martins. A composição do curriculum vitae entre estudantes de medicina e seus condicionantes. Rev. bras. educ. med., Rio de Janeiro, v. 37, n. 4, p. 483-491, Dec. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010055022013000400003&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 8 maio 2018.

CAVALCANTE Maria Tereza Leal, VASCONCELLOS Miguel Murat. Tecnologia de informação para a educação na saúde: duas revisões e uma proposta. Ciênc. saúde coletiva, Rio de





Janeiro , v. 12, n. 3, p. 611-622, Jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232007000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 julho 2019.

DIAS Andréia, CYRINO Eliana Goldfarb, LASTÓRIA Joel Carlos. Conhecimentos e necessidades de aprendizagem de estudantes de fisioterapia sobre a hanseníase. Hansen. int. Bauru, p. 9-18, 2007. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=492484&indexSearch=ID>> Acesso em 10 abril 2019

FERREIRA Giselle Martins dos Santos, SA Jaciara Carvalho de. RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS COMO TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS: CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS. Educ. Soc., Campinas, v. 39, n. 144, p. 738755, Set. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302018000300738&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 julho 2019.

GALBAN Enrique, BENZAKEN Adele. Situación de la sífilis en 20 países de Latinoamérica y el Caribe: Año 2006. DST J Bras Doenças Sex Transm. n. 9, v. 3-4, p. 166-72. 2007. Disponível em: <<http://www.dst.uff.br/revista19-3-2007/9.pdf>> Acesso em 13 maio 2018

GOMES, Luiz Fernando. EAD no Brasil: perspectivas e desafios. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 18, n. 1, p. 13-22, Mar. 2013. [acesso em 12 de a Maio de 2018]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 maio 2018

GONSALES Priscila. Recursos educacionais abertos (REA) e novas práticas sociais. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, [S.l.], v. 10, n. 1, Mar. 2016. ISSN 1981-6278. Disponível em: <<https://www.reciis.icict>>





fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1078>. Acesso em 17 julho 2019.

HEREDIA Jimena de Mello, RODRIGUES Rosângela Schwarz, VIEIRA Eleonora Milano Falcão. Produção científica sobre Recursos Educacionais Abertos.

Transinformação, Campinas, v. 29, n. 1, p. 101-113, Abr. 2017.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010337862017000100101&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em 15 julho 2019.

LIMA Romênia Kelly Soares de, EVANGELISTA, Aline Luiza de Paulo, MAIA Jéssica Karen de Oliveira, TRAVASSOS Priscila Nunes da Silva, PINTO Francisco José Maia, MOREIRA Francisco José Maia. Rev Bras Med Trab. v. 16, n. 2, p. 192-198, 2018. Disponível em: <<http://www.rbmt.org.br/details/315/ptBR>>. Acesso em 1 julho 2019.

MACEDO Kelly Dandara da Silva, ACOSTA Beatriz Suffer, SILVA Ethel Bastos da, SOUZA Neila Santini de, BECK Carmem Lúcia Colomé, SILVA Karla Kristiane Dames da. Active learning methodologies: possible paths to innovation in health teaching. Esc. Anna Nery. v. 22, n. 3, e20170435, 2018. Disponível em: <http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452018000300704>. Acesso em 17 julho 2019.

MORAES Bibiana Arantes, COSTA Nilce Maria da Silva. Compreendendo os currículos à luz dos norteadores da formação em saúde no Brasil. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 50, n. spe, p. 9-16, Jun 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S008062342016001100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 3 outubro 2019.

MOURA Lúcia de Fátima Almeida de Deus et al. Impacto de um projeto de extensão universitária na formação profissional de egressos de uma universidade pública. Rev. odontol. UNESP, Araraquara, v. 41, n.5, p. 348-352, Out. 2012. Disponível em





<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_25772012000500009&lng=en&nrm=iso>.

arttext&pid=S1807-





Acesso em 08 maio 2019. n_infecciosas_guia_bolso_8ed. pdf>
Acesso em 5 maio 2018

HEREDIA Jimena de Mello, RODRIGUES Rosângela Schwarz, VIEIRA Eleonora Milano Falcão. Produção científica sobre Recursos Educacionais Abertos.

Transinformação, Campinas, v. 29, n. 1, p. 101-113, Abr. 2017.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010337862017000100101&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 15 julho 2019.

LIMA Romênia Kelly Soares de, EVANGELISTA, Aline Luiza de Paulo, MAIA Jéssica Karen de Oliveira, TRAVASSOS Priscila Nunes da Silva, PINTO Francisco José Maia, MOREIRA Francisco José Maia. Rev Bras Med Trab. v. 16, n. 2, p. 192-198, 2018. Disponível em: <<http://www.rbmt.org.br/details/315/ptBR>>. Acesso em 1 julho 2019.

MACEDO Kelly Dandara da Silva, ACOSTA Beatriz Suffer, SILVA Ethel Bastos da, SOUZA Neila Santini de, BECK Carmem Lúcia Colomé, SILVA Karla Kristiane Dames da. Active learning methodologies: possible paths to innovation in health teaching. Esc. Anna Nery. v. 22, n. 3, e20170435, 2018. Disponível em: <http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452018000300704>. Acesso em 17 julho 2019.

MORAES Bibiana Arantes, COSTA Nilce Maria da Silva. Compreendendo os currículos à luz dos norteadores da formação em saúde no Brasil. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 50, n. spe, p. 9-16, Jun 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S008062342016001100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 3 outubro 2019.

MOURA Lúcia de Fátima Almeida de Deus et al. Impacto de um projeto de extensão universitária na formação profissional de egressos de uma universidade pública. Rev. odontol. UNESP, Araraquara, v. 41, n.5, p. 348-352, Out. 2012. Disponível em





<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-25772012000500009&lng=en&nrm=iso>.

Acesso em 08 maio 2019. n_infecciosas_guia_bolso_8ed. pdf>
Acesso em 5 maio 2018

NUNES Everardo Duarte. Pós-graduação em saúde coletiva no Brasil: histórico e perspectivas. *Physis*.v. 15, n. 1, p. 13-38. Jun. 2005. <http://www.ilsl.br/revista/detalhe_artigo.php?id=10905>. Acesso em 08 maio 2019.

ogle&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=352764&indexSearch=ID> Acesso em 13 maio 2018

OLIVEIRA Magda Lúcia Felix de, SILVA Adaelson Alves, BALLANI Tanimária Silva Lira, BELLASALMA Ana Carolina. Sistema de Notificação de intoxicações: desafios e dilemas. FIOCRUZ. Rio de Janeiro, p. 303-315, 2003. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsciScript=iah/iah.xis&src=go>>

Prüss-Üstün Annette et al. Safer water, better health: costs, benefits and sustainability of interventions to protect and promote health. Geneva: World Health Organization, 2008. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43840/9789241596435_eng.pdf;jsessionid=488714A30C7AC39333E5080F15DCF420?sequence=1>. Acesso em 14 novembro 2018.

REBERTE Luciana Magnoni, HOGA Luiza Akiko Komura, GOMES Ana Luisa Zaniboni. O processo de construção de material educativo para a promoção da saúde da gestante. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 20, n. 1, p. 101108, Fev. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692012000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 novembro 2018.





SILVA Geraedson Aristides da. Enfoque sobre a leptospirose na região nordeste do Brasil entre os anos de 2000 a 2013. *Acta Biomedica Brasiliensia*. v. 6, n. 1, p. 101-108, jul. 2015. Disponível em: <<https://www.actabiomedica.com.br/index.php/acta/article/view/105>> Acesso em 13 maio 2018

SILVA, Geraedson Aristides da. Enfoque sobre a leptospirose na região nordeste do Brasil entre os anos de 2000 a 2013. *Acta Biomedica Brasiliensia*. v. 6, n. 1, p. 101-108, Jul. 2015. Disponível em: <<http://www.actabiomedica.com.br/index.php/acta/article/view/105/78>>. Acesso em 14 novembro 2018.

SILVA Geraedson Aristides da, OLIVEIRA Cilmary Marly Gabriel de. O registro das doenças de notificação compulsória: a participação dos profissionais da saúde e da comunidade. *Rev Epidemiol Control Infect*. v.4, n. 3, p. 215-220, Jul-Set. 2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/epidemiologia/article/view/4578>>. Acesso em 14 novembro 2018.

TEIXEIRA Maria da Glória, PENNA Gerson Oliveira, RISI João Batista, PENNA Maria Lucia, ALVIN Maria Fernanda, MORAES José Cássio de. Seleção das doenças de notificação compulsória: critérios e recomendações para as três esferas de governo. *Inf. Epidemiol. Sus.* n. 7, v.1, p. 7-28. 1998. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742012000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 maio 2018

Vasconcelos Eymard Mourão. Educação popular como instrumento de reorientação das estratégias de controle das doenças infecciosas e parasitárias. *Cad. Saúde Pública*.n. 14, supple, 2, p, 39-57. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v14s2/1324>>. Acesso em 16 maio 2018

ZANIN, Alice Aquino. Recursos educacionais abertos e direitos autorais: análise de sítios educacionais brasileiros. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, e227174, 2017. Disponível em





<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782017000400230&lng=en&nrm=iso>.
Acesso em 26 julho 2019.





Parabéns por ter chegado até aqui!

Você concluiu a leitura do E-book
**Notificação Compulsória e Ensino na
Saúde: um novo olhar para
profissionais e estudantes!**







ANOTAÇÕES



